

RAQUEL MOMBELLI

**"MI SOI TALIAN GRACIA A DIO: IDENTIDADE ÉTNICA E
SEPARATISMO NO OESTE CATARINENSE "**

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do grau de Mestre.
Curso de Pós-graduação em Antropologia Social,
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora: Dra. Ilka Boaventura Leite

**FLORIANÓPOLIS
1996**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

"'Mi soi talian, gracia a Dio': Identidade étnica e separatismo no oeste catarinense"

Raquel Mombelli

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. Aprovado pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Dra. Ilka Boaventura Leite (Orientadora);



Dr. Ruben Oliven (Membro/UFRGS)



Dr. Rafael José de Menezes Bastos (Membro)

11 de novembro 1996

*Nada há de permanente,
exceto a mudança*

Heráclito, 450 a.c.

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas, entidades e associações que de uma forma ou de outra (impossível citar todas) contribuíram para que este trabalho fosse concretizado. Em especial:

- * Ao CNPQ pelo apoio financeiro;
- * A Ilka B. Leite pelas orientações e críticas que nortearam este trabalho;
- * Aos meus pais, irmãos e irmãs pelo incentivo;
- * A Odete por ter dividido comigo os encargos de mãe;
- * A Karine, grande amiga, sempre presente nos momentos mais difíceis;
- * Ao Fernando pela diagramação da tese;
- * A Arlene Renk, que desde o princípio, acreditou nas minhas idéias antropológicas;
- * Aos amigos Araci, Felipe, Alejandro, Jacksam, Rosana, Aluísio, Adiles, e João, pela força;
- * E principalmente, ao Xaxo pela compreensão e ajuda sem o qual este trabalho não seria possível e ao meu filho Pedro, que através de seu sorriso e alegria deixava tudo mais suave.

RESUMO

Este trabalho investiga a construção de uma identidade italiana na região oeste do Estado de Santa Catarina e sua relação com um projeto político específico: a criação de um novo Estado da Federação: o Estado do Iguazu (abrangendo o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná). Os dois temas mostram-se indissociáveis pois a construção de uma identidade por descendentes de italianos nos últimos anos tem servido e serve-se do discurso e da estratégia política de conquistar um espaço próprio e autônomo dentro da Federação.

O oeste catarinense é uma região de 30 mil quilômetros quadrados, limitados a leste pelo rio do Peixe, ao norte pelo Paraná, ao sul pelo Rio Grande do Sul e a oeste pela Argentina. Vivem ali cerca de um milhão de pessoas. Estima-se que mais da metade da população seja descendente de italianos. A maior parte desta população descende de italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1875. A partir da década de 20, imigraram para o oeste de Santa Catarina.

Observa-se que a partir das duas últimas décadas parte destes descendentes de italianos estão construindo uma italianidade através de uma valorização da trajetória da colonização, de uma "invenção das tradições" e da "busca das origens familiares". Neste processo, reivindicam para si também uma identidade regional do Rio Grande do Sul - o gaúcho -, atribuindo porém outros significados à figura usual que se faz. Portanto, há uma sobreposição de identidades, pois esta população se reconhece como italiana, como oestina e como gaúcha.

Para ressaltar ainda mais a sua diferenciação étnica em relação a outros grupos étnicos do Brasil, os descendentes de italianos acionam o mito do homem pioneiro/desbravador. O mito justifica a proposta separatista onde os italianos aparecem como trabalhadores e instauradores da civilização e do progresso, em oposição aos brasileiros, tanto a nível local como regional e nacional.

ABSTRACT

This work investigates the construction of an Italian identity in the west side of Santa Catarina State and its relationship with a specific political project: the creation of a new State in the Brazilian Federation: the so-called Iguaçú State (embracing the west part of Santa Catarina and the south-west one of Paraná). The two themes have been shown indivisible as far as the construction of an identity based on an Italian descendency in the last years has used the discourse and the political strategy related to the conquest of a proper autonomous space inside the Brazilian Federation.

The west side of Santa Catarina State is a 30 thousand square kilometer region, limited by the river Peixe in the east, in the north by Paraná State, in the south by Rio Grande do Sul State and in the west by Argentina. There are about one million people living in this region. It is considered that more than the half of this population is from Italian origin. The biggest part of these inhabitants arrived in Rio Grande do Sul, dating from 1875. In the 20's, they immigrated to the west of Santa Catarina State.

It is noticed that, dating from the last two decades, part of these descendants has formed a sort of an Italian way of living through the valorization of the settlers' trajectory, the "invention of traditions" and the "search for family origins". In this process, they claim for themselves a regional identity that is closely related to the traditions of Rio Grande do Sul. These traditions constitute the so-called *gaúcho* type. But they attribute new meanings to the *gaúcho* way of living. Therefore, there is an overlap of identities since this population consider itself Italian, western as well as *gaúcha*.

To emphasize more its ethnic differences in relation to other ethnic Brazilian groups, Italian descendants set in motion the myth of the settler/pioneer. This myth justifies the separatist proposal in which Italian settlers and their descendants seem to be the founders - workers of civilization and progress in opposition to the Brazilian people, not only in a local level but also in regional and national spheres.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. Projeto político	05
2. Regionalismo, estados nacionais e globalização	08
3. A pesquisa	13
4. A estrutura do trabalho.....	16
CAPÍTULO I	18
O OESTE CATARINENSE ANTES DOS ITALIANOS	18
1. Que italianos são esses?.....	30
2. A construção de um modelo de desenvolvimento para a região.....	34
CAPÍTULO II	46
A RETOMADA DA ITALIANIDADE	46
1. A auto-atribuição dos italianos.....	49
2. A religiosidade	50
3. A comida	52
4. As canções.....	55
5. A língua	59
6. O ítalo-gaúcho.....	63
7. As danças e trajes típicos	72
CAPÍTULO III	82
OS CANAIS DE AFIRMAÇÃO DA ITALIANIDADE	82
1. As associações vênetas.....	84
2. Os programas de rádio.....	89
2.1. O programa “Talian buona gente”	91
2.2. O programa “Talian contenti”	92
2.3. O programa “Naneto vive ancora”	93
3. Festas, portais, e casas de cultura	94
4. O voto étnico	97

CAPÍTULO IV	98
AS FRONTEIRAS DA ITALIANIDADE DO OESTE CATARINENSE	98
1. Contraste com os brasileiros: uma relação de superioridade	100
2. Os italianos se transformam em oestinos	102
3. Antes italiano que brasileiro.....	105
4. Os italianos daqui e os italianos de lá	106
5. As novas fronteiras: a questão do separatismo	108
6. O estado do Iguaçu: um projeto político para a italianidade	112
7. Como os descendentes vêem o separatismo.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
ANEXOS	140

INTRODUÇÃO

A intenção desta pesquisa é investigar a relação entre a emergência de uma identidade italiana na Região Oeste de Santa Catarina e um projeto político específico, no caso a criação de um novo Estado da Federação, denominado Estado do Iguazu. Os dois temas mostram-se indissociáveis: a construção de uma identidade por descendentes de italianos nos últimos anos tem servido, e ao mesmo tempo serve-se, do discurso e da estratégia política de se conquistar um espaço próprio e autônomo dentro da Federação.

O Oeste Catarinense é uma região de 30 mil quilômetros quadrados, limitados a Leste pelo Rio do Peixe, ao Norte pelo Paraná, ao Sul pelo Rio Grande do Sul e a Oeste pela Argentina. Vivem ali em torno de um milhão de pessoas. Não há dados precisos, mas estima-se que cerca de metade da população descenda de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil a partir de 1875. Fixados inicialmente no Rio Grande do Sul, logo nas primeiras décadas deste século parte desses imigrantes e, sobretudo, a primeira geração de filhos brasileiros, migrou rumo ao Oeste de Santa Catarina, em busca de novas terras.

Seu território é politicamente muito fragmentado, dividido em quase uma centena de municípios. Os principais são: Chapecó (130 mil habitantes), Joaçaba (90 mil habitantes), Concórdia (80 mil habitantes), Xanxerê (80 mil habitantes) e São Miguel do Oeste (70 mil habitantes). Atualmente a região tem uma economia baseada na produção agropecuária em pequenas propriedades, voltadas especialmente ao cultivo de grãos e à criação de aves e suínos. Porém, é mais conhecida nacionalmente por abrigar a maior concentração de frigoríficos do País, com áreas de produção e abate mantidos pelas empresas Sadia, Perdigão, Ceval, Chapecó e Coopercentral. Os principais centros urbanos são justamente os que abrigam as sedes ou as fábricas das grandes agroindústrias. Todas estas empresas foram fundadas por descendentes de italianos a partir dos anos 40, embora hoje o controle acionário de apenas três continue nas mãos dos fundadores.

Os indivíduos pertencentes aos grupos étnicos italiano e alemão (que também participou do processo de colonização, a partir da década de 1920)

dominam as empresas, entidades e instituições que comandam política e economicamente a região. Em linhas gerais, esses dois grandes grupos, especialmente os italianos, tentam ao mesmo tempo impor-se a outras etnias locais - caboclos, índios, negros, e outras minoritárias de origem européia - e contrapor-se às populações das demais áreas de Santa Catarina, identificando-se mais com moradores dos vizinhos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Nas duas últimas décadas, uma variedade significativa de fenômenos étnicos, culturais e políticos passaram a ocorrer simultaneamente em toda região, envolvendo a retomada da italianidade, o gauchismo e o projeto político de criação do Estado do Iguaçu.

Observou-se, de um lado, um interesse sem precedentes por parte de descendentes de italianos pelo resgate das origens familiares e de tradições que permitissem a eles reconhecerem-se novamente enquanto grupo. Após décadas em que as tradições foram rotuladas de "fora de moda", houve uma intensa revalorização do étnico. Repentinamente sua expressão passou a ser motivo de orgulho e a ocorrer em todos os espaços públicos e privados. Individualmente, centenas de pessoas mergulharam no passado em busca de símbolos que justificassem o seu "ser italiano", ou pelo menos provassem o pertencimento à "cultura italiana".

É preciso salientar que a "perda" histórica da italianidade ocorreu sobretudo a partir de 1937, sob a ditadura do Estado Novo, período em que, simplesmente por falar num dialeto (a forma como os italianos e descendentes se expressavam), uma pessoa poderia ser presa. Embora de forma menos coerciva, a repressão cultural continuou nas décadas seguintes através da imposição de políticas que visavam a consolidação do Estado-Nação. Como ser italiano significava um risco à sobrevivência individual ou um empecilho à ascensão social, lentamente o grupo se "abrasileirou", priorizando repassar aos filhos os valores "modernos" que o País apresentava, em detrimento dos "velhos" costumes dos antepassados.

A história mostrou que o processo de construção do Estado Nacional abafou, mas não extinguiu os grupos étnicos. Em caso semelhante de repressão étnica ocorrido com os alemães do Vale do Itajaí, SEYFERTH (1981, p. 219) escreve que nem o nacionalismo e nem mesmo o processo de

industrialização no País conseguiram descaracterizar o grupo: “Apenas modificaram-se alguns critérios que eram usualmente empregados como identificadores dos teuto-brasileiros. A identidade étnica persiste como marca diferenciadora do teuto-brasileiro e influencia seu comportamento dentro da sociedade”.

BARTH (1976) demonstrou que os grupos étnicos persistem ao longo do tempo, apesar do contato com a sociedade mais ampla da qual participam. Em situações de relações interétnicas, os grupos se perpetuam criando constantemente categorias de inclusão e exclusão para delimitar o "nós" e os "outros". Desta forma, em vez de ser um pressuposto de um grupo étnico, a cultura passa a ser, de certa maneira, seu produto. Por isso o autor propõe analisar os grupos étnicos enquanto uma forma de organização social, ou seja, enquanto "tipos organizacionais" que incluem como membros aqueles que se identificam e são identificados como tais.

O resgate da identidade italiana provocou o reaparecimento das "festas típicas", a criação de programas de rádio em dialeto, a revalorização da língua, dos costumes e de práticas dos antepassados, entre outras manifestações. O surgimento de inúmeras associações e grupos voltados para o resgate e a divulgação da cultura italiana, especialmente a partir de 1990, viabilizou um espaço institucionalizado para organizar os interesses culturais e políticos da etnia.

As práticas gestadas dentro destes canais acabaram estabelecendo princípios e valores característicos de um novo estilo de vida na região. São práticas voltadas para a construção de uma identidade étnica a partir da elaboração de certos valores, símbolos e ideologias, que estariam fundadas em traços culturais italianos supostamente tradicionais, definidos a partir de uma origem comum e de uma experiência de vida compartilhada. Neste caso, a cultura original foi transformada e certos valores e estilos de vida reelaborados e compreendidos como de caráter étnico. Os canais reforçaram a “adoção de um estilo de vida exclusivista cujas formas simbólicas distinguem o grupo de outro grupo e convencem os membros de sua própria identidade especial” (COHEN, 1974, p.97).

O que ocorre, é a expressão de uma identidade étnica que reflete uma tendência positiva de inclusão e afirmação do próprio grupo, onde a

etnicidade incorpora ao mesmo tempo conteúdos do passado e oferece um senso de descendência e de "filiação", conferindo uma ilusão de continuidade com o passado escolhido. Em outras palavras, o senso de tradição pode ser usado para obter vantagem material ou espiritual sobre outros grupos. Por isso, na história da colonização do Oeste, sob a ótica deste grupo, nem todas as partes deste passado são reconstituídas, mas somente seus aspectos úteis (ROYCE, 1992). Um exemplo são as narrativas sobre a "limpeza" das áreas para a implantação das "novas colônias" (RENK, 1991), em que os caboclos sofreram humilhações físicas e morais, e cujos fatos são relatados como "necessários" pelos colonos para a manutenção, à época, da ordem local.

A "busca das raízes" da italianidade vai mais longe. Embora distantes de seus antepassados originais - a maior parte pertencente à terceira ou quarta geração de brasileiros - são cada vez mais comuns viagens individuais ou coletivas à Itália em busca dos parentes, dos brasões e objetos "da família", ou simplesmente para conhecerem o lugar que um dia seus antepassados deixaram. Muitos tentam montar longas e complicadas árvores genealógicas na esperança de conquistar a cidadania italiana. Expressão singular desta italianidade emergente, além das festas, museus e datas comemorativas recém criadas, são os adesivos fixados nos vidros dos carros com a inscrição em dialeto Vêneto "Mi soi talian Gracia a Dio".

Outro fator preponderante para a compreensão do processo, é a incorporação de elementos da cultura tradicionalista gaúcha à identidade italiana. Como os descendentes de italianos têm profundas raízes com o campo - são filhos de colonos criados sob os valores campeiros do Rio Grande do Sul - engajam-se concomitantemente às coisas de "sua etnia" e a diversas atividades ligadas ao gauchismo. A partir de 1980, vários Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) foram criados ou reativados no Oeste Catarinense, com adesão crescente de sócios e ampliação de atividades. Proliferaram os rodeios, as rodas de chimarrão e os bailes. A música nativista e tradicionalista ganhou espaços exclusivos no rádio e televisão. Em pouco tempo, a bombacha, os vestidos de prenda e as danças de salão deixaram de ser manifestações de criadores de gado e peões, ganhando respeito e orgulho entre os moradores das cidades, independente da posição social. Com a ascensão do gauchismo, os bailes de CTGs passaram a disputar, senão ocupar, o espaço social que anteriormente era ocupado

pelos clubes tradicionais. Só em Chapecó existem quatro CTGs, sendo possível observar diferenças de poder aquisitivo e *status* entre seus freqüentadores.

Como se verá no decorrer deste trabalho, o discurso que norteia a retomada da identidade italiana, do gauchismo e do separatismo naquela região, se serve dos mesmos elementos valorativos, em especial de uma suposta "grande capacidade de trabalho e de produção". Analisados isoladamente, trata-se *a priori* de fenômenos que pouco ou nada têm em comum, exceto o fato de que estão acontecendo na mesma época e local, com intensidades semelhantes. Contudo, justamente o que mais motivou esta pesquisa foi o fato de, apesar dos três pouco terem em comum histórica, cultural e politicamente, são manifestações de uma mesma identidade étnica, de um mesmo fenômeno da cultura, acrescidos ao fato de que o grupo retoma, reinventa e revaloriza símbolos para sustentar o processo de definição da sua identidade étnica atual.

1. Projeto político

No conjunto desse processo, a identidade italiana naquela área adquiriu um forte sentido político, com ênfase na distintividade étnica. Ao mesmo tempo em que os descendentes de italianos passaram a valorizar a trajetória de desbravadores e pioneiros dos antepassados, seus valores, práticas, estilos de vida e afinidade com a cultura gaúcha aliaram-se a um grande projeto político que visa obter autonomia administrativa ou, no mínimo, vantagens adicionais à região.

Especialmente a partir da década de 1980, houve um enorme esforço institucional através de prefeituras e outros órgãos oficiais locais para a construção de uma identidade própria e diferenciada na região. Na prática, esta intenção cristalizou-se no apoio e reconhecimento institucional às inúmeras associações e grupos étnicos organizados com o objetivo de resgatar e divulgar as "tradições das culturas italiana e alemã".

Nos últimos anos ampliou-se a adesão de lideranças e o apoio popular à criação do Estado do Iguazu, que compreenderia justamente o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná. Surgiram comitês em

praticamente todas as cidades da região, atraindo lideranças comunitárias, vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais. Criado em 1962 e reprimido pelo golpe de 1964, o movimento ganha força graças a um discurso regionalista baseado em uma suposta discriminação que os governos dos dois Estados cometeriam ao distribuir verbas e realizar investimentos, preterindo a região. Além de ter características culturais relativamente homogêneas decorrentes da imigração e características geográficas e produtivas diferentes das demais de Santa Catarina, a proposta ganhou corpo por apoiar-se em um precedente histórico: em 1943, praticamente a mesma região requerida pelo Estado do Iguazu viveu um breve período de autonomia administrativa, como Território Federal do Iguazu, criado por Getúlio Vargas. O Território foi extinto pela Constituinte de 1946.

Em 1988 e 1993, o projeto para criar o Estado do Iguazu chegou à Câmara Federal, levado por deputados paranaenses e Catarinenses eleitos sob esta bandeira. Na primeira ocasião, durante a Assembléia Nacional Constituinte, não teve força política para ser incluído entre os novos Estados criados. Na segunda chegou ao plenário, mas a proposta foi derrotada.

Para COHEN (1969), os grupos étnicos são grupos informais de interesses políticos, resultados da luta para obter certos poderes dentro da sociedade. Eles mobilizam suas forças de modo a buscar uma organização política onde podem conduzir seus interesses. Neste processo, enfatizam os elementos da sua cultura tradicional, dando a impressão que apenas retomam as tradições, mas na verdade marcam um novo tipo de realinhamento político. “O etnicismo é fundamentalmente um fenômeno político, pois os símbolos da cultura tradicional são usados como mecanismos de articulação de alinhamentos políticos. Ele representa um tipo informal de interesse, não participando da estrutura formal do Estado”. (COHEN, 1978, p.123).

Contudo, o caráter essencialmente político dos grupos étnicos foi questionado por EPSTEIN (1978). Para ele, os interesses de um grupo podem mudar e o mesmo continuar existindo, pois o interesse é variável e o grupo permanece constante. “Definir um grupo étnico apenas como um grupo de interesse é uma visão superficial e deixaria de fora um dos aspectos mais

importantes do comportamento étnico, que é a questão da afetividade". (EPSTEIN, 1978, p.10).

De fato, a etnicidade constituída na região não está sendo apenas utilizada para enfatizar os limites étnicos, mas busca um discurso social determinado para recriar aspectos objetivos e subjetivos de diferenciação cultural. Este discurso tem o poder de aglutinar um grupo em torno de um projeto social, implicando numa estreita relação entre a retomada cultural e a reivindicação política. (BRANDÃO, 1986).

O que se notou *a priori*, é que o Oeste Catarinense não se sente catarinense, apesar de todo esforço de sucessivos governadores para integrar a região. Separar-se de Santa Catarina e conquistar o *status* de Estado do Brasil, parece representar para aquela população o passaporte para uma identidade diferenciada. Uma diferença expressa no sotaque, nos costumes, na trajetória de colonização e supostamente numa moral pautada na "capacidade inata de trabalho e produção".

Na tentativa de se reafirmar uma diferença perante "os outros" - especialmente "os do litoral" - os descendentes de italianos chegam a se auto-identificarem como gaúchos, numa clara constituição de fronteiras contrastivas, conforme definiu OLIVEIRA (1976), a partir das considerações de BARTH. Segundo o autor, a identidade étnica seria definida na relação com outros grupos, demarcando uma zona de "fricção interétnica" e criando um conjunto de representações classificando o "eu" e os "outros".

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, à base da qual esta se define. Implica a afirmação de um nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a pessoas ou grupos com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela se afirma negando a outra identidade, etnocentricamente por ela visualizada. (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

LEVI-STRAUSS (1977, p. 369), apontou para o caráter essencialmente relacional do conceito de identidade, sugerindo que esta, "es una especie de fondo virtual al cual nos es indispensable referirnos para explicar cierto número de cosas, pero sin que tenga jamás una existencia real". Segundo COSTA (1988, p.173), "a identidade poderia traduzir uma função instável e nunca uma realidade substancial. Ela não se reduziria a

postular ou afirmar e sim a refazer, e toda a utilização desta noção deveria começar por uma crítica”.

RUBEN (1988, p. 83) escreveu que a teoria clássica da identidade é responsável pela “minimização das contradições reais, dos conflitos, das diferenças e das desigualdades”. Afirma que a identidade de um grupo qualquer se relacionaria a uma "marca" e a "limites" particulares, elaborados socialmente (podendo ser meramente classificatórios ou complexamente estratégicos), permitindo a sua continuidade ao longo do tempo.

2. Regionalismo, Estados Nacionais e globalização

Na década de 1990, novos trabalhos procuraram demonstrar o carácter contraditório, complexo e contemporâneo do que se chama de identidade étnica.

A discussão ganhou maior intensidade porque, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a sociedade forjou e fomentou a ideia de que os grandes conflitos haviam terminado e que as nações caminhariam para uma irmandade universal, viabilizada pela globalização da economia e pela redução das diferenças continentais. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que a globalização atingiu seus níveis mais sofisticados e abrangentes, especialmente a partir da queda do sistema político vigente no Leste Europeu, brotaram inúmeros conflitos regionais em todas as partes do planeta. Em comum entre eles, encontramos as diferenças étnicas, traduzidas nas lutas por espaço, poder e reconhecimento.

O binômio globalização versus tribalização parece de algum modo estar estabelecendo-se, se já não estiver estabelecido. Pois, conforme observa MONTERO (1993, p. 167) “assistimos a uma explosão cultural interna que tribaliza as sociedades ocidentais, isolando grupos que reivindicam valores e regras de convivência própria, que acompanham em certos casos a emergência dos nacionalismos na Europa Ocidental”.

No Brasil, embora não tenham ocorrido fatos que abalassem a estrutura institucional em vigor, nos últimos anos surgiram vários movimentos separatistas regionais associados à emergência de identidades étnicas

específicas. Os exemplos mais conhecidos e detalhados pela imprensa tratam da chamada "República dos Pampas" e do movimento "O Sul é o meu país", ambos defendendo a criação de um novo país com território composto majoritariamente pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estudos como o de ROYCE (1992) demonstraram o caráter estratégico da identidade étnica. De acordo com a autora, a identidade étnica é um fenômeno desenvolvido, manipulado ou ignorado de acordo com situações particulares, onde contextos como colonialismo, nacionalismo e migração o afetam. Ou seja, nenhum grupo étnico pode manter sua identidade sem signos, símbolos e valores que marcam uma identidade distinta. Entretanto, símbolos e signos são produtos da interação com outros grupos e, portanto, podem mudar dependendo do contexto em que estão inseridos. Alguns destes símbolos são extremamente relevantes na manutenção dos limites interétnicos. Assim, a manutenção dos limites de um grupo étnico depende de sua habilidade para dirigir e ordenar estes símbolos.

Neste processo, é também fundamental a análise dos mitos dos grupos étnicos. Pois, assim como os grupos são definidos pelo contraste, eles também se definem pela solidificação e criação de certos mitos. Estes mitos são importantes, pois sustentam e reforçam todo um modo particular de pensar, rejeitar ou validar outros pontos de vista e conseqüentemente assegurar sua distintividade perante outros grupos.

Segundo a autora, um grupo étnico pode ser definido por: a) descendência ou uma cultura hereditária comum; b) concepção de cultura e distintividade social (linguagem, religião, música, danças e outras formas de comportamento); c) um largo sistema de relações sociais; d) visão étnica adotada como estratégia em determinadas situações.

A identidade étnica é, portanto, uma espécie de ferramenta tática de estratégias de negociação que os indivíduos podem utilizar se perceberem vantagem nisto. Fundamentalmente situacional, ela será reivindicada e reclamada em contextos concretos de interação. Justamente por isto são fluídas e flexíveis. Conseqüentemente, um grupo étnico não se conserva

pela imutabilidade, mas seus símbolos são constantemente mudados em resposta às transformações da sociedade.

Muitas categorias e símbolos vão sendo eleitos para demarcar uma especificidade étnica. Alguns aparecem como extremamente relevantes, outros são totalmente reelaborados e muitos símbolos que apresentam uma conotação negativa são reconvertidos para uma conotação positiva. Os movimentos de emancipação seriam situações em que alguns símbolos e estilos de vida estariam sendo manipulados para marcar uma distintividade.

No mesmo raciocínio, KRAMER (1992) argumenta que existem manifestações identitárias que são expressas, negociadas ou reclamadas em contextos concretos de interação. As identidades são expressões de lutas, são categorias de classificação com forte sentido político, e por isto passíveis de manipulação. Por isso os grupos étnicos, dentro das sociedades complexas, manifestam-se em dois planos: um organizativo, onde se distinguem grupos com capacidade para auto-reproduzir suas práticas de distanciamento e operação; e outro simbólico, onde os aspectos contrastivos são juntados ou sintetizados num jogo de oposição.

BECHIS (1992) afirma que construir, definir, manter e diluir fronteiras é o processo que constitui fundamentalmente a etnicidade, definindo diferenças entre populações que se identificam ou são identificadas. Para a autora, esta operação pode dar-se entre etnias ou grupos étnicos e a cultura dominante. E é, neste último caso, que surge a relação entre o processo de etnicidade, o Estado-Nação e a cidadania. A etnicidade é portanto, produto das mesmas forças desencadeadas pela organização política moderna. Da mesma forma que a cultura dominante produz os sentimentos nacionais, contribui para induzir a outros sentimentos ou outros grupos étnicos. "As mesmas forças que induzem a cultura nacional levam a outra cultura a afirmar sua distintividade". (Idem, p. 103).

No caso em estudo, os descendentes de italianos, além de estarem estabelecendo fronteiras étnicas entre "eles" e os "outros", buscam criar aspectos subjetivos e objetivos de diferenciação cultural através do discurso de criação do Estado do Iguazu. Assim, o movimento de emancipação pode ser visto como resultado de um processo de etnicidade, na medida em que

seu discurso declara uma suposta cultura que é a "ser do Oeste" em oposição a de "ser do Litoral" .

Opor regiões entre si, segundo OLIVEN (1992), é um dos usos que pode ser feito da reivindicação regionalista. Partindo do pressuposto de que cada região é internamente homogênea (escondendo, portanto, diferenças de natureza social, econômica e cultural) as manifestações regionalistas estariam ligadas à emergência do Estado-Nacional e a configuração territorial que este assumiu historicamente.

Ao tentar integrar diferentes partes tanto do ponto de vista territorial como regional e social, o Estado-Nação

tem se mostrado historicamente contrário à manutenção de diversidades regionais e culturais(...). O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na construção de identidades próprias. Mas assim como o nacionalismo, abarca diferentes posições de grupos bastantes distintos, contendo desde reivindicações populares até interesses disfarçados das classes dominantes. (Idem, p.80).

BOURDIEU (1989, p. 69) argumenta que o regionalismo, assim com o nacionalismo,

não passa de um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão engajados seja individualmente e de forma dispersa, seja coletivamente e de forma organizada, e que tem como objetivo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlatos, tanto econômicos como simbólicos, ou, se preferir, a conservação ou a transformação das leis de formulação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social.

Sobre a formação do Estado Brasileiro, CAMARGO (1992, p.2) argumenta que este nem sempre revelou uma singularidade surpreendente. Afirma que no Brasil o Estado precedeu a Nação, criando um paradoxo na vida política do país com duas tendências contraditórias: o centralismo exacerbado e o mandonismo local. E é justamente nesta tensão que se forma o Estado Brasileiro.

As tendências centralizadoras e descentralizadoras que cindem as elites brasileiras resultam de uma ambivalência natural, anunciada por

Oliveira Viana: a questão maior é a de 'resolver os problemas de administração e da defesa segundo um pensamento de centralização e unidade, de modo a manter unida e coesa uma vasta massa amorfa e ganglionada'. Contra esse projeto centralizador levanta-se, porém, a fatalidade inexorável que ainda hoje nos pesa e embaraça, da latitude excessiva do território, criando o problema das distâncias insuperáveis e invencíveis. (Idem, p. 4).

OLIVEN (1992) assinala que o processo de consolidação do Estado-Nação envolve uma relação entre o velho e o novo, o passado e o presente. Por isto, muitas vezes são invocadas certas tradições (inventadas ou reais) como fundamento "natural" da identidade nacional que está sendo criada.

Assim como o Estado-Nação procura delimitar e zelar por suas fronteiras geopolíticas, ele também se empenha em demarcar suas fronteiras culturais, estabelecendo o que faz e o que não faz parte da nação. Através desse processo se constrói uma identidade nacional que procura dar imagem à comunidade abrangida por ela. (Idem, p. 78).

Para SODRÉ (1992), ao construir uma imagem nacional, o Estado acaba por desenvolver estratégias de atuação não levando em conta as diversidades dos níveis de vida ou a especificidade do território. As decisões econômicas e políticas que o Estado procurou desenvolver sempre foram fundadas na idéia de um povo único, idêntico, supostamente uma comunidade homogênea que poderia ser submetida às mesmas regras, sob as mesmas fronteiras e leis do Estado Nacional.

Segundo ele, o povo neste país é de fato uma "amalgama de heterogeneidades econômicas e étnicas. Todo o Estado Nacional procura uma comunidade nacional com base em uma comunidade fictícia - entendendo o fictício não como mera ilusão, mas como montagem de um efeito institucional com sentido histórico preciso". (SODRÉ, p. 67).

COMAROFF (1992), analisando a emergência da questão étnica na URSS, aponta que os novos modos de consciência étnica são desencadeados em épocas de situação de conflito, de mudanças ou perturbações. Nestes contextos, surgem novos modos de consciência étnica. Argumenta também que do mesmo modo como o discurso da "integração nacional" parece apagar e estimular as distinções étnicas, ao mesmo tempo transforma continuamente a substância das identidades, dando a impressão

de que a étnica está sempre presente, mas que na verdade, ela está sendo concebida a cada momento. E afirma que:

como em todos os lugares, as identidades culturais na URSS estão em constante Estado de devir, constantemente sendo refeitas em reação ao desdobramento das circunstâncias. E recebem seu conteúdo concreto menos dos processos e aparatos políticos grandiosos do que das minúcias das ações cotidianas nas lutas originárias acerca das condições terrenas da existência. (Idem, p. 76)

3. A pesquisa

O universo desta pesquisa é constituído fundamentalmente por descendentes de italianos que nasceram na colônia¹, mas que por algum motivo não herdaram as terras e tiveram que reconstruir suas vidas na cidade.

Este fato mostra-se determinante na forma e na definição do "ser italiano na região". A maioria dos entrevistados nasceu na colônia mas saiu para "estudar fora", garantindo assim a reprodução da pequena propriedade e a sua própria sobrevivência, uma vez que a permanência de todos os filhos inviabiliza a propriedade. Eles estudaram em seminários, colégios de freiras, internatos e transformaram-se em profissionais liberais, professores, funcionários públicos, advogados, engenheiros, comerciantes, mecânicos, etc.

A saída da casa paterna se deve a vários fatores. Um deles é a forma de reprodução da propriedade familiar entre os descendentes de italianos. Historicamente os filhos mais velhos saem de casa, abrindo mão do direito de propriedade em favor de um irmão, geralmente o mais novo, que se responsabiliza pela guarda dos pais. Quem sai do campo geralmente recebe como herança "o estudo", em detrimento da herança da terra. Além disso, nas últimas duas décadas a rápida industrialização da região ofereceu atraentes oportunidades nas cidades, tanto em termos salariais quanto na qualidade do trabalho, em geral considerado "mais leve" que o trabalho na roça.

¹ Colônia. Usualmente é o termo utilizado na região, para se referir à propriedades medindo até 25 hectares.

Portanto, esta não é uma pesquisa realizada junto a pequenos proprietários nem "colonos", características de muitas produções acadêmicas que envolvem a questão da identidade entre os descendentes de italianos. O "locus" desta pesquisa se dá preferencialmente, na cidade. Os entrevistados são de um nível sócio-econômico diversificado, muitos com elevado padrão de consumo, possuindo um ou dois carros e casas confortáveis. Outros, se não alcançam estes padrões, também estão longe de beirar a miséria que hoje assola os irmãos que ficaram no campo. Politicamente, há filiados ou simpatizantes tanto de partidos de esquerda, como o PT, quanto de direita, como o PFL.

A maioria dos entrevistados é descendente da quarta e quinta geração e alguns dominam o dialeto italiano, aprendido com os pais. Os que não sabem, procuram aprender nos cursos de língua italiana oferecidos pelos grupos organizados ou associações.

A etnografia centrou-se na análise dos sujeitos, suas trajetórias, estratégias e interesses. Outras técnicas de pesquisa foram utilizadas com o intuito de valorizar as fontes de informação: diário de campo, entrevistas, história de vida, pesquisa histórica e documental, participação em eventos culturais (festas típicas, reuniões, seminários etc), resgate de imagens, músicas e acompanhamento de programas de rádio.

As entrevistas semi-estruturadas aconteceram com representantes de institutos italianos na região, coordenadores de associações culturais e líderes dos chamados movimentos separatistas. Também foram entrevistadas pessoas que viajaram ou que pretendem viajar para a Itália com o objetivo de encontrar as "suas raízes".

A história de vida mostrou-se uma forma particularmente rica de se obter informações sobre a trajetória dos descendentes, registrando com riqueza dificuldades, sonhos e objetivos.

Outro foco de atenção em campo foi o acompanhamento de alguns eventos que nos últimos anos tornaram-se a expressão institucionalizada do resgate da identidade italiana. As grandes festas folclóricas misturam a homenagem aos antepassados com a emergência da economia local.

A pesquisa também analisou documentos, jornais antigos, livros autobiográficos, mapas, filmes e vídeos produzidos sobre a região. Visitei também prefeituras, casas de cultura, museus, centros de tradições gaúchas e programas de rádio destinados aos italianos.

O trabalho de campo iniciou em fins de 1993 com os primeiros contatos a partir de uma relação das associações italianas existentes no Oeste, fornecidas pelo *Istituto Vêneto*, de Florianópolis. Através deste contato, outras entrevistas eram sugeridas, muitas delas em outras localidades. Como numa corrente de informação, uma pessoa indicava outra e a pesquisa acabou se estendendo às cidades de Ipumirim, Joaçaba, Concórdia, Herval D'Oeste, Xaxim, Pinheiro Preto, Videira e Chapecó. Algumas destas entrevistas aconteceram também no interior, em colônias destas cidades. Devido à extensa carga de trabalho que os entrevistados alegavam, muitas aconteceram em postos de gasolina, escolas, prefeituras, universidades, escritórios, lojas e até em bares. O trabalho perdurou até meados de 1994, permitindo acompanhar vários eventos culturais que os descendentes de italianos participam durante este período.

Ao todo foram entrevistadas 40 pessoas, sendo 30 acompanhadas de gravação e as demais para complementar as informações. A maioria dos entrevistados eram diretores e membros das associações italianas da região.

O fato de ser natural da região (nasci, cresci e vivi 19 anos em Chapecó) e ser descendente de italianos por parte de pai (a mãe é descendente de alemães) facilitou a aproximação com as pessoas. Mesmo quando falava que era de Florianópolis, as pessoas logo perguntavam se não era do Oeste. Afinal, o inconfundível sotaque denunciava a minha relação com o lugar.

Como tenho sobrenome de origem italiana (Mombelli), em geral a primeira pergunta feita durante as entrevistas era se eu falava o italiano. Como não falo, a surpresa do entrevistado logo dava lugar a outra pergunta: "Mas como uma descendente de italiano, pesquisando sobre a cultura italiana, não fala o nosso idioma?"

4. A estrutura do trabalho.

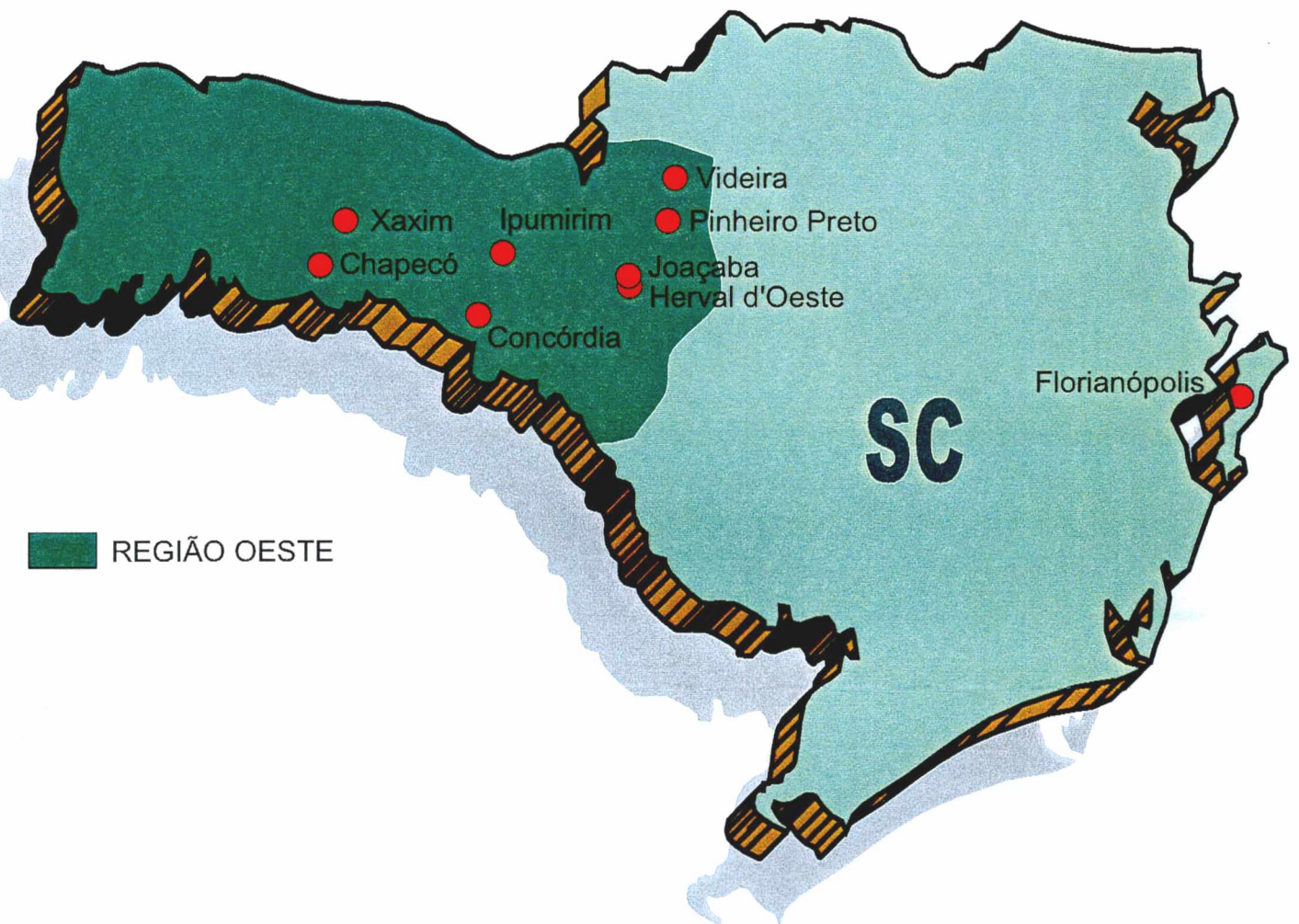
O trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro aborda o processo histórico de ocupação da Região Oeste e a trajetória dos italianos: porque emigram da Itália, como se estabelecem no Rio Grande do Sul e por que migram para o Oeste de Santa Catarina. Analisa também como este processo vai gerar um modelo de desenvolvimento próprio na região, justificado pelo mito do homem pioneiro/desbravador.

O segundo capítulo analisa o processo de retomada da italianidade, sua influência na definição do "ser italiano" na região e a articulação com a identidade gaúcha. Tenta elucidar como os descendentes de italianos se auto-definem a partir de um conjunto de hábitos e costumes eleitos de um passado vivenciado nas colônias, sendo os principais a religiosidade, a comida, as canções, a língua, as danças e os trajes.

O terceiro capítulo centra-se na descrição e análise dos canais de afirmação e divulgação da italianidade: as associações, os programas de rádio, as casas de cultura e o voto étnico.

O quarto capítulo trata da construção da italianidade através da criação e recriação constante de fronteiras para demarcar a especificidade étnica. Neste processo, o grupo procura distinguir-se principalmente em relação aos "brasileiros" tanto em nível local, regional e nacional. Os descendentes também apontam afinidades e oposições quando a comparação é feita entre os "Italianos do Brasil" e os "Italianos da Itália". Este capítulo também analisa a questão do Estado do Iguazu, sua relação com a constituição da italianidade na região, e como os descendentes de italianos vêem o separatismo.

CIDADES PESQUISADAS



CAPÍTULO I

O OESTE CATARINENSE ANTES DOS ITALIANOS

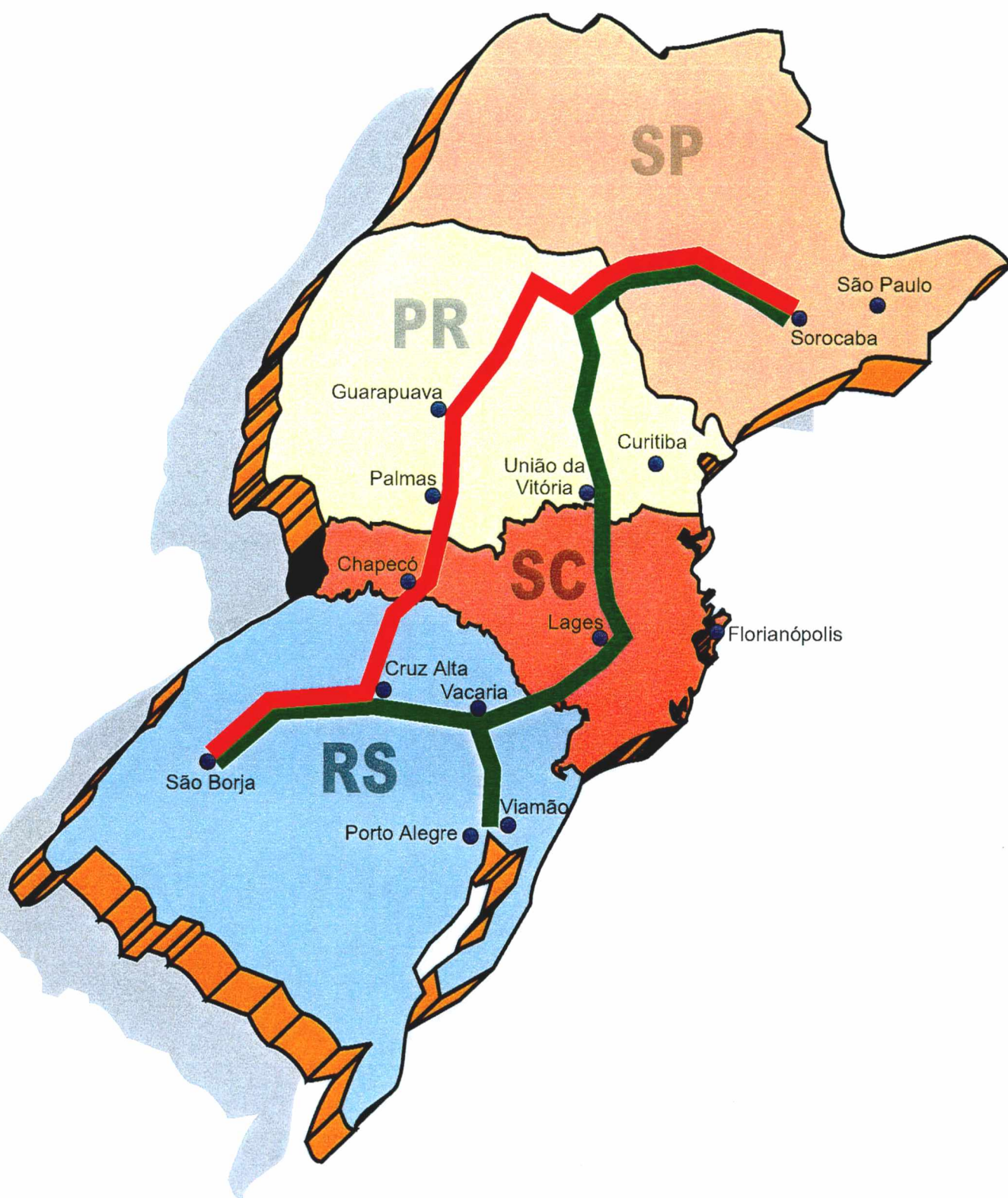
A formação de uma identidade própria por descendentes de italianos no Oeste de Santa Catarina está diretamente relacionada ao processo histórico de colonização da região. A forma como chegam e como se instalam na área são fatores fundamentais na constituição da italianidade atual.

Até o início do século XIX, a Região Oeste de Santa Catarina era ocupada por índios Kaigangs e caboclos, além de esparsos fazendeiros provenientes de Guarapuava e Palmeiras, que então pertenciam ao Estado de São Paulo. A ocupação de forma mais intensa só começa a ocorrer com a implantação de fazendas nos chamados Campos de Palmas, entre 1836 e 1839, aproveitando extensas pastagens nativas localizadas mais a Oeste dos campos de Guarapuava. Outro fator que contribuiu no processo foi o desmembramento político-administrativo do Paraná do Estado de São Paulo, em 1853, que passou a interessar-se no domínio do território. Mas somente com a abertura de um novo "caminho de tropa", em 1860, criando através dos Campos de Palmas uma alternativa de ligação entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, cortando no sentido Norte-Sul o que hoje é o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e o Noroeste do Rio Grande do Sul, é que a região passou a ser realmente povoada.


Povoar, naquela época, significava essencialmente constituir fazendas para a criação de gado e extração de erva-mate, produtos abundantes naqueles campos. Elas eram a forma mais rápida e barata de ocupar territórios, por atingirem grandes áreas sem necessitar de uma população muito numerosa. "As fazendas de criação e a exploração da erva-mate foram os suportes econômicos para o povoamento desta área nos primeiros tempos. Depois, a partir do Contestado, iniciou-se a fase da colonização". (SANTOS, 1995, p.105).

A ocupação era especialmente estimulada pelo governo brasileiro para assegurar a posse de uma área de cerca de 30 mil quilômetros

OS CAMINHOS DAS TROPAS



 Caminho tradicional, aberto a partir de 1725, via Campos de Vacaria e de Lages.

 Caminho alternativo aberto em 1860 via Campos de Guarapuava e de Palmas, oeste catarinense e noroeste do Rio Grande do Sul.

quadrados de densas florestas, limitada pelos rios Uruguai, do Peixe, Iguaçu e Peperi-guaçu, reclamada em parte pela Argentina.

Para dar sustentação ao projeto, em 1882 o governo instalou a Colônia Militar de Xapecó, com sede na atual cidade de Xanxerê, cujos principais objetivos eram distribuir títulos de terras, promover a colonização e garantir a "proteção dos habitantes dos Campos de Palmas contra os índios, sendo que, ao mesmo tempo deveria promover a catequese e civilização dos silvícolas". (POLI, 1989, p.58).

Uma disputa com a Argentina, que ficou conhecida como a Questão de Palmas, teve origem em 1777, quando o Tratado de Santo Ildefonso definiu como limites entre os dois países os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio (PIAZZA, 1983). Como as demarcações reais não foram definidas, a Argentina passou a requerer toda a área localizada entre os rios Chapecó e Iguaçu. A questão entre os dois países só foi solucionada em 1885 com o arbítrio do presidente americano Grover Cleveland, em favor do Brasil. Só a partir da decisão a região passou a ser explorada de forma mais intensa. Até quase o final da primeira década do século XX, a abundância de erva-mate nativa, produto com grande valor comercial na época, sustentou a expansão da economia local, pois tanto a agricultura quanto a pecuária estavam voltadas apenas à subsistência.

Com a queda das exportações da erva-mate, em 1908, a situação dos habitantes da região tornou-se quase insuportável. A interrupção do comércio fez com que a maioria dos caboclos envolvidos no corte e no processamento do produto abandonassem as terras, que passaram a ser consideradas devolutas. Sem condições de receber títulos de propriedade, os caboclos¹ tornaram-se posseiros e em seguida peões na emergente indústria madeireira (POLI, 1989). Aproveitando a riqueza da densa floresta subtropical, abundante em espécies como a araucária, cedro e angico, novos empresários arrastavam toras e madeira serrada até o rio Uruguai, onde em balsas gigantescas seguiam para ser comercializadas em São Borja e Uruguiana, no Rio Grande do Sul, e em Buenos Aires. O comércio de

¹ Caboclo é conceituado como resultante da miscigenação do branco com o índio. Mas também é chamado de luso-brasileiro de cor morena; de negro pelos colonizadores; e ainda de mameluco, cafuzo ou mulato. (POLI, 1987, p. 28).

QUESTÃO DE PALMAS

 Território pretendido pela Argentina



madeiras em balsas durou até a década de 1940² e foi o primeiro empreendimento que gerou capital excedente suficiente para alavancar outras atividades econômicas nas décadas seguintes.

Mas embora desde 1885 a região já fosse território brasileiro, o processo de ocupação permaneceu lento e desordenado até 1916. Isso porque até esta data a área permaneceu em litígio entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, que reclamavam sua posse. A disputa só foi resolvida em favor de Santa Catarina no final da Guerra do Contestado³, um conflito ocorrido entre 1912 e 1916 marcado por problemas sociais, culturais e religiosos entre a população cabocla, fazendeiros e os governos dos dois Estados.

Com a região "pacificada" pelo exército nacional, o que significou a morte de milhares de caboclos e sua subordinação à ordem vigente, o Oeste Catarinense passou a ser considerado "limpo" para viabilizar o desejo do governo de colonizá-lo. Segundo o censo de 1920, metade da população catarinense da época vivia no Litoral, e a outra metade no Vale do Itajaí e no Planalto, em torno de cidades como Rio do Sul, Lages e Curitiba.

A primeira providência oficial foi criar em 1917, os municípios de Mafra e Porto União, na divisa com o Paraná; Cruzeiro (atual Joaçaba), no meio-oeste; e Chapecó, a cerca de 200 quilômetros da divisa com a Argentina. Depois o governo de Santa Catarina passou a fazer enormes concessões de terras para promover a colonização, embora grande contingente de caboclos efetivamente ainda ocupassem a área. (SANTOS, 1995). "A colonização, através da venda de terras aos colonos, institucionalizou a expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de intrusos. Em todos os lugares sempre houve intrusos que precisavam ser afastados para que os colonos pudessem ocupar a área e produzir". (POLI, 1987, p.19).

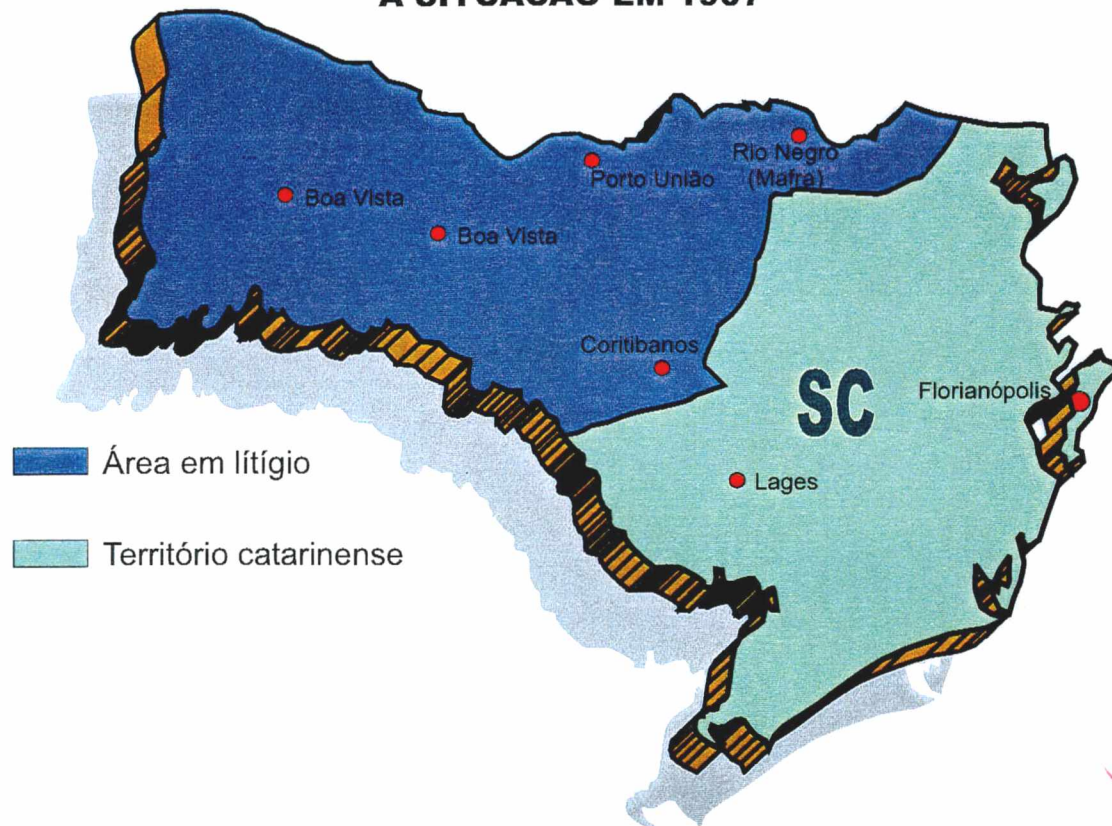
Vários empresários obtiveram do governo catarinense e da "Brazil Development & Colonization Co.", concessões de grandes áreas de terras

² Sobre o comércio de madeira na região ver BELANNI, 1991.

³ Sobre a Guerra do Contestado ver AURAS, 1995.

A QUESTÃO DOS LIMITES ENTRE O PARANÁ E SANTA CATARINA

A SITUAÇÃO EM 1907



SANTA CATARINA APÓS O ACORDO



para colonização, com a missão de povoar a região. A "Brazil Development" era uma subsidiária da empresa norte americana "Brazil Railway Co.", que também havia recebido terras à Oeste do rio do Peixe em pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, justamente um dos motivos para a deflagração da Guerra do Contestado.

Segundo CAMPOS (1987, p. 70) para atrair colonos e mostrar as virtudes da nova fronteira aberta, a Brazil Development Co. "iniciou em 1914 propagandas nas antigas colônias de imigração européia em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul". O material falava de terras fartas, férteis e baratas, onde os colonos poderiam fazer fortuna e construir seu paraíso. "A estratégia adotada pela Brazil Development Co. constituiu no repasse de suas concessões e obrigações a outras empresas colonizadoras". (Idem, p.71). Quase todas as colonizadoras⁴ eram do Rio Grande do Sul, Estado que vivia uma situação de excedente populacional nas áreas colonizadas por imigrantes italianos e alemães a partir de meados do século XIX.

Atraídos pela propaganda e pelo preço das terras, os descendentes de italianos e alemães começaram a ocupar o Oeste de Santa Catarina, especialmente a partir da década de 20, empurrados pela carência de terras no Estado, o excedente populacional e a impossibilidade de se reproduzir através do sistema da pequena propriedade no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, a colonização foi feita sob a marca da Lei de Terras de 1850 que proibia aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Também proibia aos colonos de explorarem as terras por meio de escravos seus ou alheios, ou de possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que fosse. (TAVARES, 1984).

É importante ressaltar que no início deste século havia terras disponíveis em grande quantidade - inclusive devolutas - no Rio Grande do Sul, porém em regiões da "campanha", onde o modelo fundiário estava baseado no latifúndio e na pecuária extensiva. Donos de grande poder

⁴ "O governo não participou de forma direta no financiamento de empresas de colonização, 79% das colônias criadas, em quase um século, foram obra da iniciativa privada. Grande parte destas empresas colonizadoras não tinham sua situação regularizada e atuaram de forma mais intensa a partir de 1914, quando a União deixa de subsidiar a colonização." (GIRON, 1995, p. 494).

político e de uma das mais importantes fontes econômicas do Rio Grande, os estancieiros não permitiram, a exemplo do que tinham feito anos antes, quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus, que a expansão da fronteira agrícola ocorresse sobre "suas" terras.

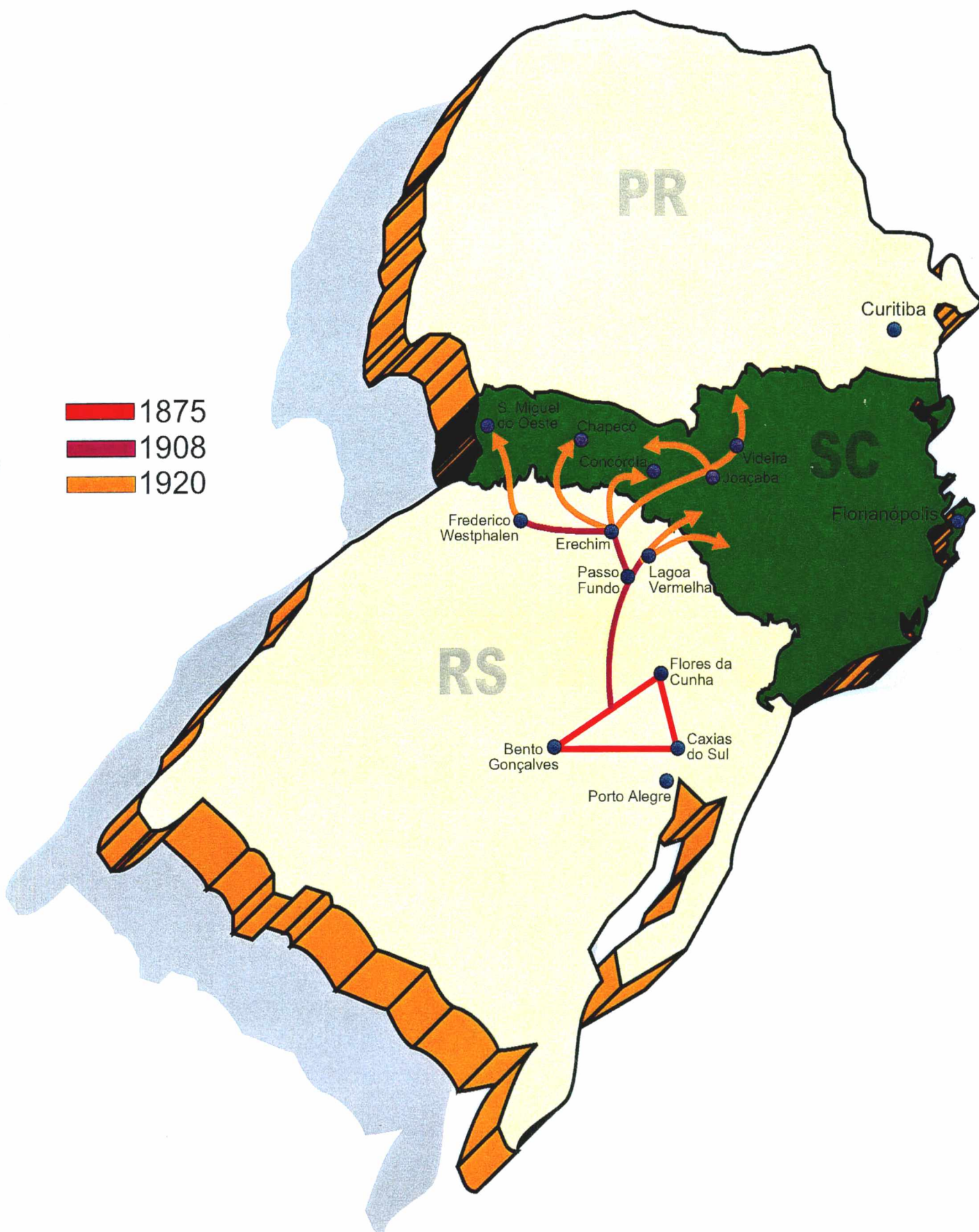
"A frente de expansão agrícola instalada no Rio Grande foi intensificando seu avanço para o interior de Santa Catarina composta em regra, por descendentes de imigrantes, particularmente italianos" (ROSSETO, 1989, p. 14). Em sua maioria vinham das chamadas colônias velhas, área que abrange os atuais municípios gaúchos de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis. Eles adquiriam pequenas propriedades, com média de 25 hectares, área denominada à época como "uma colônia". (COELHO DOS SANTOS, 1992 e MOSER, 1990).

Por volta de 1908 houve um movimento migratório em busca de terras no próprio Rio Grande do Sul, com o deslocamento de descendentes de imigrantes da Região da Serra, para o alto Vale do Uruguai gaúcho, especialmente nos municípios de Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Getúlio Vargas, Sananduva, Sarandi e Carazinho. Encurralados pelos grandes fazendeiros e pelo crescimento demográfico, parte desta população não encontrou outra alternativa senão rumar para as novas colônias abertas no vizinho Oeste Catarinense, separado apenas pelas águas do rio Uruguai⁵. "Com maior ou menor sucesso cada uma das companhias (colonizadoras) conseguiu atrair milhares de colonos. Segundo estimativas oficiais, até 1935 cerca de 60 mil pessoas tinham entrado nas áreas de colonização do interior catarinense, na quase totalidade vindas do Rio Grande do Sul"⁶.

⁵ Ao contrário de outras regiões de Santa Catarina, a Região Oeste não recebeu fluxos migratórios diretos de outros países. Salvo raros casos isolados, os migrantes vinham de colônias do Rio Grande do Sul. A primeira colônia italiana de Santa Catarina surgiu em 1838 quando 30 famílias genovesas instalaram-se no Vale do rio Tijucas, denominando a região de Nova Itália. Mas o grande fluxo de imigrantes italianos à Santa Catarina ocorreu a partir de 1877, fixando-se especialmente no Sul, em cidades próximas à Criciúma. "A maioria dos nossos colonos provinha das províncias de Beluno, Vicenza, Treviso, Udine, Padua, Mantona, Verona. Bom número deles foi colocado ao Norte entre os alemães, onde constituíram a colônia Azambuja. (DALL'ALBA, 1983). Em 1900, dos 321.260 habitantes de Santa Catarina entre 23.857 e 26.868 eram italianos, a maior parte fixados junto ao Litoral. (THOMÉ, 1993, p. 15).

⁶ SADIA 50 anos: construindo uma história. São Paulo: Prêmio, 1994, p.15.

A MIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL AO OESTE DE SANTA CATARINA



O fluxo real, porém, pode ser bem maior. Apenas uma única colonizadora que teve seus papéis detalhadamente analisados, a Empresa Bertaso, responsável pelos lotes do município de Chapecó, trouxe mais de oito mil famílias de colonos gaúchos⁷. A empresa foi fundada em 1918 como Bertaso Maia e Cia. Ltda, por Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé, e pelo italiano Ernesto Bertaso, que se tornaria nos anos seguintes prefeito de Chapecó e o "coronel" mais importante do Oeste Catarinense.

Segundo GIRON (1990, p. 486) eles repetiam a sina dos antepassados que haviam saído da Itália em busca de terras para garantir o seu sustento e de sua família. "Como os antigos, os novos migrantes levaram suas famílias e seus parentes mais próximos. Não partiam sozinhos: partiam em levas, transportando em cargueiros os seus pertences".

Estes fatos são lembrados por um agricultor do interior de Herval D'Oeste, que na década de 20, veio com sua família do Rio Grande do Sul para a Região Oeste em busca de novas terras:

O pai era casado. Então veio ele e mais três cunhados recém casados porque lá (no Rio Grande do Sul) era difícil conseguir um pedaço de terra e se estabilizar melhor. Eles vieram e pararam em Herval D'Oeste. Só que o terreno era muito alagadiço e eles acharam que não dava. Então subiram mais uns 15 quilômetros e se estabeleceram em Sede Belém. Ali começaram a derrubar o mato e fazer a casa. (Morador de Herval D'Oeste, 78 anos).

Os colonos buscavam fundamentalmente

⁷ As principais empresas colonizadoras da região foram a Cia. Territorial Brasil, em Palmitos, São Carlos, Ilha Redonda; a Luce, Rosa & Cia. Ltda. (autora do primeiro projeto de colonização do território do Contestado) em Itá, Concórdia e Videira; Empresa Colonizadora Bertaso, em Chapecó; Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. Ltda., em Concórdia; Sociedade Territorial Sul Brasileira Hoher & Cia., em Joaçaba. (SILVA, 1987, p. 307).

a propriedade da terra, a realização de lavouras para a produção de excedentes para a comercialização, e a formação de indústrias diversas como moinhos, serrarias, bem como a instalação de pequenos comércio. Quando chegavam eram chamados pelos caboclos de "gringos", expressão que mais tarde passou a ser usada apenas para denominar descendentes de italianos. (POLI, 1987, p.27).

A exemplo do que havia acontecido com seus pais e avós no Rio Grande do Sul anos antes, os colonos saíam na busca do "se fazer", de se "expandir", de "enriquecer", e instaurar a "civilização" e o "progresso" em outra região. Exatamente como seus antepassados, os migrantes foram lançados pelas colonizadoras numa região inóspita, isolada pela densa mata, sem estradas e qualquer infra-estrutura oficial ou privada. Chegavam na nova colônia após dias de viagem em lombo de burro, sobre carroças e a pé, tinham que derrubar o mato a machado para construir suas casas e preparar as primeiras plantações.

Face à dureza da empreitada, para garantir o sucesso dos empreendimentos as colonizadoras utilizavam várias estratégias. Uma delas era a de promover a vinda de pessoas de mesma origem étnica para ocupar uma determinada região. Exemplo claro disso é o que ocorreu com os municípios de Xaxim e de Xavantina, onde a maioria da população é formada por descendentes de italianos; o município de Itapiranga, na divisa com a Argentina, onde foram deslocados praticamente só alemães católicos; e o município de Mondaí, onde foram colocados alemães evangélicos. Como se tratava de populações muito religiosas, outra forma de estimular a vinda de colonos era garantir que haveria padres na região, pois "sem um vigário dificilmente conseguiria trazer os colonos de origem italiana, muito católicos por tradição". (BREVES, 1985, p. 54).

A religião, a família e o trabalho davam sentido ao isolamento a que os colonos estavam submetidos. O valor de cada um estava relacionado com sua capacidade de trabalho, seu capricho e dedicação às atividades. O próprio sucesso e insucesso de cada família nunca estava relacionado a outras atribuições, como a sorte ou a desgraça, mas exclusivamente ao trabalho de seus membros.

O trabalho e a representação do trabalho ocupam um espaço privilegiado no discurso de colonos e de ex-colonos de origem italiana, como marca étnica de ascensão. Quando esta ocorreu o seu papel

será sempre o de honra, admiração e respeito, porque o trabalho só é compreensível na lógica do sacrifício e da recompensa. (RENK, 1991, p. 158).

O processo de colonização também acabou gerando a constituição de um campesinato marcado pela criação e recriação de suas fronteiras étnicas. Ao chegarem, eles instituíram uma visão e uma divisão de mundo (BOURDIEU, 1989) separando etnicamente cada grupo, especialmente os de origem européia dos brasileiros. Uma divisão que acabou transformando a presença do "outro" como "rara e esporádica".

Um das entrevistadas ao ser indagada sobre a presença de negros ou caboclos nos tempos em que vivia na colônia, afirmou que estes somente apareciam para executar determinados serviços. Segundo seu relato:

Era comum agricultores empregarem negros e caboclos para ajudar nas lidas das colônias. Porém, gente deste tipo aparecia uma vez ou outra, mas eles não se misturavam e nem tinham expressão lá dentro da comunidade. Meu pai empregou um "moreno" certa vez. Era uma pessoa bem bacana, comia conosco, dormia na mesma casa. Mas só que eram pessoas que tinham que mostrar trabalho e viver direitinho e acompanhar os outros na oração, na igreja e em tudo. Se entrava alguém era neste estilo⁸. (Moradora de Herval D'Oeste, professora, 54 anos).

Para os migrantes descendentes de europeus, as explicações para esta prática está relacionada invariavelmente ao fato de que "os caboclos não gostavam de trabalhar ou faziam sempre mal o serviço". Também não se fixavam numa área, migrando constantemente. Além disso, as feridas da recente Guerra do Contestado não haviam cicatrizado. Os caboclos eram vistos como marginais em potencial e, em muitos casos, como uma ameaça à propriedade da terra. A fama de violento que o Oeste ganhou por conta do Contestado tornou-se um dos maiores temores enfrentados pelos colonos na decisão de migrar.

⁸ Esta prática ainda é comum entre os descendentes de italianos que vivem em pequenas propriedades. Em Rondinha uma localidade vizinha à cidade de Videira, formada exclusivamente por pequenos agricultores de uma mesma família, uma entrevistada relatou que na região há somente um negro que convive com eles há mais de 40 anos, e que é contratado esporadicamente para executar alguns serviços na colônia.

Isso porque apesar do extermínio promovido pelo exército durante e após a Guerra, e a ação constante das milícias armadas das colonizadoras, muitos caboclos resistiam à colonização em suas terras. Apesar de serem ações esparsas de grupos ou de pessoas que tentavam de alguma forma garantir a sua propriedade, os fatos passavam de boca em boca e acabaram construindo uma imagem de que ali ainda havia muitos bandidos. Para eles as colonizadoras utilizavam mão de ferro, incluindo a violência física.

FERREIRA (1992, p. 87) escreve que para garantir a segurança do povo de Concórdia a Companhia Mosele contratou o jagunço Fernando Ozório Marques da Silveira, chamado "chefão". Sua fama se espalhou pelas penas que aplicava nos infratores da lei, "como condenar o caboclo a arrancar tocos na praça e levar uma surra de borracha antes de ser liberado. Era comum também amarrar os caboclos nas árvores e batê-los com o chicote".

Em 1921, um grupo de caboclos revoltados no interior do município de Cruzeiro (atual Joaçaba), na zona compreendida entre Pinhal Grande e Dois Irmãos, marcharam para Catanduvás, prendendo todos quantos encontravam pelo caminho. Os revoltosos, que tinham como chefe Antônio Palhano, diziam ir à Catanduvás reclamar sobre a invasão de suas terras pelos colonos e colonizadoras. (SILVA, 1987, p. 37).

Em 1925, após a morte de José Fabricio das Neves, um dos líderes dos caboclos na região de Concórdia, as colonizadoras passaram a adotar métodos ainda mais violentos. "Esses desprotegidos (os caboclos) ficaram sujeitos aos novos métodos adotados, restando duas opções: deixar suas posses ou tornarem-se empregados dos migrantes que começavam a chegar. Era a cobiça e a espoliação que vinha junto com o progresso". (FERREIRA, 1992, p. 79).

Para os colonos que chegavam e haviam pago pelas terras, as ações das empresas eram consideradas corretas e necessárias.

1. Que italianos são esses?

Para se compreender melhor quem eram os descendentes de italianos que colonizaram o Oeste de Santa Catarina é preciso analisar alguns aspectos que marcaram a saída de seus antepassados da Itália e a passagem pelo Rio Grande do Sul.

Assim como grupos de alemães, eles chegaram ao Rio Grande do Sul no século XIX, num processo incentivado pela coroa imperial para substituir a mão-de-obra escrava e garantir o branqueamento⁹ do Brasil. Tal ocupação também visava a ocupação completa do território e a especialização econômica de uma vasta área despovoada e inexplorada até as primeiras décadas do século passado.

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1984), a coroa pensava a colonização no Sul do Brasil a partir de uma política de implantação de núcleos coloniais com base na pequena propriedade, embora os grandes proprietários se opusessem a iniciativa.

Não se desejava apenas resolver a escassez de mão-de-obra mas ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho. Ou seja, a colonização deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos (TAVARES DOS SANTOS, 1984). A primeira leva de migrantes a preencher estes requisitos no Rio Grande do Sul foram grupos de alemães instalados em 1824 no Vale dos Sinos.

Por volta de 1870, na mesma época em que o Brasil mantinha firme a política de importação maciça de imigrantes brancos para cobrir os supostos vazios demográficos, a Itália recém unificada vivia uma situação inversa. O avanço do capitalismo no campo havia gerado um excedente populacional perigoso para a ordem vigente, especialmente no Norte do país, no Vêneto e na Lombardia. A válvula de escape encontrada pelo governo daquele país foi incentivar a emigração.

⁹ A tese do "branqueamento da raça" tinha por base a idéia que no processo de miscigenação das raças predominariam as características da considerada raça superior, ou seja, a branca. Era por isto que muitos intelectuais, políticos e cientistas sociais do século XIX e início do século XX, defendiam a imigração européia para o Brasil, para promover o branqueamento do país.

Segundo AZEVEDO (1975, p. 65), "o extremo fracionamento da terra, os salários baixos e os elevados tributos eram também um fator de pobreza no Vêneto. O cultivo dos minúsculos lotes em todo o Norte não bastava para sustentar as famílias, em sua maioria numerosas. Era necessário procurar outros meios de vida, emigrando".

A maioria dos (italianos) que rumaram para outros países eram agricultores, colocados à margem do processo de produção pela liquidação das estruturas feudais em que se encontravam inseridos. Coagidos a abandonar o campo, muitos não teriam encontrado trabalho nas indústrias, restando-lhes pois, a perspectiva de marginalização social à beira das grandes cidades. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 54).

Um agricultor estabelecido há mais de 50 anos na região de Herval D'Oeste relata que seu falecido pai contava "que o falecido avô não tinha o que comer (na Itália). Eles trabalhavam na roça e faziam farinha das vassouras para poder comer. Quando não tinham a polenta comiam um figo, uma fruta qualquer ou então nada".

Uma outra entrevistada também lembra que seus pais genoveses contavam que na Itália "mal dava para viver. Havia muita fome. Eles vinham para o Brasil produzir, porque aqui tinha bastante terra. Eles criaram a família trabalhando, um plantando parreiral, outro fazendo uma cesta de vime, outro fazia outra coisa". (Moradora de Chapecó, 78 anos).

Outros fatores também contribuíram para à emigração da Itália. Um deles eram as epidemias que assolavam a população. A maior foi a "pelagra", doença causada pela falta de vitaminas e proteínas no organismo. Alguns especialistas da época achavam que a doença tinha relação com o consumo do milho, principalmente a partir da preparação da polenta com milho verde ou estragado. Em 1910, das 41.768 pessoas acometidas pela doença 22.525 estavam no Vêneto. (AZEVEDO, 1975, p 69).

Este fato é lembrado também por um outro entrevistado. Ao relatar a trajetória de sua família da Itália para o Brasil, um professor recorda que seu pai contava que na época da emigração "existia uma epidemia chamada pelagra, uma doença tipo amarelão. Eles não tinham outra coisa pra comer a não ser a polenta. Isto deixava as pessoas anêmicas e doentes" (Morador de Videira, 54 anos).

Além da miséria e doenças, o analfabetismo era outra marca do quadro socio-econômico italiano, especialmente no Vêneto, onde mais da metade da população era analfabeta.

Ao todo, entre 1876 a 1900, nove milhões de italianos, a maior parte deles com o perfil descrito acima, deixaram o país. Entre 1901 a 1912 saíram mais 7,5 milhões de pessoas, a maior parte tendo a América como destino. (THOMÉ, 1993, p. 2).

Parte desse contingente de miseráveis, doentes, analfabetos e desempregados vem em busca da "terra prometida" no Brasil. A maioria fixou-se em São Paulo, no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul. Em solo gaúcho eles acabaram confinados a terras que não interessavam aos latifundiários: áreas na Serra cobertas por densa mata, sem estradas e comunicações.

De 1882 a 1914 o Rio Grande do Sul recebeu 66.901 italianos, a maioria vindos do Norte, justamente a região mais pobre daquele país. Eram do "Vêneto (54%) e da Lombardia (33%), o que perfaz mais de 2/3 do total, computando-se ainda 7% de Trentinos, 4,5% de Friulanos e apenas 1,5% de outras regiões." (THOMÉ, 1993, p. 10).

Os emigrantes vinham atraídos pelo fascínio da posse da terra, em busca do sonho de se tornarem proprietários. "O colono estava tomado pelo fascínio da posse da terra. Fugira da Itália atraído pela promessa de um lote colonial (...) Parecia-lhes um sonho receber cerca de 25 hectares de mata, cujo o solo, nos primeiros anos correspondia, generosamente aos esforços de quem o sulcava". (DE BONI e COSTA, 1984 p. 85).

Também buscavam a "utopia" da liberdade, traduzida pela autonomia "que para eles era essencial e decisivo para a própria realização social: ter autonomia (livre de padrões) e o necessário para comer ". (COSTA, 1993, p.27)

Se sabiam o que queriam do novo lugar, ao menos no plano institucional os italianos nem imaginavam o que deixavam para trás. Na verdade os imigrantes recém chegados sequer tinham assimilado a idéia de

uma Itália a pouco unificada. Embora ao desembarcar fossem denominados "italianos" pelos brasileiros, entre si não se reconheciam como tal, como cidadãos provenientes de um único país. Preferiam identificar-se como vênnetos, lombardos ou com a alcunha de sua região de origem. Afinal, até a unificação definitiva, a Itália encontrava-se politicamente dividida em três grandes regiões: o Norte, sob o domínio do Império Austro-húngaro; o Oeste, ligado à Casa de Savóia e a França; e o Sul, sob a influência do Vaticano e diversas microregiões.

A região de Veneza, de onde vinham a maioria dos imigrantes para o Rio Grande do Sul, estava dividida entre a Itália e a Áustria. Também havia uma clara distinção entre a região setentrional, essencialmente agrícola, e a meridional, voltada para o artesanato e as atividades comerciais. Nas regiões de maior emigração falava-se vários dialetos, pois somente após a unificação é que o italiano foi imposto como língua oficial. Portanto a "sua" Itália não era única: ela possuía muitas dimensões regionais distintas.

O não reconhecimento da cidadania italiana não ocorreu apenas entre os que deixaram a pátria ou tiveram pouco contato com a nova ordem institucional. Quarenta anos após os primeiros embarques para o Brasil, durante a Primeira Grande Guerra, os soldados italianos recusaram-se a abrir uma nova frente contra o império Austro-húngaro nos Alpes, "sobretudo porque muitos não viam motivo para lutar pelo governo de um Estado que não consideravam seu e cuja língua poucos sabiam falar". (HOBBSAWN, 1996, p. 35).

Como se verá adiante, o apego às dimensões regionais pelo imigrantes será repassado aos descendentes transformando-se num elemento constituinte da italianidade contemporânea na Região Oeste de Santa Catarina.

2. A construção de um modelo de desenvolvimento para a região

O isolamento relativo provocado pela topografia acidentada, as matas densas, a falta de estradas e a inexistência de mercado consumidor levaram os novos colonos a viver até a década de 1940 voltados quase exclusivamente para a subsistência. Como na década de 20, a extração de

erva-mate, a pecuária extensiva, a produção de fumo e a comercialização de madeira através do rio Uruguai, aliadas a uma escassa malha comercial, continuavam sendo as bases econômicas da região.

Portanto, as possibilidades da inserção de colonos descapitalizados nesta economia eram extremamente restritas. As duas grandes atividades de então, a indústria madeireira e a extração de erva-mate, estavam nas mãos de quem tinha capital suficiente para bancar serrarias e viabilizar todo sistema de produção. Delas os colonos participavam eventualmente vendendo o mato da propriedade a uma serraria, ou cortando os ervais nativos, caso existissem.

Embora as terras fossem férteis, o que os colonos podiam produzir - milho, feijão, suínos, algumas cabeças de gado - não tinha muitos compradores, conseqüentemente não geravam renda. "Nós plantávamos milho mas ninguém queria comprar. Não havia estrada para retirar a produção e as espigas ficavam na roça até apodrecer"¹⁰.

A única atividade agrícola relativamente organizada, cuja produção tinha compra praticamente garantida, era a fumicultura. Introduzida por descendentes de alemães provenientes da região de Santa Cruz do Sul, onde havia uma emergente e compradora indústria fumageira, a atividade foi assimilada pelos descendentes italianos em vários municípios. A produção era comprada por empresas nacionais e estrangeiras instaladas em Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas, como a recém constituída Souza Cruz.

A incerteza da vida no campo e a mudança provocada pela migração motivou muitos colonos a dedicar-se ao comércio e ofícios especializados nas cidades que se formavam. Face ao isolamento, a única saída para as comunidades emergentes prosperarem era tentar a auto-suficiência, produzindo tudo o que fosse possível: ferramentas, selas, carroças, máquinas para o campo, energia. Por isso colonos habilidosos logo tornaram-se seleiros, ferreiros, carpinteiros, mecânicos, dando origem a vários segmentos industriais que prosperam até hoje. Um dos entrevistados conta que seu pai quando saiu do Rio Grande do Sul para o Oeste, "foi

¹⁰ O depoimento é de Amélia Perondi Giusti, agricultora e moradora de Xavantina (SC) dado ao vídeo "Colonos" que trata da questão da terra na Região Oeste, produzido por Fernando Goss e Carlos Locatelli em 1990.

trabalhar de empregado numa serralheria e mais tarde comprou a sua". (Morador de Concórdia, 56 anos).

Apesar da falta de oportunidades, foi uma atividade pecuária rudimentar da colônia- a criação de porcos ao ar livre - quem determinou uma mudança no modelo econômico local e quem sustentaria o crescimento da região nas décadas seguintes. Desde os anos 20 alguns comerciantes compravam tropas de porcos criadas no mato, enviando-os vivos para São Paulo através da ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cruzava a região costeando o Rio do Peixe. Os pioneiros neste negócio eram dois descendentes de italianos, Atílio Fontana¹¹ e Saul Brandalise¹². Brandalise fundou em 1939 um frigorífico em Videira, que duas décadas depois passaria a se chamar Perdigão. Em 1944, Fontana capitaneou em Concórdia a criação da Sociedade Anônima Concórdia, a Sadia.

¹¹ Atílio Francisco Xavier Fontana, nasceu em 1900, na colônia de Arroio Grande, hoje distrito de Silveira Martins, no Rio Grande do Sul. Era o oitavo filho de um casal de imigrantes do Norte da Itália. Em 1920, após a morte do pai e do irmão mais velho, deixou a lavoura e tornou-se comerciante em Lageadinho (RS). Em seguida migrou para o Oeste Catarinense, estabelecendo-se em Campos Novos e depois em Luzerna. Aproveitando a proximidade da ferrovia São Paulo-Rio Grande, passou a vender em São Paulo e Paraná produtos da colônia, trazendo na volta artigos de consumo para os colonos. Em 1944, junto com 27 acionistas, fundou a Sadia, em Concórdia. De longo trânsito na política, Atílio foi prefeito de Concórdia, deputado federal, senador, secretário da agricultura e vice-governador de Santa Catarina. Em 1995 o grupo Sadia era o maior grupo privado com sede em Santa Catarina e o 15º maior grupo privado do Brasil, com faturamento de 2,9 bilhões de reais. Atílio Fontana morreu em 1989. Seus descendentes controlam a empresa. (REVISTA EXAME, 1996, p. 92).

¹² Saul Brandalise nasceu em 1916 em Guaporé (RS), filho de um imigrante italiano que, sem jeito para a agricultura, tornou-se negociante de jóias no interior. Em 1920 seus pais se estabeleceram em Videira, onde montaram um moinho e um armazém. Saul foi o único dos oito filhos que teve educação: chegou a concluir o curso de contabilidade em Curitiba. Três anos após a morte dos pais, em 1939, ele montou com alguns sócios um frigorífico e em seguida um curtume. Em 1995 o grupo Perdigão era o 40º maior grupo privado nacional, com faturamento de 963 milhões de dólares. Formado por 12 empresas e 13.600 funcionários, o conglomerado mantinha 8.500 famílias de produtores de animais integradas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Saul morreu em 1991. Em 1994 a família Brandalise vendeu o controle da empresa a um pool de fundos de pensão de estatais brasileiras. (REVISTA EXAME, 1996, p 93).

Segundo o sociólogo CAMPOS (1987, p.135)¹³, "ao contrário da indústria fumageira, o processamento industrial do suíno não era, naquela época, uma atividade oligopolizada a nível nacional, permitindo inicialmente a criação de diversos frigoríficos".

O sucesso do negócio montado por Fontana e Brandalise - comprar animais dos colonos, abatê-los e vender produtos industrializados em cidades em intenso processo de crescimento, como a São Paulo dos anos 40 - logo estimulou outros empresários a lançar-se no ramo. Em 1952, o madeireiro Plínio Arlindo De Nes¹⁴ fundou com alguns sócios a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó, em Chapecó. Em 1956, em Seara, a família Paludo abriu o frigorífico Seara. Outras indústrias de menor porte surgiram em várias cidades, como o frigorífico Pagnoncelli, em Joaçaba, pertencente a família Pagnoncelli, e o Safrita, uma sociedade de colonos e comerciantes descendentes de alemães em Itapiranga.

O crescimento dos frigoríficos quebrou definitivamente o isolamento econômico, social e cultural a que a região ficou submetida durante décadas. Lentamente o eixo de dependência pendeu do foco da migração, do Rio Grande do Sul, e da Argentina, tradicional compradora de madeiras, para o Sudeste do Brasil. A partir de 1953, como as estradas ainda continuavam precárias, as grandes indústrias passaram a transportar seus produtos para os grandes centros em aviões de carga DC-3. Na ida carregavam banha, presuntos e salames. Na volta traziam artigos para o comércio local, revistas, filmes. De uma dessas empresas surgiu a Companhia Aérea Transbrasil, até hoje vinculada à família Fontana.

¹³ CAMPOS, Indio. *Colonos do Rio Uruguai: relação entre a pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense*. Campina Grande, 1987. Dissertação (mestrado em economia) - Universidade Federal da Paraíba.

¹⁴ Plínio Arlindo De Nes nasceu em 1921 em Encantado (RS). O pai e a mãe eram comerciantes. Cursou contabilidade e chegou a cursar um ano da faculdade de ciência política e econômica em Porto Alegre. Desistiu do curso e aos 18 anos abriu uma loja de rádios em Encantado. Em 1942 mudou-se para o Oeste Catarinense, fixando-se como gerente de uma madeireira em Faxinal dos Guedes de onde enviava toras para a Argentina, via rio Uruguai. Em 1952, junto com outros sócios, fundou a Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó. Político, foi prefeito de Chapecó, secretário do Oeste e presidente do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina. Em 1995 a principal empresa do Grupo Chapecó, a Chapecó Alimentos, era a 206ª do Brasil. Com faturamento de 331,3 milhões de dólares. Plínio faleceu em 1995. Seu filho Plínio David De Nes é o controlador do grupo. (REVISTA EXAME, 1996, p.72).

Transformar a produção agrícola - especialmente o milho abundante - em proteína animal, e escoar a produção através de um sistema industrial/comercial levou pela primeira vez a possibilidade de crescimento às pequenas propriedades. Embora o preço pago pelos animais ainda fosse baixo, agora havia interessados em comprar o que as famílias de colonos produziam. Além disso, o sucesso dos frigoríficos privados estimulou grupos de agricultores a se juntar e a reviver a antiga prática européia das cooperativas¹⁵. Elas surgiram em quase todas as cidades para viabilizar a comercialização da produção, a compra de produtos de primeira necessidade, máquinas e insumos para a lavoura. Viabilizaram inclusive obras maiores, como a implantação de pequenas usinas hidrelétricas.

No início dos anos 60 praticamente toda a sinergia das propriedades rurais, exceto o plantio de feijão e trigo, estava canalizada para a produção de animais para os frigoríficos. Todas as demais atividades econômicas ainda persistiam, embora com peso relativo bem menor. O fim das reservas florestais da região, colocou a indústria madeireira em franco declínio. A produção de fumo e de erva-mate não aumentaram significativamente.

Portanto não é de estranhar que vieram da cadeia produtiva da carne dois fatos que na década de 1960 vão acelerar as transformações nas relações econômicas e sociais da região. O primeiro é a criação do chamado sistema de integração, que vinculou diretamente cada produtor a uma única agroindústria. Através deste sistema a indústria deixou de comprar suínos de qualquer produtor, modelo que vigorava até então. A introdução de animais de linhagens norte-americanas, canadenses e dinamarquesas para melhorar a qualidade da produção, exigiu a criação de animais em cativeiro, assistência técnica, rações especiais. A empresa oferecia tudo isso, exigindo em troca a entrega exclusiva da produção. A conjugação entre o *know-how* dos colonos na criação dos animais e a modernidade dos pacotes

¹⁵A maior cooperativa da região, a Cooperativa Central Oeste Catarinense (Coopercentral) reúne 15 cooperativas primárias e cerca de 50 mil associados, abatendo aves, suínos e industrializando sucos de frutas. Em 1995 ela era a 183ª maior empresa do Brasil, com faturamento de 362,9 milhões de dólares (REVISTA EXAME, agosto, 1996. p. 70). A Coopercentral foi fundada em 1969 numa articulação do atual presidente, Aury Bodanese, um ex-caminhoneiro que presidia a Cooperativa Chapecó e passaria a ter nos anos seguintes tanto poder político e econômico quanto Plínio de Nes, Atílio Fontana e Saul Brandalise. Bodanese, descendente de italianos, saiu de Erval Grande (RS) para Chapecó em 1947, onde trabalhou como comerciante e motorista de caminhão. Como era filho de agricultor, conhecia as dificuldades do campo. Essas condições acabaram lhe dando respaldo para reerguer o enfraquecido cooperativismo oestino dos anos 60. (REVISTA EXPRESSÃO, 1993. p. 17).

tecnológicos oferecidos, viabilizou um dos mais competitivos sistemas de criação de animais em todo mundo, comparável atualmente aos da Dinamarca, Canadá e dos Estados Unidos. Em contrapartida, o aumento da produtividade média logo gerou um excedente de matéria prima e tornou desnecessária a participação de grande número de colonos na produção comercial de animais.

No final da década de 60, a introdução da moderna avicultura vai marcar profundamente a economia da região. Implantada com parâmetros de produção nunca vistos na região, graças a transferência intensiva de pacotes tecnológicos recém lançados nos Estados Unidos e na Europa, a atividade começou na Sadia em 1969, estendeu-se às demais empresas, e em poucos anos estava em quase todos os municípios, tornando-se a principal atividade industrial da região. Com a avicultura chegaram definitivamente à região conceitos do capitalismo moderno, como qualidade e competitividade, exigindo tanto capital intensivo dos produtores para acompanhar as mudanças quanto pessoas mais capacitadas para gerir as propriedades e as empresas que se agregavam à cadeia de produção dos frigoríficos. Em 1969, com o apoio das prefeituras e empresas como a Sadia, Chapecó e Coopercentral, foi criada em Chapecó a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste)¹⁶, a primeira instituição de ensino superior da região. Os primeiros cursos formaram o que mais a economia local necessitava naquele momento: administradores de empresas e contadores.

Se por um lado é fato que o aumento do fluxo comercial quebrou o isolamento da região, deve-se observar que a integração com o país se deu no sentido Norte, ou seja, em direção ao Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro; e Sul, especialmente na direção de Porto Alegre. O processo não ocorre em direção ao Leste, onde se situa a capital de Santa Catarina, Florianópolis, possivelmente pela inexistência de estradas transitáveis o ano inteiro e pelo fato da capital ser um mercado incipiente. Na prática, Curitiba e Porto Alegre funcionavam como as "verdadeiras capitais" da região. Ali estavam os consumidores, os fornecedores de máquinas e equipamentos, as rádios ouvidas pelos moradores, os times de futebol pelos quais se torcia.

¹⁶ Atualmente a FUNDESTE chama-se UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) e foi reconhecida como universidade no início deste ano de 1996.

Dali vinham parâmetros de comportamento e de moda. Era em Curitiba e Porto Alegre, nunca em Florianópolis, que os filhos de famílias abastadas faziam suas faculdades.

Não é de estranhar, portanto, que até o final da década de 1960 Florianópolis continuava a ser apenas um ponto distante no mapa que cumpria o papel político administrativo de capital do Estado. "A gente só ia para lá se tivesse algum problema legal para resolver". (Morador de Joaçaba, 46 anos).

Embora a ligação cultural com o Rio Grande do Sul pesasse pela trajetória da colonização, o descaso histórico do governo catarinense com a região também contribuía para realimentar a relação. Basta ver que o primeiro governador a pisar na região foi Adolfo Konder, já às vésperas da década de 30, numa viagem de 30 dias da capital até a fronteira com a Argentina. "Somente em 1929, 13 anos depois da 'catarinização' oficial da região do Contestado até a fronteira com a Argentina, com o rio Peperiguaçu, o governo catarinense tomou conhecimento concreto da existência do homem e do território do já instalado município de Chapecó". (CORREA, 1994, p. 6)

Portanto, a desconexão entre os referenciais econômicos e culturais (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo) e políticos (Florianópolis), levou a uma insatisfação crescente em relação à capital do Estado, sob a alegação de que ela não correspondia às reivindicações da região, especialmente em relação a obras de infra-estrutura. Vale ressaltar que o asfaltamento da estrada que une o Oeste Catarinense ao Litoral, a BR 282, só foi concluído em 1974. Anos antes, em 1962, a insatisfação levou líderes políticos locais a apoiar um movimento para a criação do Estado do Iguaçu, que abrangeria o Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná¹⁷.

A ofensiva - ou estratégia política - foi neutralizada com a criação pelo governo estadual, em 1963, da Secretaria dos Negócios do Oeste, órgão com autonomia administrativa e orçamento suficiente para realizar as obras exigidas. O primeiro secretário a ser nomeado para o cargo foi Serafim Bertaso, filho do coronel Ernesto Bertaso, responsável pela colonização de

¹⁷ A situação de abandono pela qual vive a região, foi sempre uma das questões mais reclamadas pelo Movimento do Iguaçu. Este movimento será abordado no capítulo IV.

Chapecó. O seu sucessor, em 1971, foi Plínio de Nes, ex-prefeito de Chapecó e fundador do frigorífico Chapecó. Sob seu comando a Secretaria construiu pontes, escolas, interligou por estradas transitáveis todas as cidades da região, viabilizou energia elétrica e telefones em cidades e propriedades rurais. Como se verá no capítulo IV, nos anos seguintes esta Secretaria foi sendo lentamente esvaziada, até ser extinta durante o governo de Pedro Ivo Campos, de 1986 a 1990.

No final da década de 1970, a região não comportou mais o crescimento dos grandes conglomerados agroindustriais, que transbordaram para outros Estados. Após um grande processo de concentração industrial, em que os maiores frigoríficos compraram os menores, quem ficou no mercado, como a Sadia, Perdigão, Ceval (que comprou a Seara e a Safrita), Chapecó e Coopercentral, todas, passaram a produzir em outras partes do país, mas sempre vinculadas à pequena propriedade. Hoje o negócio que começou juntando porcos excedentes de pequenas propriedades tornou-se uma das maiores concentrações de capital na produção e industrialização de aves e suínos do mundo. Cerca de 30% do abate inspecionado de suínos e 25% do abate de aves do país acontecem na região.

Outra consequência direta do crescimento das indústrias é que o retorno de renda e impostos gerados por toda cadeia conferiu aos municípios onde ficam as fábricas uma acumulação de riqueza sem precedentes. Além do desenvolvimento do setor de serviços para dar suporte a atividade-fim, alguns municípios passaram a concentrar o comércio e atrair populações do campo e de municípios menores, dependentes apenas da produção primária.

Cidades como Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê tornaram-se fortes pólos microregionais, com renda per capita bem acima da média brasileira e regional. O sucesso econômico de uma região que até a chegada dos colonos, pouco mais de meio século antes, era mata virgem, deu as bases para uma representação comum entre os habitantes de que a única causa do desenvolvimento foi o trabalho de milhares de descendentes de italianos e alemães. "A exemplo das gerações que os precederam, os novos pioneiros do Rio Grande do Sul abraçaram a terra que os acolhia, criaram raízes e fizeram a saga do Oeste Catarinense" (SADIA. 1994).

Em várias cidades, a representação da relação pioneiro/trabalho/desenvolvimento foi institucionalizada. Chapecó tornou-se "cidade do progresso", Concórdia "a capital do trabalho". As duas cidades como as demais da região ainda recebem outros títulos que demonstram suas potencialidades e prosperidade: Chapecó também é considerada a capital nacional "do peru", Xavantina do suíno, Xanxerê a capital catarinense do milho.

A apropriação desses conceitos deve-se em grande parte à devoção a homens que chegaram na área praticamente de mãos vazias e graças a seu esforço e trabalho construíram uma "civilização". É o mito do pioneiro, do *self-made-man*, o homem que faz com as próprias mãos, venerado entre os habitantes e constitutivo da identidade italiana na região. O principal monumento de Chapecó é uma homenagem à figura do desbravador, representado por um bandeirante. O monumento feito em ferro com cerca de 10 metros de altura, está instalado no centro da cidade, ao lado da igreja matriz. O "Desbravador" representa as famílias que saíram da Itália, passaram pelo Rio Grande do Sul, tais como os Bertaso, Sperandio, Galina, e outros que colonizaram a região com seu trabalho e sacrifício tornando-a próspera. Eles chegaram sem nada e, sem qualquer ajuda oficial "construíram a civilização".



"O Desbravador", monumento em homenagem aos pioneiros do Oeste Catarinense.
Cartão Postal da cidade de Chapecó/SC

COSTA E BATTISTEL (1982, p. 70) definem o pioneiro como "um símbolo de homem forte, que sabe o que quer e procura atingir os seus objetivos sem prejudicar os demais". Attílio Fontana, Saul Brandalise e Plínio De Nes, fundadores das empresas que alavancaram o desenvolvimento da região, todos de ascendência italiana, tornaram-se mitos e acabaram controlando por anos a fio a política da região. Os três empresários "bem sucedidos" podem ser tomados como a personificação do "mito do homem pioneiro/desbravador", na medida que são os que acionam o discurso da imigração italiana, ou seja aqueles que evocam o contraste do sacrifício e das dificuldades dos primeiros tempos da colonização com o sucesso da industrialização.

O mito do "pioneiro/desbravador" na região, constitui-se na narrativa das origens como um "herói civilizador" que enfrenta as adversidades e as hostilidades de um ambiente selvagem, que transforma a natureza em cultura, instaurando a civilização¹⁸. Esta narrativa é comum nas trajetórias de vida destas três personalidades como de outros descendentes de italianos na região. Suas biografias são marcadas por uma história invariante que é de um descendente de italiano, nascido na colônia, com educação formal rudimentar e que através do sacrifício e do trabalho conseguiu se transformar num homem de negócios e bem sucedido. Todo o sucesso econômico obtido é explicado em função do trabalho, do espírito empreendedor e da eficácia italiana, de sua exclusiva disposição e dedicação incansável ao trabalho. Este discurso é expresso nos mais diferentes espaços, em jornais, revistas e na literatura local.

De Nes derrubou mato, dirigiu caminhão e trator até capitanear a Chapecó, empresa que ditou o modelo de crescimento da cidade. Foi político e secretário dos Negócios do Oeste de 69 a 75, era uma espécie de governador de toda a região. Como secretário, introduziu a

¹⁸ MOCELLIN (1993) analisando as narrativas míticas entre os descendentes de italianos na região de Nova Pádua - Rio Grande do Sul, demonstra como a explicação do progresso obtido naquela região, está vinculado ao mito do imigrante, nos mais diferentes grupos de origem italiana. Sendo a figura do pioneiro, do imigrante italiano recém chegado à região colonial do Rio Grande do Sul no século passado, o representante do herói civilizador.

telefonia, financiou empresas e agricultores. (REVISTA EXPRESSÃO. 1993)

Na biografia de Saul Brandalise, trajetória semelhante é narrada:

Graças ao seu esforço e tenacidade, senhor de uma tremenda garra para vencer, não houve desafio que o perturbasse ou desânimo a desviá-lo de seus pretendidos ideais. Um homem de peregrinas virtudes escudado na humildade de ser e na fortaleza da fé. Um catalisador de bons exemplos enriquecidos pela formação de seu caráter firme, voltado para o progresso debruçado sobre a seara do amanhã¹⁹.

Ao escrever a biografia de Atílio Fontana, seu sobrinho descreve os valores de um "exemplo de pioneiro":

meu tio foi o que os americanos costumam chamar de hard-worker, um trabalhador que deu duro ou um homem de trabalho. O trabalho foi o grande exemplo que ele deixou aos seus, foi a sua palavra de vida e seus empreendimentos prosperavam porque, além de sua fé em Deus, ele investiu todo o seu sangue e coração, energias e capacidade de renúncia naquilo que fez. Meu tio amou o trabalho²⁰.

E mais à frente acrescenta:

Ele acredita na força transformadora do trabalho. É graças ao trabalho que o homem se sente criador de si mesmo e do universo. Pelo trabalho, vencendo as ambições que o podem apequenar, o homem transforma a terra e faz dela a grande cidade dos homens, melhorando o seu nível de vida e, principalmente, intensificando o relacionamento entre as pessoas²¹.

Não há dúvidas que o modelo empresarial agroindustrial implantado na região favoreceu a acumulação de riquezas. Porém, ele não deu conta de todos os colonos que apostaram suas vidas na região, embora sob a lógica de mercado não tivesse qualquer obrigação de abrigar a todos. O fato porém

¹⁹ Texto do livro publicado pela Perdigão sobre a biografia de Saul Brandalise. (Retrato de um homem. Videira, SC :Perdigão S. A. Comércio e Indústria, 1982, p.122)

²⁰ FONTANA, Atílio. *História da minha vida*. Petrópolis : Vozes, 1980.

²¹ Idem, p.12.

é que há um enorme êxodo rural resultante de uma massa de agricultores que não teve e não tem capital suficiente para acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas exigidas pelas agroindústrias e pelos novos parâmetros de competitividade de uma economia globalizada.

No Oeste Catarinense, entre 1980 e 1991, ocorreu uma redução de 72 mil pessoas no meio rural e estima-se que 23 mil e 500 hectares de culturas agrícolas estão sendo abandonadas anualmente pelos agricultores. Se não for promovida uma reorientação agrícola e industrial na região prevê-se que cerca de 250 mil pessoas, das quais 80 mil economicamente ativas, serão excluídas do mercado de produtos agrícolas em pouco tempo²².

Com a impossibilidade de se integrarem à cadeia agroindustrial e o fechamento da fronteira agrícola estadual ainda na década de 1960, muitos colonos ou seus filhos foram obrigados a partir para outras terras ainda nas décadas de 1970 e 1980, repetindo a saga de seus antepassados. As terras prometidas agora chamam-se Rondônia, Acre, Tocantins, Roraima, Paraguai e Bolívia.

Mas o fracasso, sob a ótica italiana local, "é detalhe". Não são o governo, a empresa ou a macroeconomia os responsáveis pelos fracassos individuais. Não deu certo quem não trabalhou o suficiente. Ou trabalhou o negócio errado.

²² Relatório do EPAGRI (Empresa de Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agrícola de Santa Catarina) sobre o desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense, 1996.

CAPÍTULO II

A RETOMADA DA ITALIANIDADE

A década de 1970 é um marco importante para a italianidade na Região Oeste, pois é a partir deste período que descendentes de italianos vão retomar e revalorizar a sua identidade étnica. Embora até então manifestações da italianidade permeassem os mais variados espaços, elas já não eram entendidas como partes de uma identidade étnica específica, mas apenas como fragmentos inseridos no que seria, para aquelas pessoas, a sociedade brasileira de então. Esta visão, como se verá detalhadamente em trechos deste capítulo, é resultado de vários fatores históricos, sendo o principal a repressão executada pelo presidente Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, sobre os descendentes de imigrantes de países do Eixo. Getúlio proibiu o uso das línguas originais em todos os espaços públicos - inclusive as escolas - e marginalizou essas populações, interrompendo o processo de reprodução da identidade para as futuras gerações. Como muitas pessoas foram presas simplesmente por falar italiano ou alemão em público, a distensão política dos anos seguintes não foi suficiente para retornar ao modelo anterior a 1937. Escaldados por serem "diferentes", os descendentes de italianos deflagraram um processo de inserção na sociedade brasileira. A prioridade para a sobrevivência das famílias era que seus filhos falassem corretamente o português e assumissem os costumes e valores desta sociedade.

Paralelamente à coação política - é preciso ressaltar que ela ocorreu em todas as áreas de colonização italiana e alemã no país - especificamente na Região Oeste o processo de "abrasileiramento" da população foi estimulado pelo sucesso do modelo agroindustrial, que viabilizou a partir dos anos 60, um rápido aumento do poder aquisitivo nas cidades e facilitou um intercâmbio maior com outras regiões do país, especialmente o Sudeste. Associado a isso, como em outras partes do interior do Brasil, os novos costumes e valores de uma sociedade capitalista e de massa passaram a ser reproduzidos pelos meios de comunicação (a televisão acabara de chegar à região), provocando especialmente entre os jovens urbanos uma repulsa aos valores dos antepassados.

De certo modo, os respingos desta tardia revolução cultural dos anos 60 significaram uma aversão à herança dos colonos: para prosperar era preciso esquecer as raízes, modificar o modo de falar, ouvir música estrangeira, romper com a família e a religião. Ou seja, era preciso deixar de ser colono. Nada de mora e truco (dois jogos), nada de sotaques, nada de dialetos, nada de cantar "América", nada de rezas e terços. Discriminada e humilhada nos espaços públicos, especialmente os urbanos, a identidade italiana acabou confinada aos idosos e às pequenas cidades e comunidades rurais.

Na década de 1970 se deu um passo importante no processo de reconstituição da italianidade no Sul do Brasil. Sistemáticamente inúmeras manifestações voltadas à recuperação e a promoção da cultura italiana apareceram em centenas de localidades. O resgate se desenvolveu com maior intensidade a partir de 1975 no Rio Grande do Sul, por ocasião do centenário de comemoração da imigração italiana àquele Estado. Segundo Roselys Correa dos Santos¹, "houve um chamamento por parte da Itália". Até este período, a Itália não queria reviver a história da imigração pois era uma história de miséria. Por outro lado, até então muitos descendentes não tinham interesse em conhecer a história de seus antepassados, invariavelmente marcada pela miséria e a tragédia.

De acordo ainda com Roselys, o próprio cônsul da Itália no Brasil dizia que não queria reviver o processo de imigração por ser uma "história de colonos". A conotação começou a mudar a partir da descoberta de que parte destes "colonos" haviam se transformado em empresários de sucesso, reconhecidos no país e no exterior. As regiões colonizadas já não eram mais amontoados de paupérrimas propriedades e pequenas vilas. Colônias como Caxias do Sul e Bento Gonçalves estavam entre as maiores e mais ricas cidades do Rio Grande do Sul. Enfim, os colonos haviam alcançado o progresso, tornado montanhas inóspitas em regiões bem sucedidas economicamente.

¹ Roselys Correa dos Santos é historiadora, professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Informações obtidas através de entrevista realizada em sua casa em março de 1996. Segundo a pesquisadora, não há pesquisa realizada sobre os trajes e danças típicas utilizados por descendentes de italianos no Sul do Brasil.

Ao mesmo tempo em que seus feitos eram "descobertos", os colonos passaram a se interessar por uma Itália diferente da que seus antepassados tinham deixado no século XIX. Em lugar de desemprego e pobreza, a Itália era agora uma das potências européias. Um País onde, lhes informaram, tinham direito à dupla cidadania.

Para MOCELIN (1993), o movimento de resgate da cultura italiana na Região de Caxias do Sul se deu essencialmente através de eventos, publicações, manifestações culturais em que participavam universidades, prefeituras e várias outras entidades da sociedade civil. O fenômeno estaria associado ao crescimento econômico da região e visou reatar um "elo perdido com a Itália, ou com o primeiro mundo".

Da mesma forma que a migração ocorreu do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina, o resgate da identidade italiana seguiu modelo semelhante. Moradores do Oeste visitavam parentes no Rio Grande e voltavam maravilhados com as pesquisas sobre os antepassados. Ainda não havia publicações específicas produzidas na região sobre o assunto, mas informalmente muitas pessoas começaram a falar e a investigar a origem dos seus antepassados. Tornou-se prática comum as pesquisas sobre as "origens familiares", as investigações sobre os ascendentes, a localização de parentes distantes. De repente as festas com vários troncos de uma mesma família, reunindo várias gerações espalhadas em vários locais, voltaram a ser realizadas e valorizadas.

A comemoração do centenário da Imigração Italiana no Sul do Brasil em 1975, pode ser entendida como um divisor de águas da reconstrução da identidade italiana no Sul do Brasil. Afinal, ela provocou um "clima" que propiciou o surgimento de instituições formais como associações italianas, além de fortalecer antigas e criar novos vínculos informais entre os descendentes de italianos interessados em "resgatar a sua cultura".

O fenômeno ganhou maior intensidade na Região Oeste somente a partir da década de 90, graças ao suporte oferecido pelas novas associações italianas e ao apoio de órgãos oficiais ao movimento, através da criação de museus e de eventos que visavam resgatar e divulgar a cultura italiana.

Entre 1990 e 1991 foram criadas aproximadamente 15 associações italianas na região com o objetivo de resgatar e preservar a cultura do grupo².

As associações vão ser decisivas na produção e promoção da italianidade. Ao tornarem-se a instância que realiza o resgate da "cultura italiana", os participantes destas associações acabaram criando símbolos que demarcam o que pertence ou não à "cultura italiana". Enfim o que era ou não "italiano".

Segundo os entrevistados desta pesquisa, a produção desta italianidade acontece a partir das experiências de vida dos membros das associações. Ou seja: a história de quem participa destas associações acaba, em geral, sendo determinante da história reconstruída do grupo e da própria definição do italiano. Vale lembrar que os entrevistados desta pesquisa são em sua maioria os "deserdados", aqueles que saíram da colônia, que não herdaram a terra e tiveram que se virar em alguma das profissões oferecidas na cidade. São deles as vozes que darão o perfil do "italiano da Região Oeste".

1. A auto-atribuição do italiano

As auto-atribuições que os entrevistados conferiram ao que seria o italiano, foram definidas a partir de um conjunto de hábitos e costumes considerados como "italianos", partes da "tradição italiana". Neste processo, um repertório de diacríticos³ foram eleitos e tomados como parte da "tradição italiana", tais como a religiosidade, a alimentação, a língua, as canções. Outros critérios de identificação do grupo como o trabalho, só apareceram quando o grupo se coloca em confronto com indivíduos ou grupos de outras origens étnicas, o que se verá no capítulo IV.

² Dados fornecidos pelo *Istituto Veneto*. Ver em anexo a relação das associações italianas existentes no Oeste até 1994.

³ Os diacríticos são sinais eleitos por um grupo que vão marcar e construir uma diferença. Estes sinais podem ser a religião, a língua, valores morais, étnicos, etc. Um grupo em situação de contato ou na diáspora tende a escolher certos diacríticos que vão demarcar a sua diferença na sociedade. (CARNEIRO da CUNHA, 1987, p. 15).

Os hábitos e costumes lembrados como pertencentes aos italianos não são aleatórios, mas eleitos a partir de um determinado estilo de vida "incorporado" e internalizado, decorrente da trajetória de vida destes sujeitos nas colônias, através das lembranças das histórias de vida de cada um.

Este processo acontece através de uma memória que se mantém viva no grupo e que consiste não apenas em uma lembrança do passado, mas uma valorização presente desse passado. A memória portanto "retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém". (HALBWACHS, 1990, p. 82)

Segundo POLLAK (1992, p. 104) "a memória é um elemento constituinte da identidade". Através dela que há um sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

De acordo com o autor, a memória pode ser definida como um fenômeno individual e coletivo submetido a constantes transformações, onde as preocupações do momento constituem um elemento de sua estruturação. Por isto ela é também um fenômeno construído e totalmente negociável, que não deve ser compreendido como essencial de uma pessoa ou de um grupo. A memória de um grupo pode mudar dependendo do contexto em que ela está sendo expressa.

Concluindo, as auto-atribuições dos italianos são feitas através de um retorno ao passado, a partir das experiências vivenciadas nas colônias. São elas que designam uma identidade italiana, uma vez que há uma recorrência a valores, que são levados à condição de sinais diacríticos e portanto, definidores do grupo. São eles que vão dar a base para a construção do significado social da italianidade.

2. A religiosidade

A religiosidade é apontada como o amálgama da identidade italiana no Brasil, pois foi essencialmente através dela que os descendentes conseguiram se agregar e se formar enquanto um grupo distinto. "Os colonos que não falavam inicialmente a mesma língua, que não tinham um

grande sentimento de italianidade, reconheceram-se culturalmente como um grupo homogêneo através da religião"⁴.

A fé católica trazida pelos imigrantes acentuou-se nas colônias pelo fato de que era uma das poucas - senão única - tábua de salvação de várias gerações isoladas nos sertões do Rio Grande do Sul e no Oeste Catarinense. Como não tinham a quem recorrer em caso de dificuldade, a religiosidade "era fonte de conforto, consolo e segurança para quem passava por momentos de grandes dificuldades" (MERLOTTI, 1979, p. 24). Não havia médicos, mas a fé em Deus e as orações curavam, assim como abençoavam as colheitas e controlavam intempéries.

Como a presença de padres nas colônias era rara e em geral vinculada às festas das comunidades maiores, a principal expressão da religiosidade se dava dentro das famílias. DE BONI e COSTA (1984), ao descrever os aspectos antropológicos da vida do imigrante italiano, afirmam que, em muitas famílias, enquanto preparava-se a janta, rezava-se o terço. O terço é um longo conjunto de orações, composto por 50 aves-maria, seis pai-nosso, seis glória ao pai, um creio em Deus e uma salve-rainha. Em geral um membro da família puxava uma parte de cada oração, sendo seguido depois por todos os presentes. "O terço era rezado em latim ou em italiano, e sempre concluía o pai-nosso em latim com intenções diferentes, nunca ficando esquecidos os parentes falecidos e os familiares deixados na Itália". (DE BONI e COSTA, 1984, p.138).

Toda a noite nós rezávamos o terço em família. Não existia o cansaço. De noite tirávamos à mesa, ajoelhávamos e rezávamos. Depois lavávamos a louça e o pai sentava conosco. (Moradora de Herval D'Oeste, 54 anos).

Se rezava bastante naquele tempo. Todos os dias depois da janta. No domingo nós rezávamos o terço. Isso depois daquela missa vespertina. Ao meio dia enchia a barriga de churrasco e ia rezar. (Moradora de Chapecó, 78 anos).

Se a religiosidade foi no passado o principal elemento unificador dos italianos, hoje já não é tão determinante. Não que ela tenha perdido a importância, pois continua sendo um dos diacríticos pelos quais os italianos tendem a se definir. Na verdade, a religiosidade, está mais restringida a

⁴ Revista Enfoque, 1977, p. 30.

atividades comunitárias, especialmente rituais católicos em missas dominicais, festas de santos padroeiros das paróquias, procissões da semana santa, natal, corpus christi, e outros dias considerados santos.

Conforme os entrevistados, a prática das orações em casa ainda é mantida em algumas famílias, mas com menor frequência. "Não se reza mais tanto o terço, que é muito comprido, mas a oração em família ainda é um costume que permanece". (Morador de Videira, 53 anos).

A reza do terço já não é tão usada, mas é difícil não encontrar um italiano que não seja religioso. Faz mais de 100 anos que os italianos começaram a industrializar e a derrubar o mato, mas a fé dele em Deus supera todas as dificuldades. (Morador de Concórdia, 45 anos).

Contudo, nota-se também no meio urbano o crescimento de um ecletismo das práticas religiosas dos italianos, especialmente com a difusão de diversas religiões de origem afro, como o candomblé⁵.

3. A comida

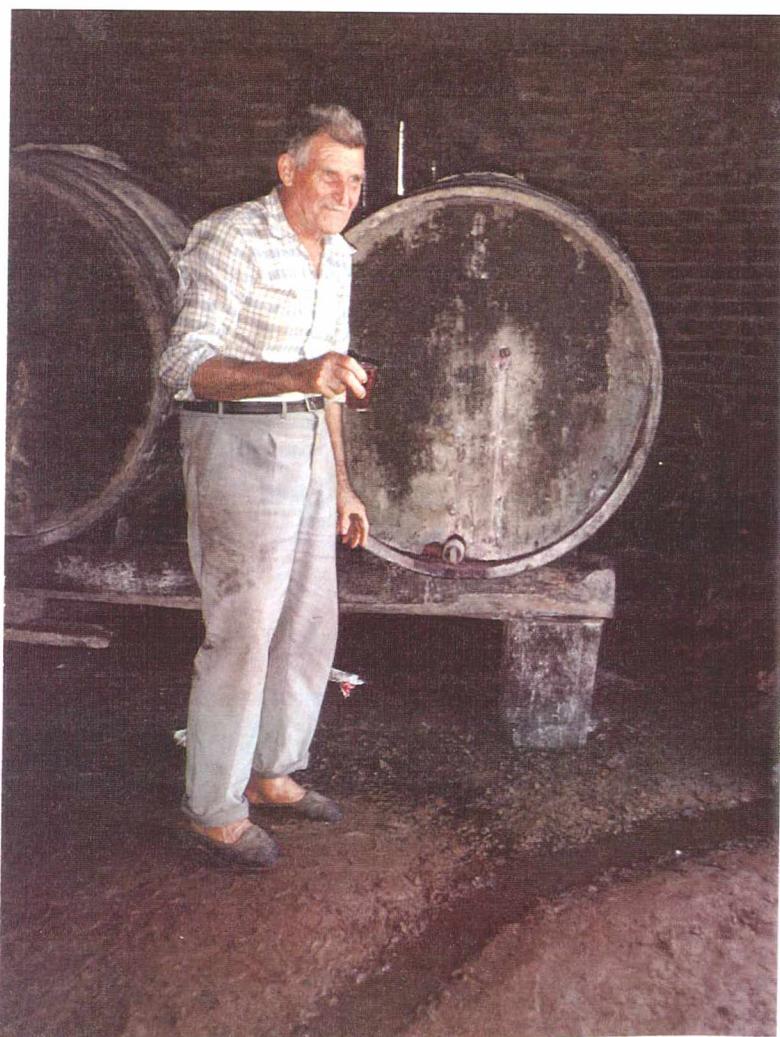
O descendentes de italianos também se identificam, se reconhecem e se diferenciam pelo uso de uma culinária específica, que não está representada por um único prato, mas sim por um conjunto de alimentos. Pode-se dizer que os principais são a polenta, a massa, o queijo, a carne de porco sob várias formas, especialmente produtos salgados e curados. Todos eles tem em comum o uso de ingredientes abundantes desde a chegada dos imigrantes: milho, trigo, leite e carne de porco. Há casos de produtos oferecidos em abundância pela natureza e absorvidos pelo grupo em decorrência da carência de alimentos. O principal é o pinhão, fruto do pinheiro araucária, comum nas florestas do Sul, que por ser muito saboroso

⁵ Na região é possível perceber a participação de descendentes de italianos também em religiões afro-brasileiras como a umbanda e o candomblé, embora não tenha nenhuma pesquisa realizada na região sobre o assunto. Oro (1987), em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, destaca a participação de descendentes de italianos em religiões afro-brasileiras como a quimbanda, a umbanda e o batuque. Segundo ele os participantes destas religiões não negam a sua identidade católica, participando em graus diferentes tanto dos rituais afro-brasileiros quanto do catolicismo.

e rico em amidos e gorduras salvou muitas famílias da fome durante o inverno.

Chegamos aqui e durante meses choveu tanto que não tínhamos o que comer. Aí meu marido cruzou o rio Ariranha e derrubou um pinheiro à machado. Com a madeira fizemos a casa e os pinhões mataram a fome durante muito tempo. (Moradora de Xavantina, Amélia Perondi Giusti)⁶.

O vinho é a bebida identificada como pertencente ao grupo, em geral tinto, e de preferência feito com uvas do próprio parreiral.



Agricultor de Concórdia/SC e sua produção de vinhos armazenados em pipas de carvalho, prática reconhecida como italiana e ainda preservada.
Foto: Raquel Mombelli

⁶ Depoimento do vídeo “Colonos”, produzido por Carlos Locatelli e Fernando Goss em 1990.

Ter vinho de casa, "puro e sem química", como gostam de dizer os descendentes, é motivo de orgulho. É muito comum ainda entre os agricultores da região, a fabricação caseira do vinho, armazenado em pipas localizadas no porão da casa. O vinho era - e ainda é em muitos lugares - consumido tanto pelos adultos quanto pelas crianças (diluído em água), pois acredita-se que ele purifica e fortalece o sangue.

A polenta e o vinho nunca faltavam. O pai cultivava quase quatrocentos pés de parreira, nós fazíamos vinho em casa, e tinha aquelas pipas enorme. (Moradora de Herval D'Oeste, 54 anos).

A polenta é um dos pratos que mais identifica o grupo e com o qual os descendentes mais se identificam na região⁷. Comida cotidiana na Itália do século passado, ela foi a salvação dos imigrantes face a abundância de milho nas colônias e pelo o de sua farinha ter grande longevidade. O preparo simples (basta adicionar água quente e sal) elevou-a a condição de base da alimentação desta população. Vale lembrar que outros produtos à base de amido que compõe a alimentação de várias populações carentes do país, como o arroz e a farinha de mandioca, não foram assumidos pelo grupo.

A polenta funciona como prato principal ao meio dia e suas sobras são reaproveitadas na janta e no desjejum do dia seguinte. No almoço é acompanhada por feijão, massas, carnes de porco, gado ou frango, além de saladas. Como endurece ao esfriar, no jantar a polenta pode ser posta para "sapecar" na chapa do fogão à lenha. Pela manhã podia ser consumida "sapecada" ou simplesmente misturada com leite.

Uma pessoa em viagem pela região facilmente notará que o que os descendentes consideram "cozinha típica italiana" pouco tem em comum com a cozinha contemporânea da Itália e a de outras partes do país onde os italianos também se fixaram. A "cozinha italiana" do Oeste Catarinense é muito semelhante a do Rio Grande do Sul, mas completamente distinta da de São Paulo, por exemplo. Enquanto em Santa Catarina ela está mais baseada

⁷ SEYFERTH (1990, p.70), diz que a polenta é um dos pratos principais dos colonos italianos em Santa Catarina, sendo as massas pratos mais freqüentes nas mesas dos italianos de São Paulo.

na polenta e nas carnes, em São Paulo baseia-se mais nas massas. As massas também têm lugar de destaque no Oeste, porém, com características diferentes. Elas não são feitas com farinha de trigo duro, inexistente na região, e os formatos restringem-se ao espaguete e ao “macarrão” (o rigatoni como é denominado na Itália) -uma massa redonda furada ao meio, medindo mais ou menos dois centímetros. Além disso, não se aprecia acompanhamentos exclusivamente à base de temperos (como o pesto, por exemplo), de pescado ou legumes. Na região, massa é sempre acompanhada por molhos à base de carne.

Um prato típico bastante valorizado pelos descendentes da região é o churrasco, incorporado da cultura gaúcha. Geralmente é servido aos domingos no almoço em família. Diz-se que domingo sem churrasco não é domingo. E churrasco autêntico deve ser feito com carne de bovina, de ovelha, lingüicinha e galeto. Para acompanhar, maionese de batatas e salada verde. O churrasco é feito pelo dono da casa, ou o filho mais velho, mas sempre um homem. As mulheres preparam a mesa, a salada e lavam a louça e os espetos. O churrasco é o prato preferido em comemorações, aniversários, casamentos, batizados, campeonatos, nascimentos, reuniões, etc.

Outro elemento trazido do Rio Grande do Sul e muito apreciado é o chimarrão, um infusão de erva-mate servida nos mais diferentes horários. O ritual de “tomar o chimarrão” é praticado por pessoas de todos os níveis sociais e nos mais diferentes espaços. Toma-se chimarrão nas empresas, no comércio, em campeonatos de futebol, em disputas automobilísticas, nas escolas, nos parques, na piscina. Em algumas lojas do comércio, a bebida é oferecida tanto para funcionários como para a freguesia.

O chimarrão funciona como um elemento socializador (“vou tomar um chimarrão com fulano”). A bebida é um agrado, um sinônimo de educação e gentileza com o que chega. Ela também proporciona um espaço para encontrar os amigos, para conversar, trocar idéias. É um momento de lazer e de encontro familiar. Quase todas as entrevistas realizadas nesta pesquisa foram acompanhadas pelo chimarrão.

4. As canções

Em meados de 1995 uma família de italianos juntou cerca de 150 descendentes num Centro de Tradições Gaúchas da região para comemorar os 50 anos do casamento do patriarca e da matriarca da família. Havia descendentes de todas as idades, de posições sociais muito distintas (médicos, engenheiros, políticos, jornalistas, agricultores, comerciantes, fazendeiros), provenientes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, e Mato Grosso do Sul. Após uma missa e um churrasco, a família se reuniu para cantar. Os mais velhos lembravam aos mais novos as canções que tinham ouvido na infância, e que estes, por vários motivos, não haviam aprendido. Cantavam “Il Mazzolin de Fiori”, “La Verdinella”, “Santa Lucia”. Cantavam, e o eco de suas vozes voltava ao passado e os fazia chorar.

Assim como a religião e a alimentação, as canções são um forte elemento de identificação do grupo. Se hoje restringem-se aos momentos de confraternização - e talvez por isso as lágrimas - antes elas eram prática comum: cantava-se durante o trabalho, nas horas de folga, nos filós⁸.

O filó era uma prática comum entre aqueles que viviam nas colônias. Consistia em uma espécie de reunião recreativa, previamente marcada em uma das famílias da vizinhança. Geralmente, a família se deslocava até casa onde seria realizado o filó, a pé ou a cavalo. Lá, era recebida com vinho, pipoca, batata doce, pinhão.

Os filós também foram lembrados, como um costume típico italiano. Lembrados como momentos de alegria onde uma família visitava a outra e juntas compartilhavam horas de lazer. Geralmente, para as mulheres estes encontros eram também transformados em atividades manuais, enquanto que para os homens "era uma grande festa".

Os homens se reuniam pra jogar baralho e nós mulheres, o que a gente ia fazer? Um monte de palha molhada embaixo do braço, pra fazer trança. Estão nós pegava umas cinco moças cantando e nós ia fazer serão lá longe caminhando uns três quilômetros lá na família que a gente ia, eles faziam pipoca,

⁸ “A palavra filó significa, na Itália, o conjunto de trabalhos manuais que podiam ser executados em casa, no período de inverno. Uma boa atividade era o encontro entre vizinhos. Uma família visitava a outra e vice-versa” (COSTA, 1996, p.178).

amendoim, e ajudava a cantar e quando terminava a palha pegava e ia embora. (Moradora de Chapecó, 78 anos)

Enquanto que para as mulheres os filós eram também um momento de trabalho para os homens eram momentos de puro lazer, onde "cantavam, jogavam bocha, mora e bebiam". (Morador de Concórdia, 34 anos)

Como lazer do grupo foram descritos ainda, nas entrevistas, o bodoque, a gaita de fole, quadrinhas, a bocha, futebol, jogos de cartas, "trê sete", domingueiras, "a mora", a pinga, pau de sebo, festas religiosas, dança dos sete passos e o "briscolato".

Mas cantar diariamente era um hábito comum entre as famílias.

No tempo dos falecidos pais, a gente costumava cantar, mas era canção que trouxeram da Itália. Naquele tempo nos cantava el salada troveloto, Massolin, la verdinella, nós cantava o dia inteiro, sem cansar. (Morador de Herval D'Oeste 78 anos).

As canções mais lembradas pelos entrevistados são "La verdinella", "La Santa Lucia", "Quel capelin di paglia", "La santo norte", "sul mare luccica", "Quel mazzolin di fiori", "Viva la america", e "Da l'Itália noi siamo partiti" ou "Canto d'emigranti".

Esta última, a canção "Noi siamo partiti" ou "Canto d'emigranti" é apontada como uma das mais representativas do grupo. Pois, segundo um entrevistado, a canção " sintetiza toda a história do imigrante italiano".

O livro *Assim vivem os Italianos* (COSTA e BATISTEL, 1982), indica que ninguém sabe ao certo a autoria e a data da composição da canção. Sugerem os autores do livro que ela poderia ser de um agricultor chamado Angelo Giusti, morador de Nova Trento, atual Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Segundo o livro, o autor obteve inspiração para compor a canção a partir do trabalho na agricultura, na dedicação à família e no contato com a terra. Fato é que canção acabou se tornando uma espécie de "hino contemporâneo dos italianos", especialmente após seu uso na trilha sonora do filme "O Quatrilho" de Fábio Barreto, baseado no romance de José Clemente Ponezzato, sobre os italianos em Caxias do Sul.

"Noi siamo Partite"

"Canto D'emigranti"

Da l'Itália noi siamo partiti
 sian partiti col nostro onore
 trenta sei giorni di macchina a vapore
 e in América noi siamo arrivá

Da Itália nós temos partido
 E partimos com a nossa honra
 Em trinta e seis dias de vapor
 Na América temos chegado

A l'america noi siamo arrivati
 non abbiám trovato nè paglia, nè
 fieno
 Abbiám dormito sul nudo terreno
 Come le bestie abbiám riposà.

Na América temos chegado
 Sem encontrar nem palha, nem feno
 E dormimos sobre o nu terreno
 Como animais temos descansado

L'América l'è lunga e l'è larga
 l'è formada di monti e di piani
 e con l'industria de noaltri italiani
 abbiám fondato paesi e città.

A América é grande e extensa
 Recorberta de montes e planos
 Com o trabalho, nós italianos
 Construímos vilas e cidades.

Merica, merica, merica
 cosa sarala sta merica.

América, América, América
 como será esta América.

Além de poesia, a canção traz um conteúdo que sintetiza os valores que compõem o mito do pioneiro, que, como visto no capítulo I, tem importância fundamental na constituição da identidade do grupo. A mensagem é clara ao enfatizar a trajetória de pessoas que saem de sua terra natal sem nada, somente com sua "honra". Eles viajaram para chegar na América, o lugar da "cucanha"⁹, onde supostamente a prosperidade e riqueza lhes seria fácil. Ao contrário do que previam, na América real tiveram que lutar - e muito - para sobreviver. Na "América, grande e extensa" resistiram e através do "trabalho", os italianos "construíram o progresso".

⁹ A cucanha é uma lenda-mito que tem origem na Idade Média e que conta a história de um lugar, um mundo novo, caracterizado pela abundância e fartura. Um lugar onde não existe o trabalho e a propriedade. O país da cucanha é imaginado como um utópico mundo onde tudo é permitido. Tal mito passou por um novo processo durante o período de emigração do Norte da Itália, sendo utilizado principalmente na publicidade em torno dos novos mundos que eram divulgados como o país da cucanha para aquela população (SANTOS, 1995).

5. A língua

Os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil não falavam uma língua única. Como vinham de várias regiões de um país marcado pela diversidade, cada grupo utilizava um dialeto específico, que em muitos casos, eram incompreensíveis entre si. Coube à igreja e a muitos religiosos a socialização de uma língua comum entre essas populações que viviam na Região Sul do Brasil, num fenômeno que os lingüistas denominam koiné¹⁰. A koiné permitiu que piemonteses, trentinos, friulanos, lombardos e a maioria vêneta falassem entre si. Ela perdura até hoje como um dialeto denominado genericamente de talian¹¹.

Segundo BUBMANN (1983, p. 95) o dialeto é

uma forma de língua falada diferente da forma padrão ou norma e condicionada por fatores geográficos. Sob o aspecto genético-histórico, os dialetos são mais antigos que a norma ou a língua padrão (que normalmente deles emerge) e podem ser vistos, por isso, na sua forma atual como reflexo de desenvolvimentos ou processos históricos¹².

A partir do movimento de valorização da italianidade no Rio Grande do Sul e por extensão no Oeste Catarinense, o dialeto talian passou a receber uma atribuição extremamente positivada, numa resignificação que tenta elevá-lo à condição de uma língua oficial¹³. A diferença, neste caso, ultrapassa os conceitos puramente técnicos descritos no parágrafo anterior. Os conceitos de língua e dialeto encerram relações de poder, pois em geral são classificados como "dialeto" as formas de expressão de grupos

¹⁰ Koiné é um termo grego que surgiu em Atenas para designar uma forma dialetal que se "amalgamou" e se sobrepôs sobre todos os outros (BUBMANN, 1983). O dialeto vêneto ou o dialeto talian, ao qual os entrevistados se referem, é um exemplo de uma koiné, porque se originou da junção de vários dialetos.

¹¹ Segundo Ari Pedro Oro, o talian é o termo designado para definir o dialeto italiano falado no Rio Grande do Sul, formado sobretudo pela contribuição dos dialetos vêneto e lombardo.

¹² A tradução do texto é de Gilvan M. Oliveira, lingüista e professor da UFSC.

¹³ É objetivo de algumas associações italianas implantar no currículo escolar, de primeiro grau, o ensino da língua italiana, ou seja da língua falada oficialmente na Itália. Porém, esta questão ainda é polêmica entre os membros do grupo, pois alguns defendem o ensino da língua pela qual seus antepassados se expressavam: o dialeto talian.

dominados, e "línguas" os padrões de grupos que detém maior poder numa determinada sociedade.

PETRONE (1990, p. 607) afirma que "entre as elites culturais, (vigora) a idéia de que uso do dialeto seria um traço próprio das categorias sócio- culturais subalternas (...). O dialeto constituía-se para muitos em um dos traços identificadores do pobre e do rústico, do inculto, enfim do dependente".

Portanto não é de estranhar que até o recente movimento de valorização da cultura italiana, o talian estivesse confinado ao espaço doméstico, pois era "feio e fora de moda" para ser falado em público, considerado pejorativamente como "coisa de colono". Entre outros significados, a expressão colono encerrava - e ainda encerra - pessoas que não falam corretamente o português. Quando alguém não pronuncia corretamente os dois "erres" de uma palavra, em geral é taxado de colono. Há uma expressão corrente na região de que pessoas que falam assim, "escoregam nos eres".

Nas cidades, o referencial de comportamento ditado pelos padrões das capitais e pela televisão, contribuiu para tornar o talian "fora de moda" e "coisa do passado". No processo de "abrasileiramento" do grupo, o importante era dominar bem o português e, entre os descendentes de italianos da elite local, aprender o inglês.

A valorização do talian reapareceu junto com o processo de resgate da cultura italiana. As pessoas que dominavam o dialeto passaram a vangloriar-se por terem "conservado" os "hábitos culturais dos antigos", e muitos que não o fizeram procuraram aprendê-lo. Expressar-se em dialeto passou a ser visto como algo "bonito", valorizado pelos descendentes. Logo ele deixou a clausura dos ambientes domésticos para ser usado em espaços públicos. Um entrevistado, por exemplo, contou orgulhoso que fala em dialeto até com o gerente do Banco do Brasil de sua cidade, fato que até bem pouco tempo atrás era quase impossível acontecer.

Se no passado recente o dialeto era algo desprezível, hoje é um importante critério de diferenciação. Entre os jovens dos anos 90, ter se negado a aprender o dialeto em casa, causa arrependimento. Afinal, agora

dominar a língua dos antepassados tornou-se sinônimo de distinção e de pertencimento ao grupo étnico italiano.

Sinto não ter aprendido o dialeto. Tinha uma aversão porque achava que era feio. Encontrava o pessoal na escola e me chamavam um pouquinho de lado porque eu falava errado. (Morador de Videira, 34 anos).

Para compreender o processo de desvalorização do talian é preciso percorrer raízes bem mais profundas que as descritas acima, fincadas na política de nacionalização imposta ao país especialmente no período do Estado Novo sob o governo de Getúlio Vargas.

A ditadura instaurada a partir de 1937 deflagrou um projeto de nacionalização que proibia o uso corrente de línguas estrangeiras em todos os ambientes. RADIN (1995, p. 89) relata que a campanha de nacionalização marcou profundamente a experiência dos ítalos na região de Joaçaba. "A forma autoritária como aconteceu, contribui para que os imigrantes, temendo a perseguição, se isolassem ainda mais em seu microcosmo familiar e na pequena comunidade".

Falar o dialeto entre 1937 e 1945 implicava em correr o risco de ser estereotipado, preso e torturado. Segundo FIORI citado por MOSER (1995, p. 123), "se de um lado, o não uso do idioma português era considerado um ato de traição à pátria brasileira, de outro, o emprego do idioma estrangeiro (independente de qualquer análise política) qualificava o falante - impunha-lhe um estereótipo, estigmatizava-o; se a língua era o italiano, tratava-se de um fascista; se o idioma era o alemão, tratava-se de nazista, um 'quintacoluna'".

Aliás, durante a ditadura de Vargas, o talian foi condenado à extinção. O processo representou, segundo MOSER(1995), a impossibilidade de vários descendentes conhecerem e vivenciarem as suas práticas culturais. Durante a nacionalização, o grupo sofreu as mais variadas violências físicas e morais simplesmente por expressarem uma palavra em italiano.

Estes acontecimentos ainda estão na memória dos entrevistados como algo que marcou suas experiências e sua identidade no passado.

Neste período, as pessoas viviam com medo de se expressar pois a qualquer momento poderiam ser denunciadas e presas.

A minha tia foi para a cadeia porque uma época se proibiu no Brasil de falar o talian. Nós fomos na missa e a tia disse ANDEMO Maria. Daí veio a polícia e pediu o que ela disse e levaram ela para a cadeia. Mais de quatro horas na cadeia, presa porque não dava para falar". (Moradora de Chapecó, 78 anos)

Casos como estes eram comuns. Um senhor de 83 anos lembra da época da "perseguição"¹⁴, em que pagou seis meses de prisão simplesmente por tentar impedir que um amigo de origem alemã fosse preso por ter falado uma palavra em alemão durante uma festa de igreja, no interior de Xaxim, no ano de 1942. Ao perceber a injustiça do caso, pois achava que uma pessoa honesta e trabalhadora não poderia ser presa, ele tentou interferir e também acabou preso. Sua libertação só foi obtida quando questionou o juiz sobre sua cidadania: "Se eu trabalho neste país, tenho carteira assinada, servi no Tiro de Guerra e não sou brasileiro, então quem é brasileiro? Só os meus cachorros?". Segundo ele, o juiz riu da comparação e determinou sua libertação.

Alguns também recordaram que neste período, muitos objetos familiares tiveram que ser escondidos, ou então destruídos, especialmente livros e documentos.

Como falavam em italiano, na época meu pai e minha mãe tinham dificuldades muito grandes. Eles nem saíam de casa para não falar bobagem, porque eles não sabiam falar direito em português. Todos os documentos e livros foram guardados num sobrado, porque passava estas tropas e levavam tudo. (Moradora de Herval D'Oeste, 52 anos)

Até aquele momento era comum nas áreas de imigração, as escolas ministrarem aulas na língua estrangeira predominante em cada local. Mas por força da lei elas foram fechadas ou obrigadas a adotar o português.

¹⁴ "Perseguição" é um termo usual entre a população local para designar o período de nacionalização de Getúlio Vargas.

Todo o material didático passou a ser analisado previamente pelo governo, e neles foi instituída a obrigatoriedade cívica em homenagem à Pátria e ao chefe da Nação. (MOSER, 1995)

Conforme análise de SEYFERTH (1990, p. 90) "de certa forma a nacionalização eliminou os canais formais de atualização da etnicidade da maioria dos grupos". As escolas tinham uma função étnica de socializar as crianças em sua língua nacional (italiana, japonesa, alemã, etc), e ali acentuar o seu pertencimento a um grupo étnico determinado. A campanha impôs a assimilação dos grupos por meio da obrigatoriedade do ensino do português e ainda pela imposição de valores brasileiros.

Em várias entrevistas a obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa é lembrada como algo que lhes foi imposto.

Com a ditadura dos gaúchos, os nossos italianos foram obrigados a falar a pau o português. Eu comecei a falar o português com 7 ou 8 anos de idade. A minha primeira palavra foi 'pon' (pão), senão eu só falava o italiano". (Morador de Chapecó, 55 anos).

Outro entrevistado lembra que quando começou a estudar não conseguia tirar notas boas pois só falava o italiano. "Só quando veio a lei do Getúlio que eu troquei". O processo de aprendizagem do português, segundo este agricultor de 74 anos, foi facilitado porque contava com a ajuda de pessoas que dominavam a língua nacional: os caboclos. "Naquele tempo existia muito camarada. Os caboclos vinham, a gente pegava para trabalhar e aprendia o português assim". (Morador de Heval D'Oeste, 74 anos).

Interessante registrar que foi desta forma que muitos descendentes de italianos passaram a dominar a língua portuguesa, ou seja, através de um grupo que estava sendo completamente expropriado de sua cidadania na região, os caboclos, ou seja, uma cidadania expropriada viabilizando a construção de uma outra.

6. O Ítalo-gaúcho

Além dos diacríticos descritos anteriormente, para se compreender a formação da identidade dos descendentes de italianos do Oeste Catarinense é preciso analisar sua relação com a identidade gaúcha, com a qual mantém uma articulação muito intensa. Para a população local não há problema em identificar-se ora como italianos, ora como gaúchos, conforme a situação. Para eles uma identidade não exclui obrigatoriamente a outra. Tanto que muitos entrevistados se autodefiniram não como italianos, mas como "ívalo-gaúchos", ou como um "gaúcho catarinense".

A simbiose não é de hoje. AZEVEDO (1982) já apontava que "os primeiros colonos se admiram e até se entusiasmam com as maneiras, a personalidade, o traje do gaúcho do campo" (AZEVEDO, 1982, p. 254). E que a "reinterpretação do 20 de setembro, data da unificação da Itália, como o dia da proclamação da República Rio Grandense, permite aos imigrantes celebrarem sem conflito sua efeméride nacional junto com os gaúchos que cultuam sua epopéia" (AZEVEDO, 1982 p. 260).

A identificação com as "coisas gaúchas" acentuou-se no Oeste Catarinense a partir da década de 1980, quando a população local aderiu em massa às manifestações ligadas à "tradição gaúcha" que ressurgia como um grande movimento no vizinho Rio Grande do Sul. Na região existem atualmente cerca de 60 Centros de Tradições Gaúchas (CTG) ativos, contando em seus quadros com centenas de descendentes de italianos¹⁵.

É interessante salientar que tanto o movimento tradicionalista quanto a italianidade estão pautados numa invenção das tradições. Para OLIVEN (1992) o movimento tradicionalista conseguiu inventar e se apropriar de uma série de tradições que foram assimiladas como "lendas" gaúchas pela população, e que são difundidas como folclóricas. É o caso da indumentária gaúcha: a bombacha, o lenço e a guaiaca.

OLIVEN (1992) demonstra em *A parte e o Todo* que a partir de 1980 há um intenso surgimento de atividades ligadas às tradições no Rio Grande do Sul. Mais de mil entidades tradicionalistas foram fundadas e mais de 40 festivais de música nativista realizados, envolvendo um público de

¹⁵ Dados fornecidos pelo Movimento Tradicionalista de Santa Catarina. Em anexo a relação dos CTGs existentes na Região Oeste.

aproximadamente um milhão de pessoas. Além do crescimento do consumo de uma infinidade de produtos culturais voltados à temática gaúcha como moda, música, programas de televisão e rádio, revistas, livros, etc.

O fenômeno literalmente correu para o Oeste Catarinense. Criaram-se ou ressurgiram nas cidades da região os CTGs, locais onde uma "irmandade" cultivava os mesmos costumes e tradições. Os CTGs, até então um espaço restrito a fazendeiros rudes e peões, passaram a ser freqüentados por um público urbano, ricamente pilchado, montado em cavalos de raça e carros do ano. Dentistas, advogados, representantes comerciais, e uma infinidade de "ex-colonos" que conquistaram dinheiro e poder na cidade voltavam através dos CTGs às raízes, participando de bailes tradicionalistas, cavalgadas e até disputando com peões as provas de tiro de laço e de doma em rodeios.

O súbito engajamento dos jovens nas atividades foi visto pelos mais velhos como algo extremamente positivo, representando uma espécie de "salvação" para uma geração que, para eles, até então parecia perdida. Agora interessavam-se por "atividades sadias", pelos "nossos costumes" e não iriam mais "se perder em práticas perigosas", como as provenientes do centro do país.

Os festivais musicais municiaram o movimento com poesias e canções que falavam de uma volta às raízes, da vida bucólica no campo, das perversas transformações provocadas por uma sociedade industrial e urbana. Muitas rádios locais passaram a dedicar os horários nobres às músicas nativistas, embaladas pelo sucesso de novos grupos e inúmeros festivais. Antes os espaços eram ocupados pela música popular brasileira ou sucessos internacionais.

Neste contexto, o chimarrão deixou de ser um simples ato de sorver água quente misturada à erva mate e passou a representar uma adesão às "coisas da nossa terra". As rodas de chimarrão, até então reservadas ao espaço doméstico, extravasaram para os espaços públicos: ganharam as praças, as ruas, as empresas. Algumas prefeituras chegaram a promover "mateadas públicas" em parques e praças municipais, embalados por música e apresentações tradicionalistas, freqüentadas pelos mais diferentes atores

sociais: vereadores, lideranças políticas e famílias engajadas ou não às tradições gaúchas. As mateadas públicas acabaram institucionalizadas e passaram a constar das programações festivas oficiais de muitos municípios, especialmente nas comemorações de aniversário de emancipação política, e na data da Revolução Farroupilha (20 de setembro)¹⁶.

Em Chapecó, a comemoração da Revolução Farroupilha tornou-se nos últimos anos uma data importante no calendário de eventos do município.



A “mateada” realizada num parque público durante as comemorações da Revolução Farroupilha, em Chapecó.

Foto: Raquel Mombelli

¹⁶ A Revolução Farroupilha começou em 20 de setembro de 1835, e visava a independência do Rio Grande do Sul do restante do país. O movimento só terminou em 1845. (Zero Hora de 20 de setembro de 1994).

Há um desfile de cavaleiros dos CTGs da cidade na avenida principal, com a presença das autoridades locais. À frente do desfile, membros dos CTGs carregam as bandeiras do Município, do Estado e das entidades tradicionalistas. A festa termina com mateadas e apresentações musicais. Como se trata de um movimento cultural, há também mudanças na moda.

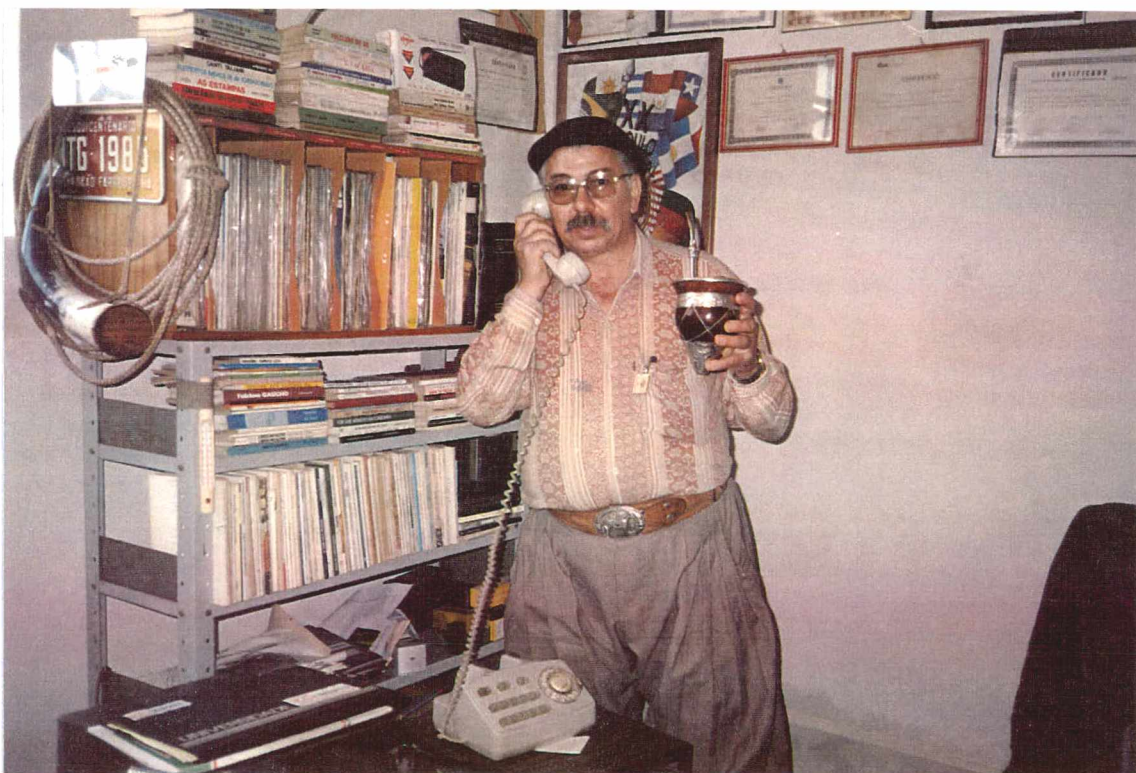


Desfile realizado em comemoração à Semana da Revolução Farroupilha na cidade de Chapecó.

Foto: Raquel Mombelli.

A velha bombacha, que até o início dos anos 80 só era vista na cidade quando alguns produtores rurais iam ao banco, tornou-se usual entre os homens, especialmente no final de semana. Como a bombacha, o vestido de prenda ganhou *status* de traje social e passou a ser vendido não mais em liquidações de lojas populares, mas em boutiques especializadas.

Trabalhar pilchado, isto é, vestido à gaúcha, tornou-se aceitável e até recomendável em algumas empresas, especialmente as ligadas à área agropecuária. Em muitos casos os proprietários de empresas ou comerciantes participam ativamente dos centros de tradições. Em Chapecó, o proprietário de uma fábrica de fogões industriais trabalha diariamente vestido "à caráter", com bombacha, lenço, boina, guaiaca e o inseparável chimarrão.



Um ítalo-gaúcho em seu local de trabalho, vestido à caráter.
Foto: Raquel Mombelli

Muitos só não trabalham pilchados porque em algumas empresas não permitem.

Se eu pudesse trabalhar de bombacha e de chinelinho eu viria. Porque o gaúcho é aquele que quando tem oportunidade tá lá vestido à caráter, tomando chimarrão, escutando uma música, freqüentando o CTG. (Morador de Chapecó, 34 anos).

Dançar vanerão, chote, valsa e outros ritmos do tradicionalismo tornou-se passaporte obrigatório para o convívio social. Na esteira do grande número de bailes surgiram, com sucesso, escolas de danças típicas, onde jovens se esforçam para aprender o que as gerações anteriores, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, tentaram com muito esforço esquecer.

A afinidade dos descendentes de italianos com o gauchismo se acentua através de um processo de valorização da imagem do gaúcho e das representações que se passa a fazer em torno dele. Como ser verá, na falta de outro, o modelo acabou servindo para representar contemporaneamente várias etnias.

OLIVEN (1992) aponta para o fato de que originalmente a construção da identidade gaúcha procura exaltar a figura do gaúcho em detrimento dos colonos alemães e italianos e de forma ainda mais excludente em relação aos negros e aos índios. Mas apesar dessa relação de exclusão, as etnias italianas e alemães acabaram por se ver representadas por este tipo social justamente em função de que ele significava naquela sociedade "uma forma simbólica de ascensão social".

Os estudiosos da colonização assinalaram que os imigrantes estrangeiros idealizavam o gaúcho como tipo socialmente superior. Para isto contribuiu não somente o fato de os fazendeiros formarem a camada social mais poderosa do Estado, mas também de o símbolo principal do gaúcho ser o cavalo. Na Europa, esse animal era apanágio e marca de distinção da aristocracia rural; uma das primeiras providências dos colonos ao chegarem ao Brasil era adquirir essa montaria, assim que tivessem condições para fazê-lo. A identificação do "colono" com o "gaúcho" significava, portanto, uma forma simbólica de ascensão social. (OLIVEN, 1992, p.81(a)).

Portanto há neste fenômeno uma sobreposição de identidades. Se antes os descendentes de italianos se reconheciam como gaúchos (existe um ditado na região que diz que o oestino é o gaúcho cansado, aquele que parou no meio do caminho), ao incorporarem a recente identidade italiana, eles modificaram esta percepção e passaram a se reconhecer como ítalo-gaúchos.

Algumas peculiaridades precisam ser observadas, especialmente as interfaces que permitiram à população de descendência italiana assumir a identidade gaúcha. O ponto chave parece estar vinculado com uma representação específica que o grupo fez em torno da figura do gaúcho, atribuindo a ela também a imagem de um pioneiro, de um desbravador. Vale lembrar que a representação clássica do gaúcho não contempla estas novas características, pois originalmente é a de um "homem livre e errante que vagueia soberano sobre o seu cavalo tendo como interlocutor privilegiado a natureza". (OLIVEN, 1992(b)p. 5, e OLIVEN, 1992(a)).

Ao ser reconvertida em um homem bem sucedido, que sabe fazer, que trabalha, a figura do gaúcho adequou-se justamente à do pioneiro/desbravador, cujo mito norteia o desenvolvimento da sociedade implantada no Oeste Catarinense, conforme descrito no capítulo I. Por isso não há contradição em os descendentes de italianos se identificarem com a estátua de oito metros localizada no centro de Chapecó, embora ela retrate um gaúcho ou bandeirante estilizado, com um machado numa das mãos e um ramo de erva-mate na outra. Tanto a indumentária da estátua quanto as atividades econômicas que apresenta (a indústria madeireira e a de extração de erva-mate) não condizem propriamente com os relatos dos descendentes. Para eles a imagem simboliza os pioneiros italianos que chegaram à região trazendo a civilização, o progresso e a fortuna.

Para solidificar a sobreposição, os descendentes de italianos ao se identificarem como gaúchos recorrem sempre a alguns valores constituintes da identidade italiana, entre eles o sofrimento e o trabalho.

Nós somos aquele sangue ítalo-gaúcho. Porque a gente é descendente de italiano e cria dos pagos de Vacaria, das porteiras do Rio Grande. Convivendo dentro do CTG desde piaquito a gente sofreu tanto quanto o negrinho do pastoreio. (Morador de Chapecó- 54 anos).

Este mesmo entrevistado, que se define como um "ítalo-gaúcho", pretende escrever um livro de poesias tradicionalistas gaúchas com versão em português e italiano. No manuscrito que apresentou, nota-se em uma das poesias a recorrência de certos valores que marcam a sua identidade como aquele que trabalha, o religioso, o gosto por uma boa comida. Segue um trecho da poesia a ser publicada em dialeto vêneto.

*Trabalhar como bicho
 não esquecia nunca de rezar
 Na janta, no almoço e no café da manhã
 sempre comendo e bebendo
 cantando e rindo
 com barulho no colchão a noite.*

No verso "tradicionalista" os valores retratados são os mesmos apontados anteriormente como "italianos" (trabalho, religiosidade, comida, música). Mas não se deve esquecer que a proposta do livro é de poesia tradicionalista gaúcha. Para o autor, os valores das duas identidades não são excludentes, mas vivenciados concomitantemente. Tanto que, neste caso, é a cultura gaúcha do autor que se apropria ou incorpora valores presentes na italianidade da região.

Outro fato que demonstra a sobreposição das identidades italiana e gaúcha é a participação de descendentes de italianos tanto em atividades ligadas às tradições gaúchas quanto às de valorização da cultura italiana. Como as associações italianas, o tradicionalismo é extremamente valorizado pelos descendentes como "uma coisa nossa, sadia e de respeito". "O melhor baile para freqüentar é o de CTG. Não lembro de um baile que deu disquedisque. Agora estes bailes mais populares não dá mais prá ir". (Morador de Concórdia, 35 anos).

Um dos entrevistados, que também está engajado em movimentos de resgate da cultura italiana, afirma que participa dos bailes e atividades tradicionalistas por ser um "ítalo-gaúcho". "Sou filho de italiano e gaúcho e isto também tá nas raízes. Gosto da música gaúcha, gosto da dança e gosto do chimarrão". (Morador de Xaxim, 35 anos).

A identificação em geral é justificada na relação que as famílias tiveram com o Rio Grande do Sul. Cabe repetir aqui que a população que

por oriundos daquele Estado. Os entrevistados são os filhos desses migrantes. Por isto há uma identificação ainda muito intensa das relações afetivas, uma vez que o Estado vizinho abriga parentes e amigos, além das relações comerciais e culturais. Grande parte dos entrevistados assina tanto jornais catarinenses quanto gaúchos, especialmente Correio do Povo e Zero Hora.

Assim como a italianidade, há uma preocupação muito grande em resgatar, valorizar e repassar às futuras gerações a cultura gaúcha. Um corretor de seguros nascido em Santa Catarina, filho de agricultores e descendente de italianos vindos do Rio Grande do Sul na década de 50, se casou num CTG e quer repassar as tradições gaúchas para os filhos.

Preservar a cultura gaúcha como uma cultura da terra da gente é uma maneira de não deixar de se envolver por outras culturas de fora, que não tem nada a ver contigo. A juventude de hoje gosta deste rock pauleira não porque gosta, mas porque foi imposto, e as pessoas acabam gostando. Mas isto é seu? Sendo você de onde você veio? (Morador de Chapecó - 34 anos).

A sintonia com os valores das culturas italiana e gaúcha, aliada a oposição à culturas externas, especialmente as de massa, são os principais motivos que os levam a se engajar em movimentos pela italianidade e a participar do movimento tradicionalista.

Ele gosta da tradição porque no fundo ela mostra aquilo que foram os meus antepassados, simples, puro, verdadeiro, a lida na terra, aquela coisa natural não tem nada de floreio dentro do gauchismo, mas sim de simplicidade. É aquela coisa natural de montar o cavalo, de tomar o chimarrão desta irmandade toda. (Morador de Xaxim, 34 anos).

7. As danças e os trajés típicos

A italianidade que está sendo construída entre os descendentes de italianos se dá através de uma "invenção de tradições", já que muitas das atuais manifestações sequer existiram, ou, se existiram, mudaram completamente de sentido. As danças são a manifestação mais evidente deste processo.

era considerada um ato profano. Não existia a dança no Norte da Itália porque era uma manifestação que a igreja condenava".

Ainda segundo a pesquisadora, até os trajes típicos de hoje são uma invenção. Ao contrário dos atuais, ricos em cores, adereços e babados, os trajes utilizados pelos antepassados eram extremamente simples, pois tratava-se de pessoas muito pobres. Além disso, não há um traje típico italiano único, porque as vestes de cada região na Itália são diferentes.



Grupo de danças de Pinheiro Preto com seus trajes típicos italianos, utilizados na comemoração do aniversário do município.

Foto: Arquivo da Associação Vêneta de Videira.

Os próprios entrevistados reconhecem em seus depoimentos que nas associações há uma invenção das danças e trajes típicos. A Associação Italiana de Pinheiro Preto e a Associação de Arroio Trinta possuem grupos folclóricos e cursos de danças típicas inventadas pelo próprio grupo. Para as mulheres o traje geralmente é uma blusa branca acompanhada de saia, com avental sobreposto. Na cabeça, um arco de flores. Para os homens ele é composto por uma calça preta até o joelho, blusa branca e colete. Durante esta pesquisa observou-se uma clara variação de estilos: as mulheres usam ainda saia sem avental ou saia com colete. Mas as confecções são sempre elaboradas a partir das cores branca, verde e vermelho - as cores da Bandeira Italiana.



Como os trajes típicos, as danças também são inventadas pelo próprio grupo.
Foto: Arquivo da Associação Vêneta de Videira.

Não interessa aqui discutir a "legitimidade" deste traje "típico italiano", mas analisar a importância que ele assumiu na constituição da italianidade. Há um valor sendo atribuído a este traje típico. Por que? É com ele que o grupo aparece vestido nas manifestações culturais da etnia: jantares, festas municipais, festas típicas, etc. O traje tornou-se um símbolo demarcador da

diferença em relação a outros grupos, que junto com o canto e a dança vão significar a expressão da cultura italiana.

Há nestes exemplos uma "invenção da tradição", na medida em que apesar de serem construídas recentemente, se estabelecem como se fossem práticas antigas. Trata-se de um

conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN, 1984, p.9).

Segundo o autor, as tradições inventadas caracterizam-se por manter uma continuidade com um passado histórico, por surgir em reação às novas situações, como as constantes transformações do mundo moderno, e por manter invariáveis pelo menos alguns aspectos da vida social.

Associada a este processo está a resignificação de antigas práticas. A polenta é o caso típico. Ela veio ao Brasil com os primeiros colonos italianos, e desde lá continua a simbolizar um prato típico da culinária italiana. Porém é um prato simples, de populações de baixa renda da Itália do século XIX, e que atualmente não é mais consumida da mesma forma naquele país. O mesmo acontece em outras práticas "culturais", adaptadas e transformadas em símbolos dos "novos" italianos - as danças, os gestos, os palavrões - que embora pouco tenham a ver com a Itália atual, remetem a um significado de pertencimento a uma imaginária "cultura italiana", um sentimento de "ser italiano". Atualmente existem muitas festas nos municípios e nas comunidades onde a polenta é o prato principal, apresentado como um símbolo de "cultura" e de prosperidade. Uma delas é realizada em Xanxerê, durante a Feira do Milho (FEMI), onde é elaborada uma polenta gigante, com 300 kg de farinha de milho e 1.200 litros de água. A polenta, leva 4 horas para ficar pronta e alimenta duas mil pessoas durante a festa.

Os corais seriam uma manifestação "típica italiana", segundo a historiadora Roselys, pois existiam nas comunidades da Itália antiga e continuam a existir em muitas localidades italianas. Porém, os corais eram compostos, exclusivamente por vozes masculinas. "Corais mistos, onde as

mulheres participam são raros até na Itália atual. Os corais mistos não existiam na época da imigração. O que se enquadraria como típico da cultura italiana são as bandas musicais", afirma a pesquisadora.

A italianidade que se reivindica na região passa por uma invenção das tradições mas também por um longo e burocrático caminho de pesquisas e investigações entre parentes e documentos. O sobrenome italiano é posto à prova, precisa ter autenticidade comprovada "cientificamente" através de um mergulho nas origens para valer de verdade. Só então há uma garantia "oficial" de pertencimento à cultura italiana.

Como quase todos os descendentes da região não têm em casa qualquer documento comprovando suas ligações com a Itália, para responder a pergunta "de onde venho" é necessário recorrer à empresas especializadas em pesquisas de árvores genealógicas que incluem o significado e a origem dos nomes e sobrenomes¹⁸. O resultado é um pergaminho, em letras góticas, com as informações obtidas, inclusive com o brasão da família na Itália, ricamente emoldurado na principal sala da casa.

Na casa de um dos entrevistados o dono do "quadro" explicou como conseguiu obtê-lo.

Eu mandei buscar e se você quiser é só pedir. Você paga 100 dólares e ganha o pergaminho e o brasão. Sem pesquisar nada, a Itália já te dá. Vai lá e pede pelo computador toda a descendência. E a Itália manda através da Associação. Quero ver se consigo em Bento um livro que tem todos os brasões das famílias nobres. (Morador de Xaxim, 36 anos).

Os brasões significam também que a pessoa pertence a um grupo social de maior *status*. A aquisição deste "artigo" implica numa nova divisão interna do grupo, distinguindo os que tem nobreza daqueles que não têm. Pois os que adquirem um título de nobreza ou um brasão, possuem um bem material e simbólico e que será repassado aos filhos.

¹⁸ Ver em anexo, a relação dos tipos de pesquisas sobre origens familiares realizadas por uma empresa especializada.

Deparar-se com uma possível "origem nobre" é a melhor das surpresas e seguramente motivo de grande orgulho. Ao montar sua árvore genealógica um professor universitário descobriu que todas as pessoas que possuíam o mesmo sobrenome que o seu eram parentes, embora não se tratassem assim na região.

Somos pobres mas descendemos de uma família de nobres. Temos parentes no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos. E todos vêm deste tronco, desta nobreza. (Morador de Videira, 54 anos).

Deste modo, a definição de "ser italiano", passa por uma concepção de descendência e uma construção de parentesco. A origem familiar ou a árvore genealógica se inicia na Itália, a partir de um nobre que lá existiu, diferente da árvore dos colonos onde a origem inicia com o tronco que imigrou ao Brasil.

WOORTMANN (1994)¹⁹, já demonstrou que existem diferenças entre as árvores dos genealogistas (ou dos novos ricos urbanos) e dos colonos. Enquanto a dos primeiros se trata de uma construção feita a partir de um ego, a segunda, quando construída, nunca é desenhada, são árvores faladas, lembradas oralmente. Outra diferença é que a árvore dos genealogistas é formada por um "tronco paterno" e um "tronco materno". Embora na árvore dos colonos constem casais, a referência é sempre patrilinear. Ela continua através do membro masculino do casal. Ao contrário dos descendentes urbanos, a raiz começa com os imigrantes, heróis fundadores, com aqueles que chegaram e enfrentaram as adversidades. Existindo até uma certa "amnésia" em relação ao período anterior à emigração.

Embora se perceba uma valorização entre os entrevistados com relação a uma origem familiar que os remeta à Itália, isto não significa que haja um esquecimento das origens coloniais, da condição camponesa dos ascendentes brasileiros. Isto é claro, principalmente, nas festas familiares onde o conagraçamento ocorre em torno do tronco que veio para o Brasil.

¹⁹ WOORTMANN (1994) pesquisou sobre as categorias simbólicas através dos quais os colonos teuto-brasileiros das "colônias antigas" do Rio Grande do Sul pensam o parentesco e constroem a sua memória.

Encontrar e localizar documentos tornaram-se elementos fundamentais no processo de italianidade, a medida que eles podem revelar não apenas uma possível origem nobre, mas levar as pessoas a pertencer a um país que se imagina próspero, de elevado padrão de vida, socialmente avançado e politicamente democrático.

Mas há casos em que a busca de origens apresenta surpresas. Um Juiz de Direito encaminhou o processo para aquisição da dupla cidadania italiana e frustrou-se ao descobrir que houve indeferimento porque sua família era austríaca, e não italiana²⁰, embora seus parentes falassem o dialeto e ele se identificasse como descendente de italianos.

Além de documentos legais, outros tipos de materiais são procurados para assegurar o pertencimento ao grupo. Embora os imigrantes do século passado tenham trazido poucos objetos de valor, há uma preocupação muito grande hoje em resgatar qualquer coisa que possa ter sido de algum ancestral da família. Os pertences dos antigos passaram a ter um outro significado, e se até recentemente eram trastes velhos e fora da moda, hoje são valorizados enquanto bens culturais, depositários fiéis do passado familiar. Na casa de uma das entrevistadas, uma cristaleira em cedro exposta na sala de visitas era o novo centro das atenções. "Era da minha vó e até pouco tempo estava jogada no porão". (Moradora de Concórdia, 28 anos).

Por isso tornaram-se corriqueiras as incursões à casa de parentes que ainda vivem na colônia e até mesmo nas cidades gaúchas de onde vieram pais e avós, na ânsia de encontrar alguma relíquia: documentos, roupas, fotos, móveis, louças.

Tenho documentos do meu pai e da minha mãe e a certidão dos meus avós. Inclusive tenho roupas do meu pai e da minha mãe e a aliança que a minha mãe casou com ela, que dizem ter sido antes da minha avó. Agora ando à cata de algumas coisas que vieram da Itália mas eu não consegui ainda. Soube

²⁰ Vale lembrar aqui que o Estado do Rio Grande do Sul também recebeu austríacos, na época conhecidos como "tirolezes". Estes são "o segundo grupo que em massa, chega à Colônia Caxias. Politicamente traziam o passaporte da Austria-Hungria. Culturalmente eram italianos e falavam usualmente o dialeto trentino, ainda hoje preservado. Fundiram-se com a população de maioria Vêneta". (GADERLIN e COSTA, 1993, p.157)

de uma estátua lá em São Revelino, tem uma escultura que alguém trouxe da Itália, vou atrás. (Moradora de Herval D'Oeste, 54 anos).

A procura pelas raízes familiares na Itália, não é somente uma questão de responder a uma pergunta existencial "quem sou", mas a investigação que se faz em torno das origens, facilita o processo de aquisição da dupla cidadania. Um dos requisitos para a obtenção é a certidão de nascimento do ascendente italiano. Processo que em muitos casos, exige que o solicitante viaje para a Itália a fim de encontrar tal documento. A investigação das "raízes" é necessária porque quanto mais dados reunidos sobre a família, tanto maior é a chance de comprovação da "origem Italiana".

A aquisição da dupla cidadania possibilita novas oportunidades de trabalho para os descendentes. SAVOLDI (1995) afirma que grande parte das pessoas que solicitam a dupla cidadania visam a possibilidade de transitarem livremente pela Europa, além de conquistarem um vínculo empregatício não apenas na Itália mas em outros países da Comunidade Européia.

Segundo SAVOLDI (1995 p. 12), "a cidadania italiana torna-se, portanto, o passaporte, o meio de acesso à comunidade européia, não remetendo-se apenas a Itália, mas através da Itália, pois sem esse vínculo o cidadão não teria livre trânsito, e tão pouco a possibilidade de permanência em outros países da comunidade européia".

O movimento de resgate da cultura italiana ou a definição de uma italianidade não é um processo unânime entre os descendentes. Há um cisma entre os vários grupos e seus membros que provocam uma nova dinâmica à noção de italianidade. Enquanto alguns defendem uma retomada a partir de elementos locais e regionais, inclusive com elementos da cultura gaúcha, outros defendem um conceito mais moderno, em que as referências estão na Itália contemporânea.

Não estamos preocupados com a Itália em si. Estamos mais preocupados em buscar a nossa cultura. Por isto o livro Naneta Pipeta é um marco histórico da nossa conduta. Ali está tudo que trouxeram, a bagagem cultural dos nossos antepassados. A Associação tem o cuidado de preservar aquilo que a gente tem

e de buscar o que já foi esquecido, fotografias, cartas e passaporte, máquinas. (Morador de Heval D'Oeste, 41 anos).

Eu não me liguei muito na Associação porque eu vejo uma tendência das pessoas em querer trazer a Itália para o Brasil. São coisas diferentes. Não é só trazer aquilo que acontece lá. Por exemplo trazer os trajes típicos italianos para as pessoas que praticam dança. Trajes que são usados lá na Itália e são trajes típicos Italianos. As nossas pessoas não conhecem isto daí, não faz parte da cultura delas. Não deveria acontecer isto daí. (Morador de Joaçaba, 42 anos).

A chegada e a institucionalização da cultura italiana provocou outras divergências entre os participantes das associações. De um lado, estão os representantes dos italianos que não saíram da região e se apegaram aos valores transmitidos de pai para filho, misturados ao longo dos anos com elementos da cultura gaúcha. Eles defendem uma cultura que tem por base uma italianidade a partir de elementos locais. De outro lado, estão as pessoas que passaram a pregar um "purismo" até então inexistente. Não querem o dialeto e defendem o uso da língua oficial italiana.

Um entrevistado defensor desta posição até acha "interessante" os programas de rádio veiculados em dialeto²¹, mas recusa-se a ouvi-los,

No mínimo eles deveriam falar a gramática ou falar o dialeto italiano mesmo. Porque senão se nós não falarmos nenhuma das duas, nós não estamos recordando a cultura italiana. O dialeto, queiramos ou não, faz parte da cultura. Mas o dialeto que se fala aqui faz parte do povo brasileiro. (Moradora de Concórdia, 45 anos).

A introdução de novas noções de italianidade provoca reações não apenas nos espaços das Associações, mas também nos programas de rádio, que passam a defender concepções a cerca do que seja ser o italiano. Um dos apresentadores do programa de rádio de Concórdia, explica:

Nós colocamos com o nome 'Italiano de nostra magneira', quer dizer o italiano do nosso jeito, porque este 'gramaticado' não tem 10% que vai entender. Uma porque a gente não tem estudo prá falar o gramatical, e nem pretende também, porque o

²¹ Sobre os Programas de Rádio em dialeto existentes na região, ver o capítulo III deste trabalho.

melhor jeito é o que a gente sabe e falar o que a gente sente. A partir do momento que você vai querer sofisticar aí vira bagunça. O melhor jeito, o programa já diz, é do nosso jeito. (Morador de Concórdia, 43 anos).

A defesa em torno de um "italiano familiar" aparece também em outras esferas. Segundo um entrevistado que participou como jurado num concurso realizado com a finalidade de encontrar a pessoa que melhor representasse o "tipo italiano" em Serafina Correa (RS), sua avaliação recaiu sobre a forma de expressão entendida como genuinamente familiar.

Votei em quem se expressava no linguajar mais fácil, mais italiano. O que pesou foi aqueles dizeres familiares, aquele que o bisavô falava, o que o avô falava, o que o pai falava, o filho fala, e que a gente fala hoje. Isto é uma coisa dos primeiros italianos que vieram, há mais de cem anos, que defendiam aquele tipo de palavra. (Morador de Concórdia, 36 anos).

Dominar novos elementos desta nova italianidade que se reivindica não parece ser assim tão fácil. Uma das entrevistadas está matriculada num curso de língua italiana, mas em casa só consegue se expressar em dialeto.

Eu tenho dificuldade porque cada vez que eu vou falar uma palavra em gramatical eu tenho que pensar porque tem muitas palavras diferentes. Então, sempre que eu vou falar eu fico com medo de soltar o dialeto e misturar tudo. Mas em casa, o pai e a mãe sempre falam o dialeto. É porque a gente aprendeu de criança. (Moradora de Concórdia, 28 anos).

Concluindo, o que estas pessoas estão procurando são peças de um grande quebra-cabeça que, quando montado, revele que elas pertencem a uma "cultura italiana". Procuram por símbolos que as identifiquem e as distingam dos demais, procuram por elementos que as tornem ainda mais "italianas". Na impossibilidade de reconstruir o quebra-cabeças, valem-se de elementos que expressam o seu desejo de italianidade, como os adesivos encontrados em carros de todas as cidades da região, onde se lê em dialeto vêneto: "Mi soi talian gracia a Dio".

CAPÍTULO III

OS CANAIS DE AFIRMAÇÃO DA ITALIANIDADE

A partir da década de 1990, surgem na Região Oeste de Santa Catarina inúmeros veículos de comunicação como eventos, programas de rádio e televisão, jornais, entidades culturais, associações e grupos culturais, para viabilizar as estratégias de afirmação da italianidade. Eles têm como meta principal divulgar e promover a cultura italiana, através de associações, programas de rádio com conteúdos, étnicos, festas típicas, grupos de dança, entre outros.

O processo não é inédito. SEYFERTH (1990) demonstrou que durante a década de 30, antes do processo de nacionalização dos grupos, escolas, instituições comunitárias e associações recreativas eram importantes canais de atualização e divulgação dos valores étnicos dos imigrantes europeus no Sul do Brasil. Além, é claro, do papel preponderante da família, como responsável pela socialização dos filhos e dos membros do grupo. A autora aponta que as instituições comunitárias étnicas tiveram até este período um importante papel na divulgação da etnicidade dos imigrantes. O que acabou se diluindo parcialmente nas décadas seguintes, principalmente pela censura imposta às escolas.

Apesar do precedente histórico, o que muda a partir da década de 1990 é o caráter das associações, que deixam a esfera informal e passam a se agrupar em torno de associações étnicas, principalmente as denominadas vênetas, que organizam e viabilizam interesses e objetivos comuns, transformando-se em um interessante mecanismo de defesa de reivindicações pessoais e grupais. Há neste novo alinhamento ou retribalização, como disse COHEN (1969) o propósito claro de defender interesses que podem variar desde um maior reconhecimento perante a sociedade envolvente, como a conquista de dupla cidadania, até a eleição de candidatos que defendam as suas reivindicações étnicas.

Portanto, há uma "institucionalização do étnico", que além de ser vivenciado em espaços informais como na família, nas atividades recreativas, nos corais, times de bocha, bandas, passa a ser vivenciado num

espaço específico - nas associações voltadas para o resgate e preservação da cultura italiana. Sob esta forma o étnico será ditado por normas estabelecidas em estatutos, delimitado por regras e objetivos previamente fixados, resultando num caráter formal e declaradamente institucionalizado. Transformadas em instituições formais, as associações passam a receber apoio financeiro e social de órgãos oficiais, prefeituras, escolas, comércio e indústria. Em contrapartida oferecem cursos sobre a cultura italiana, responsabilizam-se pela instalação de museus voltados à preservação da mesma, viabilizam o resgate histórico nos municípios, acessam empresas especializadas em árvores genealógicas que descobrem "as origens" das famílias.

No espaço da associação passa a ser definido o que faz e o que não faz parte da cultura italiana, o que deve ou não ser preservado, o que deve ou não ser resgatado. É através delas que a noção de italianidade contemporânea é produzida. E é fundamentalmente através delas que esta italianidade vai ser negociada, afirmada e divulgada para a população.

Exemplos de reorganização da etnicidade contemporânea são encontrados em estudos de COHEN (1969), quando analisa o surgimento de organizações étnicas a partir da década de 50, durante a acelerada mudança sócio-cultural na África urbana. O autor aponta para o fato de que em contextos de transformações sócio-econômicas e culturais, alguns grupos étnicos perdem as suas características culturais, enquanto outros não só permanecem com uma identidade cultural, como desenvolvem costumes sobre os símbolos tradicionais, assegurando uma distintividade e um certo poder na sociedade envolvente. Este último fenômeno denomina de retribalização. A retribalização seria então um processo em que um grupo étnico se organiza informalmente - através de símbolos, costumes e valores de sua cultura tradicional - para lutar e reivindicar um poder político na sociedade. Este processo somente acontece quando a sociedade envolvente, na qual o grupo está inserido, permite.

Para COHEN (1969), os grupos organizados partem em busca de soluções para os seus problemas, tais como os da distintividade, da comunicação, da decisão, da autoridade, da ideologia e da disciplina. Os grupos étnicos - que são grupo de interesses e portanto políticos - mantém ou desenvolvem novos costumes e símbolos para reivindicar sua

distintividade num dado contexto. Neste processo, novos realinhamentos entre os indivíduos são feitos em torno de interesses comuns, onde vão marcar a sua presença e a sua diferença em resposta a situações de mudança nos sistemas políticos e econômicos em que estão inseridos.

Exemplo semelhante é o de DESPRES (1978): ao realizar um estudo de caso sobre a etnicidade e relações de grupos étnicos na sociedade, percebeu que a persistência, organização e incorporação diferenciada dos grupos, naquela sociedade, é determinada pela competição de recursos materiais.

Exemplo que se pode aplicar no caso dos descendentes de italianos do Oeste, onde as associações propiciam uma organização do grupo de maneira a viabilizarem através de suas atividades uma maior distintividade na sociedade local.

É principalmente através das associações e de atividades recreativas oferecidas por elas que os descendentes de italianos estão se organizando, reelaborando e criando conteúdos que definem a sua etnicidade, e desta maneira viabilizam uma maior visibilidade na sociedade local. Ao mesmo tempo, a manipulação da etnicidade permite aos italianos obter mais poder e mais recursos na sociedade em que estão inseridos. E, como se verá no próximo capítulo, ao afirmarem sua etnicidade eles tornam viável o aparecimento de novas reivindicações políticas, econômicas e sociais.

1. As associações vênetas

Um dos principais mecanismos de divulgação e promoção da identidade étnica na Região Oeste de Santa Catarina ocorre através das chamadas associações vênetas, entidades criadas a partir de 1990 sob orientação do *Istituto Vêneto*, sediado em Florianópolis. O *Istituto* era uma entidade comercial que promovia o intercâmbio cultural, comercial, industrial e tecnológico entre a Região do Vêneto e as áreas de imigração italiana em Santa Catarina. Desenvolvia as seguintes atividades: viagens de integração; participação dos associados em feiras, congressos, simpósios e similares; coordenação de um banco de dados sobre o Vêneto e seus descendentes; promoção de cursos de língua, arte e cultura italiana; promoção de

convênios entre entidades de ensino e pesquisa; concessão de bolsas de estudos e conferências, promoção de viagens empresariais à Itália¹.

Embora o *Istituto Vêneto* tenha sido desativado em fins de 1994, as 15 associações que ajudou a criar na região continuam funcionando normalmente. Cada uma tem entre 150 a 250 associados e são mantidas através de mensalidades anuais no valor médio de 10% de um salário mínimo. Estão legalmente constituídas, possuem estatutos e diretorias formadas por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e conselhos fiscal e executivo. Dela fazem parte pessoas dos mais diversos segmentos sociais e com idade média entre 25 e 68 anos. Há prefeitos, vereadores, industriais, sindicalistas, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, estudantes e agricultores. Não há uniformidade político-partidária: participam pessoas ligadas a partidos políticos como PFL, PMDB, PT, PCB etc.

Quanto ao grau de escolaridade, os diretores das associações têm formação universitária, enquanto entre os associados há muitos semi-analfabetos. Os diretores em geral são empresários, comerciantes e profissionais liberais, com um bom padrão de consumo, donos de carros e boas casas em locais onde predomina a classe média. Fato não observado entre outros membros, alguns de pouco poder aquisitivo, vivendo em casas simples, muitas vezes de madeira, e trabalhando como operários em empresas da região.

Muitas associações trabalham agora para construir uma sede própria onde desenvolveriam suas atividades. Porém, até o momento da pesquisa nenhuma delas tinha atingido este objetivo. Por isto, os encontros são realizados na casa de um dos membros, em prefeituras, universidades e paróquias. Apenas uma associação disse possuir biblioteca, com um número reduzido de livros sobre temas que envolvem a cultura italiana.

A maior parte das associações tem seus objetivos firmados em estatuto. Mesmo aquelas que não o possuem, têm estabelecido como meta principal, "a propagação da cultura italiana, sua língua, seus costumes e sua história". Porém, segundo os entrevistados, um dos motivos de sua

¹ As informações foram obtidas através de entrevista realizada com Anita Pires (candidata nestas eleições a vice-prefeita pelo PMDB) - diretora do *Istituto Vêneto* em 1993.

participação nas associações é invariavelmente o desejo de encontrar "informações sobre o passado com a finalidade de responder as perguntas de onde vim, de quem descendo e para onde vou". (Associação Vêneta de Concórdia).

O fundamental é isto: por que a gente vê muitas pessoas assim se perguntando de onde vieram seus antepassados? Elas não sabem de onde vieram e é importante que as famílias resgatem isto, conheçam a sua árvore genealógica para passar aos filhos. (Moradora de Xaxim, 36 anos).

Queremos resgatar os costumes, as tradições, tentar buscar as pessoas para conversar sobre de que maneira elas poderiam formar os grupos folclóricos de dança, música, corais. Explicar aos nossos filhos de que maneira eles (os antepassados) passavam o domingo, como que eles tratavam a noite (...) Trazer à tona para pessoas mais novas o que os nossos pais, nossos avós, nossos antepassados faziam quando da colonização na nossa terra. (Morador de Videira, 38 anos).

Na prática, a argumentação está vinculada a um conjunto de estratégias de afirmação e manipulação da italianidade na região. Enquanto algumas associações pretendem realizar um resgate e a promoção da cultura italiana somente por meio de festas e jantares típicos, outras se propõem metas bem mais arrojadas, como a Associação Vêneta de Concórdia, que, além do item citado acima, tem os seguintes objetivos em seus estatutos:

a propagação da cultura italiana, sua língua, seus costumes e sua história; a busca de entrosamento, conagração, apoio recíproco a todas as pessoas que se interessem pela cultura da Itália e do Brasil; a promoção da música, canto, encontro, reuniões culturais, desfiles e eventos microregionais, sempre objetivando assuntos ligados à Itália; a promoção entre a Itália e o Brasil, sobretudo entre os descendentes de italianos e os italianos mesmos; a promoção de encontros culturais entre brasileiros e italianos e pessoas interessadas na promoção de intercâmbios culturais com a Itália; a fundação de uma escola de primeiro grau mantida pela Itália, pelos alunos e pessoas interessadas onde sejam contemplados no currículo matérias e disciplinas ligadas culturalmente à Itália: a manutenção de uma emissora de televisão de promoção da língua italiana e uma emissora de rádio com programas de língua italiana para a divulgação da cultura italiana (...) a promoção e a manutenção de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado

*em universidades italianas ou no Brasil com o apoio da universidade e do governo italiano*².

A associação de Concórdia, como a maior parte das demais, surgiu a partir do interesse de grupos de pessoas que periodicamente se reuniam espontaneamente para cantar ou organizar atividades ligadas à cultura italiana. Antes de sua fundação, em 1991, era um grupo de aproximadamente 15 amigos que se reunia para tomar vinho, conversar e programar cursos ligados à cultura italiana, como o de degustação de vinhos. Eles também estudavam a língua, a culinária, e tentavam manter correspondência com a Itália. Em 1994 o grupo já abrigava cerca de 150 sócios.

A associação de Pinheiro Preto também surgiu do mesmo modo, em 1990, a partir de um grupo de canto existente desde 1974. Ele se reunia periodicamente, para ensaiar na casa de um dos integrantes, antigas músicas aprendidas com pais e avós. Após a viagem de um deles ao Vêneto, incluíram no repertório canções italianas atuais. "Existia um desejo de criar uma associação que demonstrasse o interesse dos italianos e seus descendentes", diz o presidente da associação de Pinheiro Preto.

Segundo ele, a formalização surgiu "quando o nosso prefeito foi a convite do *Istituto Vêneto* para a Itália, visitar a nossa Região do Vêneto, e na volta ele incentivou a criação para manter as tradições".

Logo o grupo de canto expandiu suas atividades, conquistou 240 sócios e tornou-se, como todos os seus similares, o referencial da cultura italiana na comunidade. Na comemoração do aniversário de criação do município, por exemplo, tornou-se o responsável pela organização de jantares típicos e danças folclóricas, os pontos altos da festa, inexistentes até então.

Na verdade há uma tentativa em praticamente todos os municípios, onde existem associações, de institucionalizar as datas significativas da comunidade em datas italianas, muitas vezes em conformidade com o poder político local. Tanto que a emancipação política das cidades transformou-se numa expressão da cultura italiana. O mesmo acontece em alguns casos no

² As informações são do estatuto de fundação da associação italiana de Concórdia.

dia da unificação italiana (2 de julho) e na data de fundação de cada associação. Mas há exemplos singulares, como o de Joaçaba, onde o Dia do Trabalhador, 1º de maio, foi comemorado em 1994 com jogos de mora e bocha, vinho, cantorias e danças, manifestações típicas do grupo. O fato ocorreu porque foi organizado por membros da associação ligados a partidos de esquerda.

As associações também viabilizam cursos e palestras para informar aos descendentes seus direitos políticos. Um deles, feito em Concórdia por um representante do Comitê de Curitiba³, esclareceu aos participantes os mecanismos de aquisição da dupla cidadania e da naturalização. Segundo uma associada, o curso demonstrou quem poderia adquirir a dupla cidadania e de que forma. Mas a conquista desse direito, enfatiza a participante, implica no cumprimento de certos deveres para com o outro país. "Além de votar, se meu filho tiver dupla cidadania ele poderá prestar serviço militar naquele país". (Moradora de Concórdia, 42 anos)

O fato de uma pessoa pertencer a uma associação facilita a sonhada conquista da dupla cidadania, a reconstrução de árvores genealógicas e, eventualmente, a aquisição de certificados de nobreza e de brasões de família. Segundo um dos associados, foi desta forma que o brasão de sua família foi adquirido com maior rapidez, afirmando que "a Itália manda através da associação, porque individualmente não atende muito bem, porque são muitos pedidos". Embora não se tenha certeza da veracidade dos brasões e títulos, já que não são referendados por nenhum órgão oficial italiano e sim por empresas especializadas neste negócio, uma vez obtidos, eles se tornam motivo de grande orgulho para seus proprietários, e são ostentados como um símbolo de sua "pureza italiana".

³ Os comitês (Comittate de Italiani Alestero) são órgãos ligados ao governo italiano. Foram criados em 1991 com a função de "promover junto com as autoridades consulares, entidades e associações, iniciativas pertinentes à vida social e cultural, assistência social e escolar, formação profissional, recreação ao esporte e ao lazer às comunidades italianas residentes em sua circunscrição e por último a cooperação com as autoridades consulares e na tutela dos direitos e dos interesses dos imigrantes em particular na defesa dos direitos civis".

Os comitês são órgãos para-governamentais que atuam como mediadores entre a população e o consulado. Têm entre outras funções a de comunicar ao consulado as violações dos direitos dos italianos fora do seu país de origem. Eles também auxiliam as pessoas quando do processo de solicitação da dupla cidadania, na avaliação da documentação a ser encaminhada ao consulado.

Dominar a cultura e a língua também pode viabilizar bolsas de estudos na Itália. Uma professora de italiano fala sobre muitas oportunidades de conseguir bolsas de estudos e participar de um intercâmbio a partir deste domínio "porque quando você pergunta: sabe italiano? Conhece a cultura italiana? Você vê que eles não sabem nada". Os relatos de jovens que freqüentam cursos de língua confirmam a posição: invariavelmente estudam na ânsia de estarem preparados para as oportunidades que a Itália eventualmente pode lhes oferecer.

2. Os programas de rádio

Outro mecanismo pelo qual a italianidade na região está sendo afirmada e divulgada é através dos programas de rádio em emissoras locais. Neles há a expressão de conteúdos constituintes do "ser italiano", ou "do italiano".

Desde 1993, três programas em dialeto Vêneto são veiculados semanalmente em rádios AM da região. Dois na cidade de Concórdia e um em Joaçaba. Os dois programas de Concórdia são realizados na Rádio Aliança: o "Talian buona gente" vai ao ar sábados à tarde e o "Talian contenti" aos domingos pela manhã. Na Rádio Sociedade Catarinense, de Joaçaba, o programa "Naneto vive ancora" é apresentado aos domingos pela manhã. Os três duram em média uma hora e possuem uma estrutura de apresentação semelhante aos programas convencionais, dividindo-se em blocos alternados de locução, música e publicidade.

O repertório apresentado é composto basicamente de canções folclóricas conhecidas pelos descendentes, músicas italianas românticas das décadas de 1960 e 1970, além de canções gaúchas, populares e sertanejas. Aliás, esta é uma característica presente em todos os programas de rádio, não havendo preferência por estilo de música considerada "italiana", mas sim uma mistura de estilos musicais.

Todos os programas são apresentados por pessoas que participam das associações italianas, mas somente o de Joaçaba é uma proposta da própria associação. Os de Concórdia surgiram em função de um convite do

dono da emissora a três moradores que tinham por hábito cantar em italiano nas festas da comunidade.

O trabalho não é remunerado e um deles é patrocinado pela própria empresa do apresentador. Mesmo quando o programa é realizado fora do estúdio, as despesas correm por conta dos apresentadores. O pagamento do espaço às rádios é feito por pequenos comerciantes, lojas de confecções, postos de combustíveis, supermercados, oficinas mecânicas, ervateiras e fábricas de móveis.

No caso de Concórdia, há uma tentativa de conferir uma marca de diferenciação a cada um dos programas. Enquanto um se define pela seriedade, outro aposta no lado cômico do "ser italiano". O apresentador do "Talian buona gente" reivindica para si uma linha "mais séria" e "vinculada com as verdadeiras raízes da cultura italiana". O outro, embora também defenda as tradições e os costumes italianos, segue uma linha cômica de programação, procurando demonstrar o lado engraçado e divertido do "ser italiano".

Segundo os apresentadores do "Talina Contenti des nostra maneira", a audiência do programa é grande⁴:

Pra você ter uma idéia, nós temos correspondência de Pato Branco (PR), nós temos audiência no Sul até, que a gente sabe com certeza, até Barracão, Getúlio Vargas, Passo Fundo, Carazinho, a própria Serafina Côrrea. Lá onde é a Itália no Brasil, o pessoal ama o programa e lá tem duas horas e meia de programa em italiano. (Apresentador do programa).

Para o apresentador do programa "Talian buona gente", a audiência também é grande. A abrangência do programa atinge "todo o Oeste de Santa Catarina no Noroeste do Rio Grande do Sul e em algumas cidades do Paraná".

⁴ Neste programa fui entrevistada pelos apresentadores a respeito dos objetivos do meu trabalho. Durante a minha presença, observei a participação dos ouvintes através de telefonemas e cartas elogiando a programação. Eu mesma recebi um telefonema durante a entrevista, de uma pessoa elogiando a pesquisa.

Os programas seriam um espaço e um veículo pelo qual uma italianidade estaria sendo não só moldada, mas difundida. Porém, em cada programa, percebe-se, que está subentendida uma definição de "ser italiano" que nem sempre é homogênea. Se em alguns programas os apresentadores divulgam e representam o lado alegre, festeiro e contador de casos "do italiano", outros demonstram seu lado "mais intelectualizado". Porém, em todos os casos, há uma definição pautada nas origens coloniais, daí que ao falar do italiano lembram sempre dos costumes de tomar o vinho, comer polenta e salame.

Ao analisar a estrutura dos programas, pode-se mapear alguns dos valores presentes no grupo, como o casamento, a religiosidade, a amizade (é comum durante o programa mandar abraços e saudações aos amigos e parentes). Os discursos dos programas procuram também ressaltar os costumes italianos como tradições a serem preservadas e repassadas para os mais novos.

2.1. O programa "Talian buona gente"

O apresentador é um professor de segundo grau. Ele faz questão de enfatizar que o programa é voltado para a valorização da cultura e das tradições italianas dos "nossos antepassados". Quer ainda mostrar os "nossos valores", as "nossas músicas", os "nossos costumes", e o "nosso passado".

Serve como exemplo desta prática, o texto sobre um dos patrocinadores: "nossos costumes são de beber o mate, puro e natural, com gosto da natureza, assim que se faz o negócio, assim que se faz amigos".

A religiosidade e a união familiar estão sempre presentes. Num dos programas, após uma música chamada "Recorde D'Itália", de um grupo de Passo Fundo (RS), houve comentários sobre a campanha da fraternidade, com mensagens de oração, de vigília, e de bem-querer de toda a família.

Datas alusivas ao passado dos moradores são extremamente valorizadas. Uma festa de bodas de ouro de casamento, por exemplo, é lembrada com orgulho pelos que "sempre ajudaram a sociedade de

Concórdia, apesar das dificuldades e do trabalho que enfrentaram, a chegar aonde estão".

2.2. O programa "Talian contenti"

Apresentado por um dono de posto de gasolina e um mecânico, o nome do programa é, segundo seus criadores, uma demonstração da verdadeira forma de "ser italiano": cômico, alegre, faceiro, contador de casos.

O público participa através de telefonemas e envio de cartas. O repertório musical é mais eclético que o do "Talian buona gente". Predominam cantores como Valdir Anzolin (compositor e cantor gaúcho especializado em músicas "típicas italianas"). Mas há espaço para canções sertanejas e tradicionalistas gaúchas, além de "versões italianas" de músicas populares, como o "Fiat negri", inspirada no Fuscão Preto, sucesso popular brasileiro da década de 1980.

No programa é ressaltada a importância da conservação e do repasse aos filhos dos usos e costumes italianos, como o de extravasar⁵ o vinho, fazer salame, morcilha e queijo. Os "causos" e piadas, ironizando a própria condição do italiano da região e outros grupos étnicos, também são constantes durante o programa.

Outro assunto tratado com ironia é a política e a economia brasileira. Num programa de abril de 1994, os apresentadores comentam o confisco das cadernetas de poupança, ocorrido durante o governo de Fernando Collor. Na fala dos apresentadores do programa:

1- Nostro paese é tutto mezzo ruviná (nosso país é tudo meio arruinado)

2- Sesso vai smiziá su ancora altre balete, o non só...(Agora vai começar lá em cima outras confusões, ou não sei)

⁵ Extravasar o vinho é mudá-lo de um ambiente para outro, retirando as suas impurezas. O termo também é utilizado na região para designar a prática de distribuição do vinho de garrações de 5 litros para recipientes menores.

1- A U.R.V.

2- *Semana quá viene fuora qualquosa, tutti su con le rece, staremo atenti con esta che vien fuora, non si sá, nem é giusto, porque capir quell"vomo lá, non é mia massa facile. (Semana que vem vai surgir algo, "preste atenção", estaremos atentos com esta coisa, não se sabe e nem é justo, porque com aquele homem lá, não é muito fácil ...)*

1- *É come che ga dito sempre la Zélia, sempre dizia, ma il popolo, resto lo come lora, con el novo plano el popolo, bom, il popolo li e detalhe. (É como disse Zélia, sempre dizia, mas o povo fica como então, com o novo plano, o povo, bom, o povo lá é detalhe.)*

2- *É detalhe*

1- *Noi intanto embarquemo del detalhe deste lazaroni como dize la sonata lá dei siciliani, pure lazaroni ga dito che né, in questo paese. (Nós embarcamos do detalhe destes ladrões, como diz a canção lá dos sicilianos, apenas ladrões disse que estão neste País.*

2- *Lazaroni e quante Bugie (Ladrões e quantas mentiras)⁶.*

Mais adiante os apresentadores criticam também a atuação do governo na área agrícola, atividade predominante na região, dizendo: "O governo dá pouca importância aos colonos, porque os colonos estão vendendo as suas terras para pagar os Bancos enquanto o governo rouba. Sem os colonos nós não somos nada".

2.3. O programa "Naneto vive ancora"

Produzido e apresentado por dois membros da associação Vêneta de Joaçaba, há neste programa uma grande preocupação em repassar conteúdos educativos sobre a cultura italiana. Temas específicos são abordados e cada música apresentada recebe uma explicação de suas origens e características dentro do folclore e da cultura italiana. Os ouvintes participam através de telefone ou cartas.

⁶ A tradução foi feita por Gladestone Daré.

O programa é diferente dos anteriores porque procura demonstrar aos ouvintes a trajetória histórica do imigrante italiano no Brasil. Para isto, seus apresentadores elegeram a história do Naneto Pipeta, que é contada em capítulos por programa. Naneto Pipeta é um herói italiano criado no Rio Grande do Sul em 1924 por Aquiles Bernardi e publicado à época pelo jornal Correio Rio Grandense. Naneto é uma espécie de Jeca Tatu - ignorante e atrapalhado - que percorre o caminho dos imigrantes. É um anti-herói, que tem tudo para ser um fracasso, mas apesar disso parece ter uma capacidade enorme de reagir, de recuperar-se. Os insucessos não o perturbam, a cada trapalhada parece alegre e festivo, como se nada tivesse acontecido. Sempre esperançoso em busca da Cucanha. Segundo os apresentadores, é através deste personagem que parte da história dos italianos da região é conhecida, pois ele "retrata a nossa história, a história do italiano no Brasil".

O programa está preocupado em demonstrar, através do Naneto Pipeta, a história dos "nossos imigrantes", na tentativa de "valorizar e para que as pessoas conheçam mais sobre a trajetória dos nossos antepassados", diz o apresentador.

3. Festas, portais e casas de cultura

A divulgação da cultura italiana também foi assumida por outras entidades civis e públicas nos municípios, especialmente prefeituras e os chamados clubes de serviço, como o Rotary e o Lions Clube. Aproveitando os exemplos bem sucedidos de cidades como Blumenau e Caxias do Sul, que institucionalizaram a etnicidade através de grandes eventos como a Oktoberfest e a Festa da Uva, muitos municípios criaram nos últimos anos suas festas típicas. Segundo relatório da Santur, o órgão promotor do turismo do governo de Santa Catarina, em 1996 aconteceram 8 festas com temas étnicos italianos na Região Oeste Catarinense⁷.

⁷ Mês de julho - Festa estadual da polenta em Rio do Oeste; Semana Italiana, em Caçador; La prima note italiana, em Itá; Noite italiana, em Capinzal.

Mês de agosto - Festival Estadual do Vinho, em Videira.

Mês de setembro - Festa italiana, em Maravilha.

Mês de outubro - Festa das Nações, em Chapecó.

Mês de dezembro - Festa da Uva, em Águas de Chapecó.

É preciso lembrar que concomitante a estas festas há uma infinidade de outras que não foram citadas pela Santur, mas que são manifestações da cultura italiana, como por exemplo, as

Também foram criados em várias cidades espaços apropriados para abrigar objetos e documentação da colonização italiana. As cidades de Videira, Seara, Concórdia e Herval D'Oeste abriram "casas da cultura", espécie de museu e departamento cultural do município que visa desenvolver atividades recreativas e promover cursos como de pintura, cerâmica e música para a comunidade, ao mesmo tempo em que possuem exposições permanentes de objetos e documentos referentes à cultura italiana. A "casa da cultura" de Videira foi restaurada e aberta em 1984, por um dos diretores da associação vêneta local.



Casa da Cultura de Videira/SC - Arquitetura italiana e preservação da cultura italiana
Autor: Raquel Mombelli

Era uma antiga casa onde habitavam padres franciscanos e funcionava como um internato para estudantes secularistas. Na parte superior da casa ficam as administrações e os espaços destinados a cursos

festas religiosas e outras cujo tema centra-se nas produções locais. É o caso de Chapecó, com a festa do Frango e do Peru, realizada em agosto.

e na parte de baixo, no porão, localiza-se o "Museu do Vinho" com exposições de pipas, e outros objetos que serviam para a feitura do vinho, obtidos de antigos moradores da região. A casa da cultura de Herval D'Oeste em breve mudaria as suas instalações para uma antiga casa de um proprietário italiano do município, que iria ser reformada para abrigar as novas atividades. Segundo uma das articuladoras deste projeto, a arquitetura da casa é considerada "típica italiana", e daí o interesse em transformar o local em casa da cultura.



Futuras instalações da Casa da Cultura de Herval D'Oeste/SC - Espaço destinado para a preservação da cultura italiana
Autor: Raquel Mombelli

Na tentativa de caracterizar o espaço urbano com elementos típicos passou-se a valorizar mais a preservação da arquitetura tradicional com o tombamento de algumas casas e a criação de parques temáticos. Em Chapecó, a prefeitura desmontou antigos casarões de madeira, remontando-os no parque de exposições da cidade.

Outras iniciativas neste sentido são no mínimo curiosas. Em 1994 a Prefeitura Municipal de Chapecó, o Sindicato dos Hotéis e a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste promoveram um concurso destinado a premiar o melhor projeto para um portal turístico na cidade. O concurso exigia que as sugestões apresentadas pelos participantes tivessem como tema a colonização italiana no Brasil. O projeto acabou não sendo aprovado pela câmara de vereadores⁸.

4. Voto étnico

Embora ainda de forma incipiente, a propaganda do voto em candidatos de descendência italiana tende a ser uma das principais estratégias de afirmação da italianidade nos próximos anos. O voto étnico é defendido em artigos publicados pela Revista Italiani Tutti Insieme, uma das mais importantes da comunidade italiana no Brasil, muito difundida entre as associações e pessoas interessadas no resgate das origens. O argumento, segundo Luigi Barindelli⁹, é que os 23 milhões de descendentes de italianos no Brasil são responsáveis por 35% do Produto Interno Bruto, mas não tem representação política. Segundo ele,

além de participar de associações e criar outras formas de divulgação da cultura italiana, as comunidades italianas têm a necessidade de adquirir força política a fim de defender seus interesses. Para isto, não basta as pessoas participarem apenas das associações e outros órgãos representativos, é preciso pensar a comunidade italiana como grupo étnico, independente de ter reconhecida a cidadania ou não (...) deve tomar a iniciativa de começar a formar grupos, a votar em

⁸ Reportagem do jornal A Notícia, de 21/02/94, p.9

⁹ Único representante da comunidade ítalo-brasileira no CGIE (Comitato Generali degli Italiani all' Estero). Revista Tutti Insieme de março de 1996.

candidatos que vão ajudar estes grupos étnicos. Isso com o máximo respeito aos outros grupos étnicos. Mas antes eu estou na minha casa, depois no prédio, depois na cidade... e antes eu sou italiano.

CAPÍTULO IV

AS FRONTEIRAS DA ITALIANIDADE NO OESTE CATARINENSE

O processo de constituição da italianidade contemporânea na Região Oeste de Santa Catarina se dá através da criação e recriação constante de fronteiras simbólicas, acionadas para demarcar uma especificidade. Não se trata de um processo novo. Na verdade, ele vem se constituindo ao longo de toda trajetória da migração do grupo no Brasil, notadamente a partir da fusão dos dialetos e identidades regionais trazidos da Itália, ocorrida no século passado no Rio Grande do Sul, que permitiu a Lombardos, Vênetos Trentinos e outros grupos reconhecerem-se pela primeira vez como "italianos". Apesar da lenta "incorporação" à sociedade brasileira, especialmente a partir da diminuição do uso da língua italiana em decorrência da repressão sofrida durante o Estado Novo, suas fronteiras étnicas nunca deixaram de existir.

Ocorre que, conforme as circunstâncias e os interesses específicos, os descendentes de italianos podem aliar-se ou opor-se a outros grupos étnicos da Região, do Estado e mesmo do País. Eles se opõem de forma intensiva aos "brasileiros", tanto em nível regional (caboclos, negros, índios), quanto nacional (nordestinos e nortistas). Podem ainda se opor ou procurar semelhanças em outros grupos de origem européia. E mais, podem também se unir a todos quando o contraste precisa ser feito entre os "Oestinos" e os habitantes do Litoral de Santa Catarina, ou entre os habitantes do Sul do Brasil frente às demais regiões do País.

Quando as suas fronteiras étnicas são comparadas com grupos de origem européia, podem encontrar ao mesmo tempo pontos de afinidade e de oposição, como entre os "Italianos do Brasil" e os Italianos da Itália", mas raramente são considerados elementos depreciativos na avaliação. Porém, quando a relação envolve os "brasileiros", os elementos de comparabilidade implicam sempre em idéias de superioridade cultural dos italianos.

Em qualquer das situações, o distanciamento é marcado especialmente através da valorização da principal característica da "sua" descendência étnica: a "inata capacidade de produção e de trabalho". Porém, sendo "inata", a definição de italiano afilia-se a argumentos baseados nas concepções de raça elaboradas no século XIX e ainda presentes nas formulações do senso comum. E assim, sua "superioridade cultural" é tratada como característica natural do grupo.

A definição de italiano neste caso, é permeada pela ambigüidade: ora é definido a partir de uma herança genética (naturalidade), ora é definido como sujeito histórico (cultura). A diferença é demarcada por aspectos objetivos e históricos-culturais que se somam para aumentar a distância e reforçar sua especificidade.

Em suma, o trabalho sempre é apontado como um dos principais definidores das fronteiras entre o grupo e os outros. De um lado sempre estão os descendentes de italianos, "muito trabalhadores", e de outro os "outros", "pouco trabalhadores". Como se verá no detalhamento de cada uma das fronteiras, este aspecto da identidade é também muito enfatizado nos discursos que pregam algum tipo de separatismo na região.

O trabalho para os descendentes de italianos estaria vinculado à acumulação de capital, o único modo de fazer fortuna. Afinal, vieram ao País "fazer a América". Portanto sua representação do trabalho está sempre associada ao progresso, à prosperidade e ao enriquecimento. Esta representação, às vezes, chega ao ponto extremo de ser considerada como algo "natural" do grupo. Segundo COSTA e DE BONI (1996, p. 20) os italianos se julgam "mestres insuperáveis nos negócios", em "investir e ganhar dinheiro. Para falar de nossa competência no ramo, observamos com orgulho que não houve firma de judeu que tenha conseguido sobreviver em Caxias do Sul."

A categoria parece estar vinculada à idéia de redenção e de virtude. Para eles, somente aquele que trabalha consegue atingir a felicidade, o bem-estar social e material. Acreditam que através do trabalho se atinge o desenvolvimento, o progresso e conseqüentemente a felicidade, a riqueza. Em suma, o "mito do trabalho" é cultivado para ser usado como justificativa para a existência e como explicação para as diferenças sociais.

ELLUL (1981, p. 112) diz que a mudança na concepção de trabalho enquanto punição para uma noção de virtude é de origem burguesa. "Esta mutação mental entre os séculos XVIII e XIX é provavelmente até mais fundamental do que a revolução industrial que a acompanhou. Tendo atingido o poder por meio do trabalho, a burguesia não poderia concebê-lo de modo diferente: considerava-o uma virtude".

Esta concepção acabou sendo absorvida e disseminada entre os operários por Karl Marx, no início do século XIX. O trabalho enquanto uma virtude, passou a ter um papel determinante, à medida que estava destinado à libertação do homem. E a crença nisso compensava todo "o sacrifício e o labor exigidos pelo trabalho intenso. Ele tranquiliza o indivíduo ao dar significado à sua vida e o incita a esforçar-se cada vez mais(...), o trabalho não é apenas um meio de subsistência, mas um meio de existência e de se atingir a felicidade". (Idem, p. 113)

1. Contraste com os brasileiros: uma relação de superioridade

Em nível local os descendentes de italianos se opõem de forma intensiva aos chamados "brasileiros". Tanto negros como caboclos estariam englobados nesta categoria. Os brasileiros - ou "briasilian" - é um termo, que segundo COSTA e DE BONI (1996), sempre foi utilizado pelos colonizadores para indicar tanto luso-brasileiros como negros. Tese que se confirma entre os entrevistados.

O brasileiro é o preto, o caboclo, um tipo de gente que é mais difícil de você lidar. É um tipo de gente que não tem estrutura, que os descendentes de italiano e alemão têm. (Moradora de Concórdia, 29 anos).

Para RENK (1990)¹, parte das práticas de distanciamento étnico entre os italianos e os brasileiros estariam calcadas na representação do trabalho, da família e da religião. O italiano vê o manejo com a terra como um trabalho nobre enquanto que para o caboclo, "criado na pecuária, a atividade nobre

¹ RENK (1990) pesquisou entre os descendentes de italianos e os brasileiros na região de Ponte Serrada e Herval Velho, localizados a aproximadamente 60 km de Chapecó.

não estaria no trabalho, mas no movimento. Entre as atividades nobres elegeria a lida com os cavalos e a domaçaõ dos mesmos. Para o colono italiano, esta atividade era vista como trabalho de negros" (RENK, 1990, p. 103).

É preciso lembrar também que, conforme descrito no capítulo I, os caboclos representaram um empecilho para os descendentes de italianos tomarem posse da terra nos primeiros anos da colonizaçaõ. O preconceito exercido hoje contra os caboclos, tem raízes nesta relaçaõ, que culminou em atos de violênciã física e morte, aprovado na época pelos colonos que entendiam tais ações como "necessárias para a manutençaõ da ordem pública".

Nas representações que os descendentes de italianos fazem dos brasileiros, a "falta de vontade de trabalhar" é uma constante². Na visãõ de outro entrevistado, o brasileiro "só trabalharia em funçaõ de uma emergênciã ou necessidade, pois não é chegado ao trabalho". Segundo este mesmo entrevistado:

O brasileiro, a não ser que seja por doença, não é acostumado a trabalhar muito. Eu não vejo estrangeiro de qualquer nacionalidade no Brasil que seja pobre. Porque eles tãõ fazendo as coisas que lá não tinham e que aqui eles tem prá dar certo. Só que o brasileiro é acostumado a trabalhar muito pouco. (Morador de Concórdia , 54 anos).

Por esta lógica, o trabalho seria uma qualidade inata que estaria faltando em outros grupos sociais, principalmente aos brasileiros, pois o trabalho realizado com sacrifício e dedicaçaõ levaria à ascensãõ social. Em caso de fracasso, a explicaçaõ está na falta de esforço pessoal. Ou seja, se outros não enriquecem é porque não se dedicam suficientemente ao trabalho com afinco e dedicaçaõ. Tanto que o discurso é utilizado freqüentemente

² Ao pesquisar entre os teuto-brasileiros no Vale do Itajaí SEYFERTH (1982, p. 14) escreve que " a categoria (luso) brasileira é definida negativamente em oposiçaõ à categoria teuto-brasileira - tendo como ponto comparativo o "trabalho alemãõ". De um lado se encontram os maus cidadãõs, maus patriotas (porque não sãõ bons trabalhadores) que, em vez de se ocuparem com o desenvolvimento do país, procuram forçar os imigrantes europeus a uma miscigenaçãõ que não querem. Do outro lado, estãõ os bons cidadãõs, leais ao país e patriotas honrados, porque têm uma capacidade de trabalho superior que lhes é dada pela condiçaõ étnica". Há outros trabalhos de autora analisando esta questãõ. Ver, SEYFERTH (1981a e b; 1982; 1988).

pelo grupo para explicar a miséria em que vivem a maior parte dos "brasileiros", em meio a "potencialidade" e o "progresso" da região.

Esses estereótipos, contudo, não são característicos apenas das opiniões dos italianos, sendo reproduzidos em outras esferas. Uma publicação recente³, ao explicar as diferenças entre os italianos e os negros, recorre à categoria trabalho, e o faz nos seguintes termos: "Esta visão economicista nos torna até mesmo um tanto daltônicos quanto à cor da pele humana: nossa prevenção ante o negro, geralmente, tem pouco de racismo e muito de desaprovação devido ao modo como ele encara a vida e o trabalho". (COSTA, 1996, p. 21).

Entretanto, a representação negativa do brasileiro não fica apenas ao nível de uma "divisão étnica do trabalho", mas é constantemente expressa em pequenas piadas e ditos populares. Um deles, muito difundido na região em dialeto, diz "Negri, rospi, can tutti compagni" (negros, sapos e cachorros são todos iguais).

Aos brasileiros também é comum serem imputados vários estereótipos negativos, como mentirosos, traiçoeiros, sujos, bagunceiros e ladrões. Para um entrevistado, ao apontar as diferenças que julga haver entre os italianos e eles, o elemento de comparação é o caráter:

O italiano é diferente pelo menos na sinceridade. O caboclo é sempre visto com uma certa desconfiança pelo italiano. Se a gente dá uma festa e há um pé de encrenca, foi o caboclo que fez. Não tenho nada contra o caboclo, tanto é que sou casado com uma. Até morena ela é. (Morador de Concórdia, 36 anos).

2. Os italianos se transformam em oestinos

Se a fronteira que separa os descendentes de italianos dos brasileiros independe da geografia, a fronteira de outra identidade contrastiva assumida pelo grupo - a de oestinos - tem limites físicos definidos, embora também se apóie em elementos de superioridade. Consideram-se oestinos,

³ Trata-se do livro "Nós, os Ítalo-gaúchos" editado em 1996 e organizado por Mário Maestri.

além dos descendentes de italianos, todas as pessoas nascidas ou que assumiram a cultura e o modo de vida de uma região de cerca de 30 mil quilômetros quadrados, entre os rios do Peixe, Uruguai, Iguaçu e Peperi-guaçu. Justamente a área colonizada por migrantes vindos do Rio Grande do Sul a partir da década de 1920.

Ao se definir como oestinos, o grupo busca uma distintividade frente aos habitantes de outras regiões do Estado, especialmente em relação às populações litorâneas. Além dos atributos geográficos, novamente a categoria trabalho é acionada como um dos elementos chaves desta identidade.

O oestino se define, principalmente, através de uma auto-atribuição positiva onde aparece como "muito trabalhador" em oposição aos outros "pouco trabalhadores". Neste caso, as identidades oestina e italiana se juntam através da "capacidade inata ao trabalho" para justificar a construção da riqueza, do desenvolvimento e da "pujança" da região.

Na visão de um professor universitário, filho de agricultores, o oestino é aquele que:

Vindo do Rio Grande do Sul trouxe a fibra do italiano. A pujança do Oeste de Santa Catarina é feita por estes descendentes de italianos que mantêm a fibra do colonizador italiano. Temos a Sadia, a Perdigão, a Seara, a Ceval, a Chapecó, a Aurora. Todas grandes agroindústrias são frutos de um trabalho, de um iniciar, de um progredir de descendentes de italianos. (Morador de Videira, 54 anos).

Numa outra representação, a díade sacrifício/trabalho é também acionada para marcar a identidade oestina:

É uma pessoa muito forte e muito trabalhadeira, como os nossos avós. Quando os nossos avós vieram para o Brasil foi muito mais difícil, mas nunca decepcionaram com a maneira de como eles estavam trabalhando, nunca desistiram, sempre ergueram a cabeça, foram pessoas muito sofridas, mas graças a eles nós estamos bem. Há uma evolução gradativa, de ser melhor em termos culturais. (Morador de Videira, 38 anos).

Segundo as representações mais recorrentes, a dedicação ao trabalho do oestino independeria da ocupação profissional. Não importa a função: desde que seja um italiano/oestino, será sempre executada com afinco.

Aqui, até funcionário público trabalha. O oestino é uma pessoa dedicada, que honra seus compromissos. A grande parte felizmente honra seu emprego, mesmo sendo funcionário público. Os professores são todos trabalhadores, mesmo com baixos salários (...) Pessoas que vão daqui prá Florianópolis são as que mais trabalham lá. (Morador de Herval D'Oeste, 45 anos).

A capital do Estado aparece nas representações da população local como um lugar de "pouca confiabilidade", da "bagunça", da "festa", em oposição a um lugar da "confiabilidade", da "organização" e da "seriedade" que é o Oeste. Nas representações em relação às pessoas que vivem em Florianópolis está sempre incluída a idéia de lá é um local onde ninguém trabalha. A capital "é um lugar lindo, o único problema é que ninguém trabalha". (Morador de Herval D'Oeste, 45 anos). É comum também entre os descendentes de italianos, chamarem os moradores da capital do Estado, utilizando termos pejorativos como "serra-baixa", "papa-peixe", e "comedores de siri". Outro termo utilizado - mais recente que os outros - para denominar esta população é "manezada", e está associado à pessoas ignorantes, atrapalhadas, de pouca formação educacional.

Este conjunto de representações produz práticas como a das famílias enviarem seus filhos para estudar preferencialmente em capitais de outros Estados, principalmente Curitiba e Porto Alegre. Florianópolis é geralmente excluída nesta escolha por ser considerada uma "capital praiana", e repleta de "pessoas de pouca responsabilidade". A cidade representaria um perigo, por atrair os jovens para um mundo de "diversão e de pouco trabalho".

Outro aspecto evidenciado nas comparações é referente ao espaço central da capital. Este é considerado como muito "estrito", "apertado", "sem lugar prá nada", "nem calçada tem". Esta comparação sempre é feita em relação ao traçado central da maioria das cidades do Oeste, constituído em sua maioria por ruas amplas, geralmente formadas por duas vias, e pelas calçadas largas, em oposição "às ruas estreitas e o traçado desorganizado da capital".

3. Antes italiano que brasileiro

Os descendentes de italianos do Oeste Catarinense fazem questão de ressaltar a sua origem européia, distanciando-se dos brasileiros e suas imputações negativas. Para os entrevistados, apresentar-se como brasileiro é identificar-se com os negros e os caboclos. O orgulho de ser brasileiro somente existiria com a ascensão econômica e social do País, o que permitiria valorizar a categoria brasileiro.

Quando alguém pergunta minha origem, digo que sou italiana. As pessoas só vão se sentir melhor se houver um Brasil melhor. Todo mundo prefere dizer que é italiano e alemão. É sempre assim, ninguém gosta de ser brasileiro...(Moradora de Concórdia, 29 anos).

A preferência pela identificação européia também é defendida por uma suposta "ausência" de tradição cultural no Brasil. A "inexistência" desta tradição impediria o reconhecimento dos descendentes enquanto brasileiros. No entanto, a referência constante à "ausência de uma tradição cultural brasileira" nada mais é que o não compartilhamento do grupo com uma suposta "cultura brasileira".

Segundo os entrevistados, manifestações culturais vindas de outras regiões do País, como o samba, o carnaval e os ritmos afros, estão ligadas a um grupo não europeu e não branco, e portanto distantes da cultura a qual eles pertencem. Mas os limites disso não são rígidos, pois durante manifestações nacionais como o carnaval e os jogos da seleção de futebol eles também se dizem brasileiros.

Em geral a preferência em dizer-se italiano antes que brasileiro, é feita de forma a ressaltar a suposta superioridade da "sua cultura européia". Ao reafirmar a descendência, o grupo tenta demarcar uma herança cultural que julga superior a dos brasileiros.

Que tradição o Brasil tem? Samba nunca vai ser uma música aqui no Sul. É diferente. Eles (os europeus) já trouxeram de lá uma carga. A Europa é quantos anos na frente? Quando o Brasil foi descoberto, a Europa já existia...(Moradora de Concórdia, 29 anos).

Os que se identificam enquanto brasileiros, o fazem com ressalvas. "Antes de tudo nós somos brasileiros. Mas somos brasileiros com traços de uma cultura européia. Somos descendentes de italianos" (Moradora de Xaxim, 36 anos).

4. Os italianos daqui e os italianos de lá

Ao mesmo tempo que os "Italianos do Brasil" demarcam a sua diferença em relação a outros grupos étnicos, procuram também enfatizar semelhanças e diferenças entre os "Italianos daqui" e os "Italianos da Itália". Apesar de buscarem referências em seu país de origem, os italianos daqui reconhecem e reafirmam (às vezes contrariados e às vezes orgulhosos de sua especificidade), as diferenças em relação aos "Italianos de lá". Em geral as distinções são baseadas no estilo de vida, nos estereótipos e nas condições econômicas.

Na visão de um italiano radicado no Brasil há mais de 40 anos, 25 dos quais em Chapecó, qualquer comparação simplista com os descendentes de italianos da região fica prejudicada porque não há um "único italiano" na Itália. Cada região daquele país teria "seu próprio italiano". "O vêneto é muito simpático, o romano é antipático, o siciliano é fechado mas gente boa. Com o napolitano é preciso ter sempre a mão no bolso, mas ele tem um coração enorme (...)" (Morador de Chapecó, 58 anos)

Mesmo assim as comparações tornam-se inevitáveis e em sua maioria são baseadas em experiências pessoais. Mesmo os que nunca estiveram na Itália têm as suas representações sobre o país e sobre a população e isso reflete no próprio significado de ser "Italiano do Brasil". Estas representações são em geral retiradas de relatos de experiências de amigos ou parentes que estiveram ou vivem naquele país.

O pessoal disse que a Itália é maravilhosa. Para começar não existe ninguém pobre. A gente chegou a falar, fizemos

entrevista com o pessoal que teve lá, e perguntamos se o pessoal comia muita polenta lá. Eles disseram que não, que lá nem conhecem polenta. (Morador de Concórdia, 35 anos).

Uma noite, eles (os amigos em visita à Itália) queriam comer uma polenta caprichada. Chegaram no restaurante e perguntaram ao garçom como que não tinha polenta pra comer. O garçom respondeu que polenta era comida de pobre e que lá não existia mais polenta... (Morador de Concórdia, 45 anos).

A Itália tem um povo mais introspectivo, é um outro tipo de vida, é outra cultura. Apesar de o brasileiro achar que lá é o paraíso, quando é justamente o contrário. Nós temos tudo em abundância, uma terra maravilhosa. Os brasileiros não valorizam e não amam o suficiente. Você vai pra lá e vê o quanto isto aqui é lindo. (Moradora de Xaxim, 36 anos) .

Outra idéia corrente entre os descendentes de italianos do Oeste é que os italianos da Itália não são alegres e espontâneos como eles. A idéia de que os compatriotas seriam fechados talvez tenha origem nos relatos de viagens onde brasileiros foram mal atendidos em "seu" país de origem. Um deles conta que ao chegar à Itália procurou pelos parentes, mas eles mal o receberam. Porém, ele mesmo encontra uma explicação sobre esta postura dos italianos: "Eles são muito desconfiados e acham que a gente vai pra lá atrás de alguma herança" (Morador de Concórdia, 45 anos).

Mas ao mesmo tempo em que são apontadas as diferenças entre os descendentes e os italianos, em outros momentos suas semelhanças são enfatizadas. A mais corrente diz respeito a semelhanças físicas, de hábitos e costumes. São idéias comuns não só entre quem já esteve na Itália como entre os que nunca pisaram no País.

Um de lá que deve ser um primo distante era exatamente o tipo do meu pai e de um tio que ainda vive. Quando ele apareceu debaixo do parreiral eu parei pra ver o que era. Era exatamente a figura do meu pai e do meu avô. É uma sensação indiscreta, de ver que a origem ainda é aquela. (Morador de Videira, 52 anos).

Quem conheceu diz que (o local) é muito parecido. Uma igreja pelo interior tem o mesmo estilo que tem aqui. O jogo de bocha também. As mulheres dizem que é a mama que domina, que comanda. É a mulher que é mais forte. E dizem que não mudou

muita coisa. Os hábitos e a culinária continuam os mesmos.
(Moradora de Concórdia, 29 anos).

A língua ou dialeto vêneta é o segundo aspecto de aproximação apontado entre os dois grupos. Embora no Brasil se fale um dialeto "aportuguesado", isto não impede que as pessoas que viajem à Itália se comuniquem com a população local. Um entrevistado que esteve lá em 1993 afirma que "o dialeto falado lá é o mesmo que o falado aqui, sem os "aportuguesamentos". E, ao contrário do que imaginava, os italianos chegaram a se emocionar com o fato dele falar o dialeto, pois "eles sentem que nós estamos mantendo as origens". (Morador de Videira, 52 anos).

5. As novas fronteiras: a questão do separatismo

Nos últimos anos os descendentes de italianos começaram a se preocupar em delimitar de forma mais intensa o que seriam as fronteiras geográficas do grupo. A intenção converteu-se em ação política especialmente a partir da década de 90, coincidentemente o período em que surgem as associações italianas na região, através de duas posições básicas. A principal, que teve apoio declarado e engajado de dezenas de políticos e lideranças empresariais, foi a tentativa de se criar um novo Estado da Federação, o Estado do Iguaçu, compreendendo a Região Oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná. A outra opção, que, diga-se de antemão praticamente não teve adeptos declarados e cujos raros membros acabaram ganhando a conotação de "exóticos" pelo tratamento dispensado pela mídia e por tratar-se de crime previsto em lei, queria a criação de um novo País, formado pelos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Ao reivindicarem um novo Estado ou um novo País o que está em jogo, é a restituição de uma cidadania não alcançada, através da participação mais efetiva das políticas do Estado, ora sendo incorporados a elas, ora participando da elaboração e gestão destas políticas. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, a cidadania se diferencia da nacionalidade porque esta supõe a qualidade de pertencer a uma nação, enquanto o

conceito de cidadania pressupõe a condição de membro ativo do Estado para tomar parte em suas funções⁴.

No caso aqui pesquisado, os descendentes de italianos procuram construir sua cidadania ressaltando suas diferenças em relação a outras populações. Fazem isso demarcando e constituindo fronteiras simbólicas para através delas exercer uma autonomia e um domínio próprio. É um poder que se quer constituir - o de ser reconhecido - para controlar as próprias produções e relações com outros grupos e territórios.

"Quem procura realçar as diferenças qualificadas procura por isso mesmo utilizá-las, portanto delas deduzir um poder". Pois "as diferenças étnicas servem para alimentar um preconceito útil à afirmação de um poder. As razões para este preconceito são de ordem política, econômica, social, culturais. Mas as finalidades são sempre simples: assegurar o máximo de trunfos para reforçar uma dominação". (RAFFESTIN, 1993, p.132).

Segundo BOURDIEU (1989), o separatismo apresenta-se como único meio de combater ou anular os efeitos da dominação do grupo. A privação de capital também leva estes grupos a reivindicar a sua existência,

(...) Porque existir como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns dos que nela participam podem ser levados a lutar (e com probabilidades objetivas de sucesso e ganho) para alterarem a sua definição (...) e que a revolta contra a dominação em todos os seus aspectos - até mesmo econômica - assume a forma de reivindicação regionalista. (BOURDIEU, 1989, p. 126).

Neste jogo em que a pauta é a luta de se fazer reconhecer e reconhecer os outros, de criar e recriar outros grupos, ao declarar a sua diferenciação o grupo impõe uma visão de mundo e uma redivisão deste mundo. Mesmo que a redivisão esteja, por enquanto, ao nível do simbólico. Mais que uma fronteira física delimitada territorialmente, o grupo quer construir uma fronteira simbólica demarcando o que pertence a ele e o que

⁴ Escreve Herbert de Souza que cidadania "é a consciência de direitos democráticos, é a prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas. No Brasil, cidadania é fundamentalmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria, é mobilização concreta pela mudança do cotidiano e das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros". (Revista Democracia, a revista do IBASE n.113/ 1995, p. 20)

não faz parte dele, deixando sempre para o outro as conotações negativas. O "outro" é sempre o preguiçoso, o vagabundo, o não chegado ao trabalho.

A proposta da criação de um novo Estado na Federação encaixou-se plenamente com as aspirações dos descendentes de italianos. Primeiro porque politicamente o projeto mostrou-se viável. Segundo, porque a área reivindicada era justamente a mesma colonizada recentemente pelo grupo, com cerca de 60 mil quilômetros quadrados, dois milhões de habitantes, reconhecida nacionalmente pela sua agropecuária e agroindústria. Embora nela vivam descendentes de outras etnias, a área teria sido, segundo o discurso dos descendentes de italianos, "desenvolvida" exclusivamente pela força de colonos vindos do Rio Grande do Sul, praticamente sem interferências de outras regiões do País. Por outro lado, os elementos culturais valorizados internamente pelos italianos - o processo de colonização, a trajetória de migração, a capacidade de trabalho e de produção da população, a afinidade com o gauchismo - serviram como uma luva para sustentar e justificar o discurso político das lideranças do separatismo.

Embora o termo separatismo seja utilizado pelo movimento, o projeto parece se aproximar mais da definição de emancipação política. Segundo o Dicionário de Política de Norberto Bobbio, separatismo político "indica a tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se reivindicando a sua completa independência política e econômica". Neste caso, a proposta casa-se com um desejo de conquistar mais autonomia política que independência econômica. Tanto que a principal justificativa para a criação do Estado do Iguazu é a necessidade de maior autonomia no gerenciamento dos recursos gerados na própria região e não a sua completa independência do Estado. (BOBBIO, 1983, p. 1145).

Para OLIVEN (1992) as manifestações regionalistas estariam ligadas a emergências do Estado-Nação e à configuração territorial que este assumiu historicamente. Esse mesmo Estado-Nação que procura integrar diferentes partes, tanto do ponto de vista territorial como regional e social,

tem se mostrado historicamente contrário à manutenção de diversidades regionais e culturais(...) O regionalismo aponta para as diferenças que existem entre regiões e utiliza essas diferenças na

construção de identidades próprias. Mas, assim como o nacionalismo abarca diferentes posições de grupos bastante distintos, contendo desde reivindicações populares até interesses disfarçados das classes dominantes. (OLIVEN, 1992, p.80).

Portanto, não é surpresa que ao reivindicar o território no Oeste Catarinense, os descendentes de italianos considerem a região homogênea etnicamente, construindo seu discurso apenas com as vozes de grupos de origem européia, especialmente os italianos e alemães. O discurso não considera grupos sobre os quais os italianos exercem internamente o seu poder de dominação, principalmente os "brasileiros" (caboclos, negros, índios etc), cujas vozes são totalmente apagadas, mas conseguem obter a simpatia destes, seduzi-los.

Nunca houve uma pesquisa de grande amplitude nem um plebiscito legal para quantificar a suposta "vontade popular" a respeito do novo Estado, mas há indicativos da evidente simpatia à idéia. Em novembro de 1991, uma das emissoras de rádio de Chapecó realizou um plebiscito nas ruas da cidade, onde as pessoas votaram espontaneamente se eram contra ou a favor da criação do novo Estado. 90% dos 5.651 eleitores foram favoráveis à idéia⁵. O plebiscito realizado naquela manhã de sábado é até hoje o único referencial real da preferência da população sobre o Estado ao qual gostariam de pertencer.

O verdadeiro plebiscito, onde o voto seria regulado segundo as regras eleitorais em vigor no País, foi proposto na Câmara Federal no início de 1993 pelo deputado Edi Siliprandi (PDT-PR), um dos líderes do movimento emancipacionista⁶. Mas, sem o apoio das lideranças e dos grandes partidos, o tema foi rechaçado e arquivado. O projeto foi derrotado por 177 votos a 90, com 13 abstenções. Dos seis deputados federais com base eleitoral em Santa Catarina, cinco votaram a favor. Dos seis deputados catarinenses com base eleitoral na Região Oeste, quatro foram favoráveis, um contrário e um estava ausente. Dos 30 deputados paranaenses, seis votaram a favor do

⁵ Informações publicadas na revista IstoÉ de 11 de dezembro de 1991.

⁶ Segundo SCHERER (1989), um movimento social pode ser definido quando "referem-se a um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivo ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social". No caso do movimento de criação de um novo Estado da Federação pode ser considerado como um movimento conservador.

projeto. Dos oito deputados paranaenses com base no Sudoeste daquele Estado, cinco votaram a favor e três não compareceram.

Conclui-se que o ressurgimento do movimento está intimamente ligado a uma política regional que visa negociar com os governos estaduais e nacionais mais autonomia, recursos e atenção. É uma maneira destas populações serem percebidas e reconhecidas, uma possibilidade de negociar novos recursos, novas alianças e acordos políticos. Na verdade o discurso separatista encontra-se em estado latente entre os descendentes de italianos, sendo acionado sempre que o grupo ou a região é de alguma forma discriminada ou precisa se diferenciar em relação a outras regiões de Santa Catarina e do País. Retomado oportuna e convenientemente segundo os interesses das pessoas, de lideranças políticas e empresariais, converte-se numa maneira eficiente de reivindicar vantagens para a região. Embora seja um fenômeno político em sua definição, sua articulação não deixa de mobilizar sentimentos e ideologias associadas a memórias sociais.

6. O Estado do Iguaçu: um projeto político para a italianidade

Além dos elementos culturais, étnicos e econômicos que dão unicidade ao projeto do Estado do Iguaçu, o movimento apóia-se em um importante precedente histórico: o Estado do Iguaçu já existiu, embora por pouco tempo e na forma de Território Federal, praticamente sobre a mesma área atualmente reivindicada⁷.

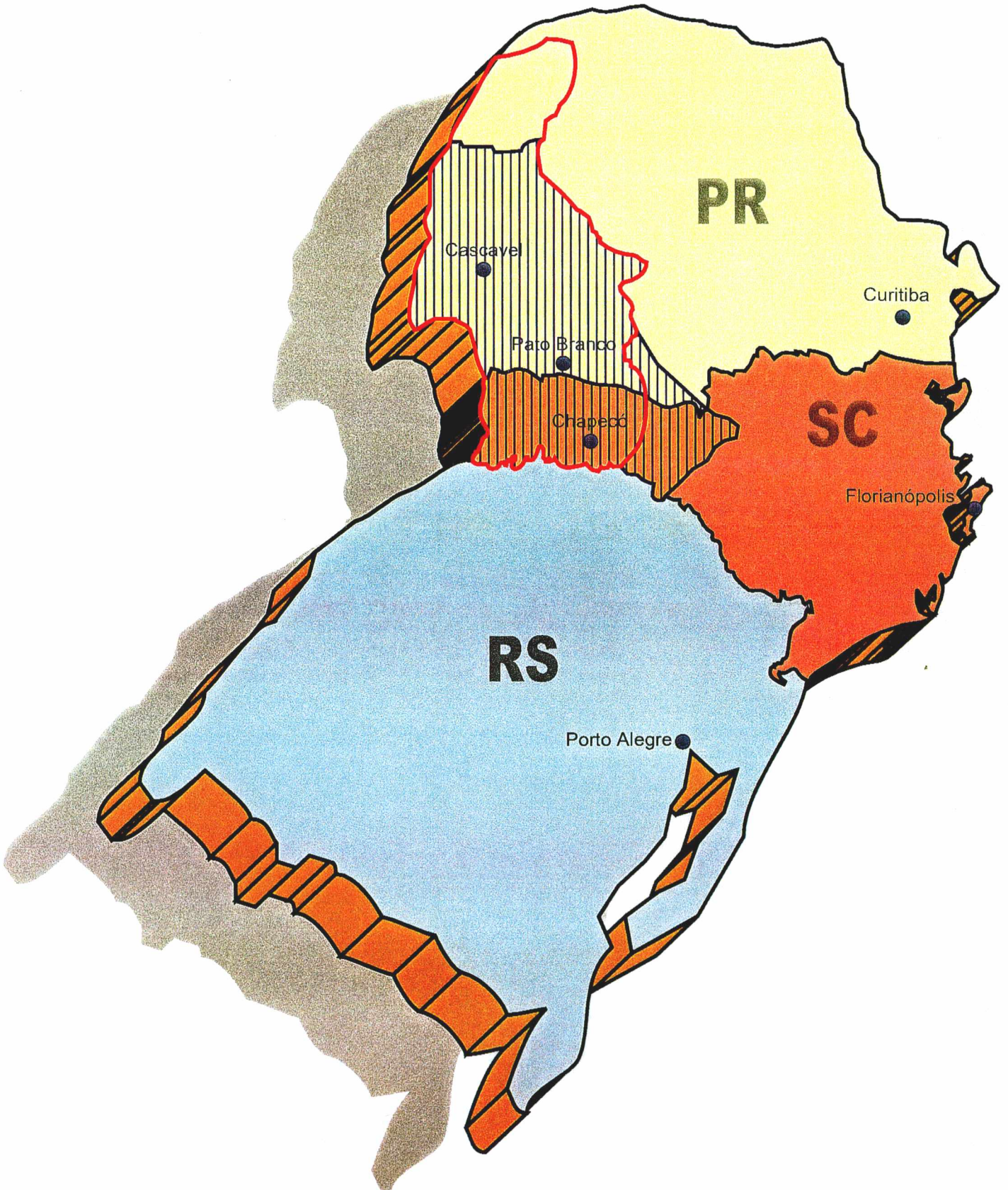
O Território Federal do Iguaçu foi criado por Getúlio Vargas pelo Decreto Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, fruto de uma série de decisões políticas que criaram também os Territórios do Amapá, Rio Branco (atual Acre), Guaporé (atual Rondônia) e Ponta Porã (atual Mato Grosso do Sul), todos por motivo de segurança nacional. Em plena Segunda Guerra Mundial, Getúlio justificou a federalização por tratar-se de regiões pouco povoadas e ricas em reservas florestais e minerais. No caso específico do Território do Iguaçu, a justificativa recaía pelo temor de que a vizinha e rica

⁷ Ver anexo n. 1, mapa n. 05 a área do antigo território do Iguaçu e do pretendido Estado do Iguaçu.

O TERRITÓRIO E O ESTADO DO IGUAÇU

 Área do Território Federal do Iguaçu (1943-45).

 Área pretendida pelo Estado do Iguaçu.



Argentina, sob o regime forte do general Perón, resolvesse novamente interessar-se pela área que havia reivindicado até 1885.

Segundo WACHOWICZ (1987)⁸, o temor de uma possível penetração argentina na região vinha ganhando força dentro do governo brasileiro desde a década de 20. Embora o Oeste Catarinense já estivesse sendo colonizado, tamanha era a desnacionalização do vizinho Sudoeste do Paraná que ali "a língua corrente era o guarani e o espanhol, o dinheiro era o peso argentino, a navegação do Rio Paraná era controlada pela Argentina, a madeira e o mate eram predados pelos capitalistas argentinos". (Idem, p.112). Tanto que uma das primeiras providências do Decreto de Vargas foi a obrigatoriedade do uso do português no comércio e no expediente das prefeituras, e o pagamento de impostos em moeda brasileira.

Contudo, a criação do território não teria ocorrido exclusivamente por motivos de segurança nacional, mas também para atender aos interesses de empresários gaúchos que visavam estender seus negócios na região. "O próprio Presidente da República era gaúcho, conhecido pessoalmente pelos interessados e portanto sensível aos argumentos e pedidos dos capitalistas que estavam investindo na região". (Idem, p.114).

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a Assembléia Constituinte de 1946 extinguiu os Territórios do Iguaçu e de Ponta Porã. A dissolução foi feita através de acordos políticos entre as lideranças federais e municipais, que logo por ocasião da reintegração ganharam um departamento financeiro autônomo e verbas próprias. O acordo, porém, não durou muito tempo. A idéia de criar novamente um espaço englobando o antigo território voltou no Paraná, onde o grande fluxo de migrantes gaúchos para a região na década de 1950 tornou esta população predominante em relação à paranaense. Em 1957 um levante de posseiros paranaenses contra companhias imobiliárias gaúchas aliadas a grupos que detinham o governo do Paraná fez ressurgir a idéia de se ter um Estado próprio na região.

Ao contrário do que aconteceu em 1943, quando a criação do Estado do Iguaçu foi um movimento de lideranças externas à região, a partir

⁸ WACHOWICZ é o historiador, que ao demonstrar o processo de ocupação e colonização do sudoeste do Paraná, aborda com riquezas de detalhes os fatores históricos que propiciaram a criação do Estado do Iguaçu.

deste período o movimento tomou outro caráter, pois a reivindicação partiu da população local, dos migrantes que se instalaram na região, contando com o apoio de vários segmentos da sociedade local. Quem capitaneou o processo foram segmentos da população urbana: comerciantes, médicos, madeireiros advogados bem situados economicamente, com o desejo de atingir o pleno domínio e o controle da sociedade política, rearticularam o ideal da separação política.

No dia 21 de abril de 1962 foi criada em Pato Branco (PR) uma Comissão Executiva Pró-Criação do Estado do Iguaçu (CODEI). "Os separatistas da CODEI contavam com as simpatias do presidente João Goulart, para o qual a causa não era estranha. Conheciam o presidente, pelo nome, todos os donos das imobiliárias gaúchas que atuavam na região". (Idem, p.125)

todos os argumentos publicáveis dos separatistas prendiam-se à falta de atendimento por parte dos governos estaduais às reivindicações regionais". O autor também afirma ser este " um fenômeno típico das áreas pioneiras (...) onde a infra-estrutura é estabelecida depois da presença da população(...).Onde o crescimento é acelerado demais para as lentas máquinas estatais. Formando um hiato entre as necessidades básicas da população e a capacidade administrativa das máquinas estaduais. (Idem, p. 127).

Além da prévia existência do Território do Iguaçu e do desinteresse das oligarquias, outros fatores contribuíram para o ressurgimento do movimento. Um deles diz respeito ao próprio comportamento antiético de alguns governadores em relação à população da região.

É o caso de um governador de Santa Catarina, que teria chamado o Oeste Catarinense de potreiro do Rio Grande. Tal procedimento não deixava de afetar o Paraná, por extensão. A conclusão das populações do Oeste Catarinense foi óbvia: logicamente nós seríamos os animais que habitavam este potreiro(...) Ao povo que habita o Oeste, nosso apelo para que nos ajudem a transformar este pretense potreiro, como dizia aquele governante, em um dos mais prósperos Estados da Federação brasileira⁹.

⁹ Revista Cruzeiro do Sul, "o Estado do Iguaçu, uma idéia em marcha". Joaçaba. 22/10/67, citado por WACHOWICZ (1987, p. 128).

Outro fator apontado para o ressurgimento do movimento era a forte dependência de informações da região em relação ao Rio Grande do Sul. Os grandes jornais de Santa Catarina e do Paraná não davam cobertura aos fatos diários da região. As notícias acabavam sendo divulgadas pela imprensa gaúcha a ponto de políticos gaúchos apoiarem o movimento movidos pelo "sentimento gaúcho" comum. Um dos líderes do movimento, chegou a afirmar que "lá se toma chimarrão e o povo é perfeitamente identificado com o Rio Grande do Sul". (Idem, p.129).

Havia ainda mais um fator: o medo da miscigenação. O movimento teria resultado como uma forma da população que estava chegando (basicamente ítalo-gaúchos e germânico-gaúchos) de salvar-se do risco da miscigenação que poderiam sofrer na região de fronteira: "o contato com brasileiros de outras matizes culturais e de cor de pele diferente, estimulou ao gaúcho descendente de italiano e alemão a tentar salvar sua homogeneidade" (Idem, p. 140).

Apesar de ter sido considerado subversivo e legalmente extinto pelo ato Institucional nº5 em 1968, as principais bandeiras do Movimento - o isolamento político e administrativo e preterimento nas ações públicas em relação às outras regiões dos Estados - foram assumidos pelas lideranças políticas do Oeste Catarinense, mesmo as contrárias à reivindicação. Para neutralizá-las, o governo catarinense chegou a criar em 1967 a Secretaria dos Negócios do Oeste, órgão com orçamento, pessoal e equipamentos próprios que realizaria, na década de 1970, centenas de obras nos municípios, especialmente melhorias de estradas e obras de infra-estrutura. A Secretaria funcionou ativamente até o início da década de 1980, quando começou a ser lentamente esvaziada, até ser extinta durante o governo de Pedro Ivo Campos. Seu maquinário foi doado às prefeituras da região¹⁰.

A idéia de criação do Estado do Iguazu só voltaria a se articular durante a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, mas sem força política e nem organização popular para ser incluída entre os novos Estados criados.

¹⁰ Em 1993, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina iniciou um processo que chamou de "interiorização" do poder, realizando sessões deliberativas em várias cidades do Estado. Na sessão realizada em Chapecó foram apresentadas várias moções, entre elas a transferência da Secretaria da Agricultura para a Região Oeste - caso a Secretaria dos Negócios do Oeste não fosse reativada. (A notícia, p.4,1993).

Apesar disso, em 1990 os jornais catarinenses continuavam noticiando a existência do movimento em virtude da crise financeira vivida nos últimos anos na maioria dos municípios da região, principalmente pela falta de uma política agrícola consistente de verbas e ações, tanto do governo estadual como federal.

Na mesma época, nas eleições gerais, o movimento conseguiu eleger através da "bandeira" do Iguaçu dois Deputados Federais, um pelo Paraná e outro por Santa Catarina, além de dezenas de prefeitos e vereadores. Com o resultado animador, foi montada uma Comissão Central Pró-Iguaçu, com sede em Pato Branco, e em poucos meses surgiram centenas de comitês municipais, em praticamente todos os municípios envolvidos.

Desta vez as justificativas para a criação do novo Estado giraram em torno das potencialidades econômicas da Região (Oeste Catarinense e sudoeste do Paraná) e da discriminação na distribuição de recursos pelos governos estaduais e federal. No discurso, enfatizou-se o favorecimento federal em relação ao Nordeste do país e estadual em relação às demais regiões dos dois Estados. "Nós produzimos, arrecadamos e, na hora da distribuição volta muito pouco", disse em 1991 o empresário Plínio Arlindo De Nes, ex-prefeito de Chapecó, e ex-secretário da secretaria dos Negócios do Oeste¹¹.

Uma constante nos discursos que defendem o novo Estado é a ênfase na produção e nas riquezas naturais e econômicas. "As regiões que formariam o Estado do Iguaçu são grandes produtoras de soja, milho, trigo, feijão, aves e leite"; "A região é rica em fontes termais: São Carlos, Águas de Chapecó"; "Somos responsáveis pela produção de 60% dos grãos nacionais"; "Temos o maior parque frigorífico da América do Sul" ¹².

Ao enfatizar as potencialidades, o discurso subtende o que os descendentes italianos classificam como "a capacidade inata de trabalho" que a população local teria. As riquezas só foram possíveis e só são explicadas graças ao trabalho realizado na região. Porque trabalharam e

¹¹ Depoimento publicado na revista IstoÉ de 11 de dezembro de 1991.

¹² Informações de um panfleto distribuído pelo movimento do Iguaçu. Ver anexo nº 03.

consequentemente obtiveram o progresso e a riqueza é que se mostram capazes de se tornarem autônomos¹³.

Aqui a trajetória de colonização da região se mescla com o discurso político, sendo novamente acionada. Ou seja, o fato de o Oeste Catarinense e sudoeste do Paraná terem sido colonizados eminentemente por migrantes descendentes de alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e que, graças a seu trabalho, transformaram uma região "selvagem" em exemplo de desenvolvimento no País, numa evocação ao mito do pioneiro/desbravador.

Além da uniformidade étnica e cultural da região, o principal argumento acionado tanto pelas lideranças quanto pela população para defender a criação do Estado do Iguazu é o seu "grande potencial econômico", capaz de auto-sustentar a região.

Mas será verdadeira esta afirmação?

Até hoje não há estudos plausíveis sob o ponto de vista econômico que demonstrem com clareza se a criação do novo Estado seria um bom ou mau negócio para a região, os Estados envolvidos e o País. Os estudos favoráveis centram-se mais no ufanismo das supostas potencialidades do território que em indicadores consistentes. "Desde o seu surgimento, o movimento nunca divulgou para a população, de forma ampla e objetiva, as possibilidades reais de criação do Estado do Iguazu. O que demonstra que se isso fosse feito, haveria uma queda no nível de empolgação que as lideranças sempre procuraram implementar"¹⁴.

¹³ As idéias de autosuficiência e autonomia são tão fortes na região que não apenas se dirigem para as administrações estaduais e federais mas são utilizadas também como justificativas nas emancipações municipais. Segundo pesquisas realizada por BADALOTTI(1994) a Região Oeste é a que mais vem reivindicando emancipações de novos municípios, sendo que de um total de 89 municípios emancipados entre 1995, 55 são da Região Oeste, cerca de 60%. A maior parte das emancipações ocorrem em municípios com perfil de colonização italiana. Com o mesmo argumento, dois bairros de Chapecó reivindicam sua emancipação: Passo dos Fortes e Marechal Bormann. As justificativas giram em torno do "abandono" e "descaso" que a prefeitura municipal tem para com estes bairros.

¹⁴ Estas informações foram obtidas através de manuscrito realizado por Glicério de Oliveira em 1994, sobre a questão do Estado do Iguazu.

Servem como exemplo os argumentos abaixo, relacionados em um estudo da prefeitura de Chapecó, onde predominam informações genéricas, duvidosas ou de pouca importância para se montar uma opinião clara sobre um assunto desta importância.

* Segundo dados do Censo de 1980 do IBGE, o novo Estado seria o vigésimo do país em território, o décimo-quarto em população, e o décimo-segundo em densidade demográfica.

* A criação se justificaria a partir da homogeneidade cultural e de produção, enfatizando a "evidente estrutura agrária predominante de pequenas propriedades nos dois Estados".

* O novo Estado não acarretaria muitos custos ao País, pois "do ponto de vista financeiro há suporte para criar o Estado do Iguazu, independente de aporte inicial de recursos oriundos do Governo Federal".

* O futuro Estado poderia ter um desenvolvimento auto-sustentado, proporcionando "uma nova relação entre o Estado e a sociedade".

* Além de representar o anseio e o ideal do povo da região, consolidaria efetivamente a ocupação política da fronteira Oeste do Brasil.

* A criação solucionaria os problemas da região quanto às distâncias em relação à capital, melhorando o processo de aplicação dos recursos.

O mais consistente estudo contrário à criação do novo Estado foi feito em 1992 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a pedido do governo estadual. Ele procurou derrubar as propostas do deputado Edi Siliprandi - taxado de mentiroso e oportunista - afirmando que os argumentos pró-criação do novo Estado são economicamente contraditórios e ilusórios, além de serem embasados a partir de um "povo iguaçuano" definido aleatoriamente. Diz ainda que as propostas separatistas são "uma forma de se aproveitar de um quadro de ansiedade para afirmações pessoais". A seguir, suas principais conclusões:

* A região somente se transformou na "potência" que é, graças às forças dos Estados do Paraná e Santa Catarina e não em função do descaso destes com a região.

* A implantação do maior parque frigorífico da América do Sul só foi possível graças ao crédito subsidiado por vários anos.

* A região tornou-se um celeiro alimentar graças à assistência técnica rural e à implantação de obras de infra-estrutura executadas pelos governos estaduais.

* A distância entre a capital e a região é facilmente administrada através dos avanços tecnológicos.

* Sobre o retorno dos impostos gerados na região, somente em Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em 1990, nas municipalidades arroladas no projeto Estado do Iguaçu foram arrecadadas 10,89% do total do ICMS gerado no Estado Catarinense. Todavia, tiveram como índice no rateio de retorno, o percentual de 23,42%.

* No mesmo ano, do total de investimentos em obras e conservação das rodovias do Estado (6.300.000 dólares), o Oeste ficou com 31,3% (1.880.000 dólares).

Paralelamente a este processo, uma alternativa política que tentou modificar a correlação de forças em Santa Catarina e que ganhou muita simpatia da população do Oeste ocorreu em 1989, durante a constituinte estadual. À época, o deputado Martinho Ghizzo (PMDB) propôs um plebiscito para mudar a capital de Florianópolis para Curitiba, cidade localizada no planalto central do Estado e equidistante entre o Oeste e o Litoral. Lideranças políticas da região, exceto os membros do Partido dos Trabalhadores, foram favoráveis à idéia¹⁵. Os argumentos eram de que o custo de manter a capital em Florianópolis era muito elevado em razão dos aluguéis de prédios para uso público. Sua mudança também descentralizaria em tese as ações oficiais, pulverizando-as por todo o

¹⁵ O Partido dos Trabalhadores nunca mostrou-se favorável a criação do novo Estado e nem da criação de um novo país.

território. O projeto transitou vários meses na Assembléia Legislativa mas acabou arquivado em 1992 por proposta do deputado Sérgio Grando, que posteriormente tornou-se prefeito de Florianópolis. Em 1995 o deputado Onofre Agostini (PFL) encaminhou novamente a proposta, que foi derrotada em plenário, porém desta vez por uma margem reduzida de votos.

7. Como os descendentes vêem o separatismo

A maioria dos descendentes de italianos entrevistados nesta pesquisa mostraram-se favoráveis ao separatismo da região. Há, contudo, duas opiniões divergentes sobre que tipo de Estado o grupo deva reivindicar. A maior parte deles defende apenas a criação de um novo Estado na Federação, obtendo com isso maior autonomia política e administrativa, principalmente em oposição ao "predomínio do Litoral" sobre o governo de Santa Catarina. Mas alguns adotam uma postura mais radical: defendem a criação de um novo País, que teria como área toda a Região Sul do Brasil. Embora as opiniões não sejam unânimes, há uma recorrência aos mesmos elementos citados anteriormente para justificar qualquer uma das preferências, quer em relação ao novo Estado ou em relação a criação de um novo País¹⁶.

¹⁶ Existiram dois movimentos separatistas no País: "A República do Pampas" e o "Sul é o meu país". O primeiro, que ganhou grande destaque da imprensa nacional, é liderado pelo gaúcho Irton Marx, descendente de alemães. Ninguém sabe ao certo a sua formação educacional. Segundo declarações feitas por sua mãe, ele somente possui segundo grau completo. Sua primeira inspiração separatista foi no ano de 1978, mas somente em 1990 que o devaneio tomou forma com bandeira, moeda e símbolos bem definidos que comporiam o novo País. Segundo a Justiça eleitoral do Rio Grande do Sul, Irton concorreu a vereador em 1984 e a prefeito em 1988, ambas as vezes pelo PSB. Perdeu nas duas oportunidades, tendo conquistado menos de mil votos. (Zero Hora, p. 9/05/93).

O líder separatista escreveu um livro onde registra as principais idéias que norteiam o novo país. O livro intitulado "Vai nascer um novo país: a República dos Pampas", trata não só da definição da futura nação como também de temas bem menos sérios. Como por exemplo, uma determinação de que as cordas ou correntes dos cães de nacionalidade pampeana, tenham ao menos 20 metros de comprimento. Além, é claro, de expressar um forte conteúdo racista, afirmando que os negros devem abandonar costumes e hábitos puramente medievais e assumir compromissos com ávidos, procurando andar de forma reta, tendo bons modos. E que a "República dos Pampas dará preferência à imigração de pessoas de origem nórdica, germânica, japonesa, italiana ou eslava, "pois já provaram a sua capacidade em nosso país" . (Zero Hora, 23/05/93 p. 6)

O movimento o "Sul é o meu país", conta com adeptos de vários partidos políticos. O movimento propõe a transformação do Brasil de federação para confederação, conferindo mais autonomia para os Estados. E, por isto, procura evitar a palavra separatista em seu nome. Participam deste movimento os deputados federais Nelson Moro (PFL), e Edi Siliprandi (PDT-

Segundo um dos entrevistados, a necessidade de se criar um novo Estado ou um novo País justifica-se pela falta de afinidade cultural no Brasil e pelas desvantagens na distribuição de recursos do Estado e da Federação. " O separatismo seria uma das melhores soluções para os problemas do Brasil. O Norte é uma cultura e um povo completamente diferente" (Morador de Concórdia, 29 anos).

A mesma opinião seria compartilhada pelos integrantes das associações de sua cidade:

São todos a favor. É uma diferença tão grande culturalmente. Nunca vai ter um bom relacionamento. O pessoal aqui do Sul é racista. A mistura das raças é responsável pela miséria econômica e social que vive o país. Você começa a olhar aquele tipo de gente, o próprio aspecto das pessoas é diferente do nosso, os costumes, as danças e também pela falta de vontade de trabalhar como o pessoal do Sul. Compare o que é produzido no Sul com o restante. (Moradora de Concórdia, 29 anos).

A argumentação em favor da Criação do Estado do Iguazu estaria na má distribuição de recursos pelo governo catarinense em relação à região e pelo fato de que na capital, Florianópolis, as pessoas não produzem.

O pessoal aceitaria justamente pelo fato de tirar o Litoral. Porque o Litoral é uma carga muito pesada economicamente. O Litoral é lindo, é bonito, mas ele só rende na época de veraneio. Então (a diferença entre) os recursos aplicados no Litoral e os recursos aplicados aqui é um absurdo. Só que vai mais daqui. Claro que tem aí Blumenau, Joinville que produzem bastante, mas a gente tem esta mágoa com o Litoral justamente mais de Florianópolis, que é um cabide de empregos, só tem funcionários públicos e não produz nada. Até nós comentamos de vez em quando que o pessoal daqui vai serrar a ilha e largar mar a dentro. O pessoal abomina Florianópolis. O nosso rico dinheiro de impostos vai tudo para eles... (Moradora de Concórdia, 29 anos).

PR), os estaduais Andronico Pereira (PMDB) e Gilmar Knaesel (PPR) e Rivaldo Macari (PMDB). Além destes, o bispo da Igreja católica de São Miguel do Oeste, Dom Dirceu Milani. (Diário Catarinense, 07/06/93).

O Litoral é uma carga pesada economicamente. Sinceramente, o pessoal daqui não gosta de Florianópolis, tem birra. Tira fora Blumenau, Joinville e Itajaí. Agora Florianópolis, o pessoal abomina, é só funcionário público. (Morador de Chapecó, 34 anos).

Mas segundo um professor de uma escola em Herval do Oeste, a criação de um novo Estado apenas traria mais despesas para o Brasil e não garantiria a autonomia pretendida pelos italianos. Sua opinião, compartilhada por muitos descendentes, é de que a criação de um novo país seria a melhor solução para os problemas enfrentados. E a idéia não se restringe aos adultos. Ele fez uma enquete na escola e 90% dos alunos mostraram-se favoráveis à idéia.

Porque o que a gente produz vai tudo para o Nordeste, para os poderes públicos. Nós temos as estatais inchadas. Alimentamos um monte de gente que não faz nada com uma alta taxa de impostos. Então, o pessoal trabalha muito e lucra pouco. O separatismo é mais no sentido de ter e ver um país mais próspero, assim como para nós trabalhadores sermos prósperos também. Se nós prosperamos é porque o país tá enriquecendo. Se nós empobrecemos é porque o país a cada dia está empobrecendo. Estamos vendo o país cada dia mais pobre, mais miséria e uma elite cada vez mais rica. (Morador de Herval D'Oeste, 38 anos).

Embora a maior parte dos entrevistados não milite nos movimentos separatistas, os discursos vão de encontro com as representações do grupo sobre a região e o País. E, neste processo, afirmam suas diferenças em relação a outras populações. Ao "aderirem" às propostas, constroem um "outro", que pode-se traduzir como a "população do Litoral e a população do Nordeste".

Revela-se, portanto, a gramática utilizada pelos separatistas sulistas para atribuírem a si próprios e aos outros (nordestinos e nortistas) significados que os tornem sujeitos diferenciados, a partir de um gradiente de pertencimento supostamente 'natural'. Mas é preciso ter bem claro que é o conteúdo etnocêntrico, racista e colonialista simbolicamente associado à superioridade e, portanto, ao seu referente dialético (inferioridade) que confere sentido ao gradiente. (BANDEIRA, 1992, p.81)

Poucos foram os protestos contrários a idéia de separatismo¹⁷. A mais forte reação começou a ter expressão a partir de uma matéria exibida pelo Fantástico da Rede Globo, no dia 02 de maio de 1993, centrando-se nas idéias separatistas de Irton Marx em Santa Cruz do Sul (RS). No dia seguinte, o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Colares, e o bispo de Santa Cruz, Aloisio Sinésio Bohn declaram-se contra o movimento, defendendo a união nacional.

As idéias em torno da secessão do país em Sul e Norte, ganharam espaço na mídia a partir de 1991. Uma das primeiras notícias publicadas sobre o tema foi a matéria "A semente do divórcio" da Revista Isto É de 11/12/91. A reportagem, demonstrava um panorama dos movimentos separatistas no país bem como as suas motivações. Sendo uma das mais apontadas a questão da superioridade dos "sulistas", como mais trabalhadores, mais honestos, mais capazes, e a inferioridade dos "nortistas" e "nordestinos", como preguiçosos, desonestos e improdutivos. O discurso preconceituoso e racista acabou se repetindo em quase todas as matérias publicadas sobre o assunto.

A questão da unidade nacional "freqüentou" a grande imprensa sendo destaque até do ano de 1993, quando as manifestações separatistas ficaram "amortecidas", face pressões governamentais que alegavam na época, que este tipo de movimento "ameaçavam a segurança nacional". O

¹⁷ Foi o caso, por exemplo, da criação do "Centro para o Estudo do Nordeste Independente", um movimento que tem por objetivo demonstrar a viabilidade e as vantagens econômicas do Nordeste independente. Os argumentos são de que o Nordeste é uma grande vítima do modelo econômico do País, uma vez que é um dos grandes produtores de petróleo e um dos que menos o consome. As reclamações também centram-se na questão das pequenas verbas nacionais, de vez que todo o dinheiro gasto até hoje no combate à seca é inferior ao gasto na construção da hidrelétrica de Itaipu, ou seja, o Nordeste enriquece o Sul do país com as remessas de impostos. (ANDRADE, 1995, P. 97)

Outra reação interessante à questão do separatismo ocorreu durante a realização de um seminário sobre o tema em Florianópolis, em maio de 1993, onde o discurso de alguns palestrantes centrou-se na necessidade de proteger a cultura açoriana da "invasão maciça do império gaúcho". Deste seminário surgiu a proposta para a criação de um centro de estudos açorianos com objetivo de preservar a cultura local. Preocupados com uma suposta "dominação cultural" gaúcha, não faltaram associações desta entre o separatismo e o nazismo. E acusações de apropriações indébitas por parte dos gaúchos de certas músicas da cultura açoriana. Uma das canções "roubadas" pelo gauchismo seria a popular "Ai bota o pé".

Ao ser convidada para o encontro, fui indagada pelos organizadores, com as seguintes perguntas: se era gaúcha, se tinha descendência judaica, e se era favorável aos movimentos.

então Ministro da Justiça Maurício Corrêa, alegou que movimentos deste tipo eram crime de sedição e que o governo não permitiria que grupos se organizassem em torno da ruptura da unidade da nação¹⁸.

Na época, a polícia federal deteve quatro separatistas líderes do movimento "O Sul é o meu país" em Curitiba, apreendendo também o material de propaganda que estavam produzindo. Os quatro foram liberados após prestar depoimentos mas foram indiciados por crime contra a segurança nacional. Vários comitês foram fechados em todo o Estado, em função das novas medidas.

¹⁸ Notícia publicada no Jornal "Folha de São Paulo", em 15/04/93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece que hoje a sociedade não tem bandeiras para se agarrar, vamos lutar pelo socialismo, ou vamos lutar por isto ou aquilo. Então, eu acho que diante desta crise de identidade da própria sociedade as pessoas procuram ver o que tem. De repente uma pessoa lança a idéia que a gente tem coisas em comuns, uma certa italianidade, uma certa germanidade, e isso passa a ter um certo eco. Não sei, eu acho que é uma situação difícil de ser compreendida". (Morador de Joaçaba, 38 anos).

Uma das conseqüências da intensificação das relações globais é a desterritorialização das relações sociais, ultrapassando as fronteiras do nacionalismo, da língua e da ideologia. Porém, numa aparente contradição, há a emergência de identidades locais e regionais delimitando suas especificidades, como é o caso dos homossexuais, das lésbicas, dos negros e dos indígenas. Há também, em paralelo, a demarcação de novas identidades através de lutas nacionais e movimentos regionais, que reivindicam o reconhecimento de uma etnicidade, cultura e tradição específicas. Conforme IANNI (1994,p.82), "em um mundo globalizado onde fronteiras reais e imaginárias vão constantemente sendo refeitas, os indivíduos movem-se em todas as direções, mudam de país, trocam o local pelo global, diversificam seus horizontes, pluralizam as suas identidades".

O fenômeno da globalização trouxe a certeza de que as condições sociais - como classe, etnicidade ou raça - serão cada vez mais importantes para o acesso a posições valorizadas e boas oportunidades na sociedade. O étnico ressurgem então como um substituto de utopias, sonhos e partidos políticos. Aparece como "o lugar possível de onde se aciona a suposta democracia. Aparecendo como uma alternativa, na ausência e constatação da impossibilidade da cidadania ideal". (LEITE, 1994. p.4).

A emergência do étnico indica, sem dúvida algum enfraquecimento, perda de confiança e reorientação nas práticas produzidas no âmbito das organizações democráticas tradicionais, sobretudo nos partidos. Mas não é só isto. Se por um lado, as fronteiras dos Estados nacionais parecem à primeira vista mais tênues e o recorte da classe social não mais necessariamente adequa-se aos novos códigos de acesso, ressurgem novas possibilidades de reavaliação dos critérios anteriormente fixados. (Idem, p.5).

Conclui-se no caso em estudo que as manifestações étnicas dos descendentes de italianos estariam fundamentalmente voltadas para a restituição de uma cidadania. É através do étnico que se procura viabilizar a possibilidade de alcançar uma cidadania idealizada.

Ao reconhecerem-se como italianos estas pessoas não estão apenas negociando interesses, mas em grande medida expressando um sentimento de pertencimento. O étnico confere um sentido a existência ao indivíduo, uma resposta ao mundo em que ele está inserido, preenchendo de certa forma necessidades não supridas por outros mecanismos sociais. A afetividade parece ser um dos aspectos fundamentais do comportamento étnico, porque os interesses e objetivos de um grupo podem mudar, mas o sentimento de pertencimento ao qual seus membros compartilham invariavelmente tem permanecido. (EPSTEIN, 1978).

A partir da comemoração do centenário de imigração da Itália para o Brasil, ocorrido em 1975, surgiram vários canais institucionais e informais que possibilitaram lentamente aos descendentes de italianos abrirem espaços para expressar uma identidade que, de fato, encontrava-se em estado latente, fundamentalmente devido a repressão do Estado Novo e das ideologias nacionalistas dos governos subseqüentes.

Um desses canais são as associações ou grupos de italianos. Na prática, elas viabilizam institucionalmente os interesses individuais, normatizam as tradições, resgatam, afirmam e promovem a forma de ser e de viver do italiano contemporâneo. Elas contribuem significativamente na definição do que é "ser italiano", cujos conceitos são reproduzidos nos mais diferentes espaços e das mais diferentes formas. Imprimem também um caráter institucionalizado da identidade italiana, pois trata-se de uma identidade gestada a partir de regras e leis registradas em estatutos próprios.

Há que se considerar ainda que através das associações uma série de outros canais são criados com a finalidade de promover e valorizar a cultura italiana, como os programas de rádio em dialeto, os cursos de língua, as festas municipais transformadas em festas italianas, as casas de cultura. Estas últimas, transformaram-se em uma espécie de "santuário da

identidade", pois conservam um modelo de identidade a partir de uma versão "autêntica" desta identidade (CANCLINI, 1989, p.178).

Uma das características da italianidade atual na Região são os critérios de diferenciação. A aquisição de um título de nobreza é um exemplo claro. O título no meio étnico possui um valor simbólico/material muito grande pois tem o poder de atribuir um status maior para aqueles que o possuem, provocando uma nova divisão interna do grupo.

O resgate da cultura italiana também traz uma reconversão do italiano, que passa a acumular uma série de valores positivados e vinculados a valores contemporâneos. Isto acontece, em parte, porque os líderes intelectuais e políticos dessa nova forma de ver o italiano não são mais colonos maltrapilhos, mas pessoas com passagem pela universidade e que hoje ocupam postos importantes na sociedade local. Pertencer à cultura italiana significa agora uma diferenciação e valorização na sociedade local, fruto da história familiar e da trajetória da migração. O sucesso das grandes agroindústrias existentes na Região reforça a imagem do italiano enquanto homem de sucesso, que sabe fazer, gerando uma representação que é reproduzida nos mais diferentes espaços.

Portanto, o atual italiano da região afasta-se da definição de colono enquanto tipo social e aproxima-se da figura do pioneiro/desbravador, daquele que produz, que instaura o progresso e a civilização. Embora as autoatribuições dos italianos estejam voltadas para uma memória da origem coloniais, ao se compararem com outros grupos sociais o mito acionado é o do pioneiro desbravador, nunca o do colono. Através deste mito os descendentes representam-se socialmente e chegam a justificar as desigualdades sociais.

A italianidade do Oeste Catarinense se constitui também pelo movimento simultâneo à recorrência de elementos localizados numa Itália antiga e atual. A busca de uma ligação com o Estado-Itália é intensa porque possibilita a construção de novos elementos para a italianidade. A Itália é como um espelho, onde estão refletidos os novos elementos que se quer alcançar. Lá estão as bases para práticas como a dança, a culinária, os trajes típicos, e a língua. A Itália é também um lugar onde se viabilizam as novas conquistas sócio-econômicas, inclusive a sonhada dupla

nacionalidade. Nos cartórios de lá também estão as respostas para a grande pergunta destas pessoas: afinal, eu sou mesmo italiano?

Neste processo de diferenciação, o que a Itália não fornece, as associações inventam. Um exemplo são as criações em torno dos trajes típicos e das danças folclóricas, que pouco ou nada tem em comum com seus similares da Itália. A polenta, eleita símbolo da prosperidade dos italianos do Oeste, é um prato pouco apreciado e em desuso naquele país.

O dialeto ou o italiano formal continuam sendo um dos mais importantes diacríticos valorizados pelos descendentes. A língua é, no contexto atual, um capital simbólico de grande valia num mundo globalizado, especialmente tratando-se de um idioma de um dos principais países da Comunidade Econômica Européia. De certa forma, quem fala o dialeto tem um diferencial semelhante ao da pessoa que domina uma segunda língua. "Nós fomos para a Itália e falamos sem problemas em dialeto. Eles entendiam tudo".

Portanto, a língua é um dos critérios pelo qual as pessoas acreditam que possam ter acesso ao mundo "desenvolvido". O dialeto neste processo, também deixa de ser uma expressão de colonos e reservado ao meio doméstico, para gradativamente se manifestar nos mais diferentes espaços: em clubes, na rua, no trabalho, em programas de rádio e outras atividades.

No Oeste Catarinense, a italianidade também se configura pelas sobreposições de identidades. Os descendentes de italianos manifestam sua identidade de várias formas: podem ser italianos, gaúchos, oestinos e até mesmo brasileiros. As identificações são acionadas simultaneamente, sobrepondo-se conforme o contexto. Percebe-se que são identidades com "alta capacidade de trânsito" passam da identidade pluriétnica à dicotômica, da mesma maneira em que de uma identidade regional acionam a nacional, ou mesmo internacional, como é o caso daqueles que se dizem "italianos da Itália". "Ora acionando uma, ora outra, garantem o estabelecimento e a continuidade de práticas de inclusão e exclusão." (LEITE, 1996).

O ponto comum entre todas as identidades é a questão do trabalho. As representações tanto da cultura italiana, como da oestina e da gaúcha, sempre ressaltam a questão do trabalho como categoria de diferenciação em relação aos demais grupos, especialmente em oposição aos brasileiros,

entendidos aqui como caboclos, negros e índios. Esta categoria também é acionada para marcar um distanciamento em relação aos habitantes do Litoral de Santa Catarina e os nordestinos.

Eles identificam-se como italianos através de um retorno ao passado, de uma valorização da trajetória de emigração da Itália e da colonização no Brasil, e através de uma recorrência a hábitos e costumes vivenciados na colônia. Identificam-se como gaúchos por ter o Rio Grande do Sul abrigado seus antepassados até a migração para o Oeste de Santa Catarina, e pelo apreço à vida livre no campo, a coragem, o gosto pela dança e a música tradicionalista. Sentem-se oestinos especialmente em função da trajetória do desenvolvimento regional, do sucesso econômico de alguns empreendimentos ali gestados, e, principalmente, através de uma clara oposição cultural em relação à população do Litoral. Por fim, embora pareça contraditório, identificam-se como brasileiros nas comemorações oficiais, eleições e festas nacionais, ou em processos de oposição a outros países (disputas esportivas, econômicas, etc).

"Ser italiano" também é ser brasileiro, mas um brasileiro "de outra qualidade", aquele que participa ativamente da economia brasileira através do seu trabalho. Ou seja ele não é o "brasileiro" que não trabalha, que não produz. Para o descendente de italiano, brasileiro é sempre um "outro" que não compactua com seus projetos e seus valores.

Portanto, as categorias "italiano", "oestino", "gaúcho", compartilham elementos comuns e se opõem a outra, "o brasileiro". Ao mesmo tempo, estas categorias reivindicam para si a condição de agentes históricos e, portanto, portadoras de direitos. Ao afirmar que possuem uma capacidade de trabalho e de produção, colocam-se no direito de reivindicar para si uma cidadania específica.

Através destas categorias étnicas tenta-se viabilizar a garantia de direitos sociais e políticos. Através delas é possível negociar o acesso à conquistas tanto de bens simbólicos quanto materiais. Ao acioná-las o que está em jogo é a restituição de uma cidadania no Brasil, na Itália ou outros países do primeiro mundo.

O discurso separatista utiliza os mesmos elementos que constituem italianidade contemporânea na região. Ele resgata o respeito às lutas do passado, a valorização da trajetória da colonização, e a capacidade de produção e de trabalho da população local. O mito do pioneiro/desbravador também é retomado na proposta separatista para dar autenticidade às reivindicações. Através dele se constrói a necessária diferenciação frente aos habitantes de outras regiões de Santa Catarina, do Paraná e se consegue estabelecer as bases para negociar reivindicações políticas sociais e econômicas. Ao reconhecerem-se como pioneiros/desbravadores, narram uma história de trabalho e sacrifício que resultou em grande êxito econômico para a região. Porque trabalharam, sofreram e produziram, têm direito sobre a posse do território.

Nos discursos separatistas os descendentes de italianos se sobrepõem aos outros pela posição que ocupam no espaço social, pois como fundadores e proprietários das grandes empresas locais conseguem impor sua visão e divisão de mundo, tanto ao nível local como regional e nacional (BOURDIEU, 1986).

Verifica-se também que o discurso separatista tem uma certa eficácia na medida em que conseguiu angariar historicamente parte de suas reivindicações concretas. Portanto é inevitável diante desses fatos que o discurso do separatismo sempre volte à cena em situações de reivindicações por recursos econômicos e simbólicos, pois parece ser uma das formas históricas mais eficientes de negociação com o poder central e estadual.

Ao mesmo tempo o discurso separatista faz parte de um grande jogo para delimitar um espaço e marcar um território. Ele se comporta mais como uma estratégia de negociação do que propriamente um projeto político que tenta concretizar seus objetivos.

* * * * *

Finalmente, cabem alguns questionamentos motivados pela dinâmica prática e implacável da vida cotidiana das pessoas. Eles abrem a

possibilidade de novas investigações em torno do tema, já que suas abordagens não eram objetos deste trabalho. Porém suas respostas tornam-se vitais para que no futuro se tenha uma compreensão mais abrangente do complexo universo das identidades étnicas.

* Que cidadania os descendentes estão reivindicando? Uma cidadania pluriétnica?

* Até que ponto o Estado/Nação permitirá que isto seja vivenciado? Por que atualmente permite estas manifestações?

* Qual é a posição do Estado diante do recrudescimento do discurso étnico, na medida em que suas próprias ações são questionadas?

* Há uma tentativa de absorver estas manifestações como parte do Estado, ou como representações do próprio Estado?

* Numa época de globalização não interessaria ao Estado Brasileiro mostrar ao mundo que ele também se constitui de etnias de países de "primeiro mundo", neste caso específico de um país membro da Comunidade Econômica Européia?

* Até que ponto a identidade nacional é fortalecida ou abalada pela questão da etnicidade e do separatismo?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alcides. *O Estado do Iguçu*. Relatório para o III ENRA - Encontro Regional de Administradores e Empreendedores. Chapecó, 1992.
- DALL'ALBA, João L. . *Imigração italiana em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUSC EST Editora Lunardelli, 1983.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Os meios de comunicação e Problema do separatismo no Brasil. In: _____. *A questão do Território no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1995 p. 119-30.
- AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Rio de Janeiro : Cátedra, 1982.
- BADALOTTI, Rosana. *A invenção do município: o jogo das identidades locais e regionais*. Projeto de dissertação de mestrado, 1995.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Separatismo, Racismo e Educação*. Educação. Mato Grosso, n. 19, p. 76-89, 1992.
- BARTH, Frederick. *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução de Rodrigo Lavina. México : Fundo de cultura econômica, 1976.
- BECHIS, Marta. Instrumentos metodológicos para el estudio de las relaciones en el período formativo y de consolidación de estados nacionais. In: *Etnicidad e Indentidad*. Buenos Aires : Centro Editor da America Latina, 1992. p. 82-109
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Ciência Política*. 2 ed. Brasília : Universidade de Brasília, 1986.
- BORELLI, Silvia Helena. *Memória e Temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson*. Margem. São Paulo, n.1, p. 79-91, mar. 1992.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989. p. 107-132.
- BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. *Revista do Instituto Histórico de Santa Catarina*. Florianópolis, v.2, n.6, p.07-73, 1985.
- BUBMANN, Hadumod. *Lewikou der speachiwissen - schift stuttgart*. Kröer, 1983, p. 95.

- CAMATA, Aspasia. *A Federação Acorrentada: Nacionalismo desenvolvimentista e estabilidade democrática*. XVI Encontro Anual da ANPOCS, 20 a 23 de outubro de 1992. Caxambú (Minas Gerais).
- CANCLINI, Néstor Garcia. La puesta en escena de lo popular. In: _____. *Culturas Híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1989, p. 191-228.
- CAMPOS, Indio. *Colonos do Rio Uruguai: relação entre a pequena produção e agroindustria no oeste catarinense*. Campina Grande, 1987. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal da Paraíba.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual mas irreductível. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97- 108.
- _____. Parecer sobre os critérios de identidade étnica. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história , etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 113-119.
- COELHO DOS SANTOS, Silvio. *Nova história de Santa Catarina*. 3ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.
- COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o símbolo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Custom and politics in urban Africa*. Londres : Routledge and Kegan Paul. 1969.
- COMAROFF, Jonh. Humanidade, etnia, nacionalidade: perspectivas conceituais e comparativas sobre a URSS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 22, v.8, p.62-81, jun. 1993
- CORREA, Carlos Humberto. *1929: A Descoberta do Oeste Catarinense*. Diário Catarinense, Florianópolis, 1994.
- COSTA , Rovílio. *Pão amassado com liberdade: a utopia do imigrante italiano*. Correio Rio Grandense, Porto Alegre, 27 jul. 1993.
- COSTA, Rovilio; BATTISTEL, Arlindo. *Assim vivem os italianos: Vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre : Escola superior de teologia São Lourenço de Brindes, 1982

-
- Assim vivem os italianos: religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1983.
- COSTA, Rovílio. Filó: uma experiência de paraíso. *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade/URGS, 1996, p.178-180.
- COSTA, Maria Regina. Identidade e estruturalismo. *Cadernos da PUC*, São Paulo, n. 33, p. 173-185, 1988.
- DE BONI, Luiz Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.
- DE BONI, Luís & COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Caxias do Sul : Universidade de Caxias, 1984.
- DE BONI, Luís A. & COSTA, Rovílio. Nós, os gringos. *Nós os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre : Editora da Universidade do Rio Grande do Sul ,1996. p. 18 - 24.
- DESPRES, Leo A. Ethnicity and Resource Competition in Guyanese Society. In: _____. *Ethnicity and Ressouce Competition in Plural Societers*. Paris: Mouton Publish, 1978.
- ELLUL, Jacques. Mitos modernos. *Diógenes*, n.1, 1981 p.107- 23.
- EPSTEIN, A. L., Etnicity and identity. *Ethos and Identity; trhee estudies in Etnicity*. London : Tavistok Publications, 1978.
- IANNI, Octavio. Nação: província da sociedade global? *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo : HUCITEC, 1994, p. 77-85.
- FENANDES, Bob. A semente do divórcio. *Revista Isto É*, 11 dez. 1991.
- FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. Concórdia: o rastro de sua história. *Concórdia*: Fundação Municipal de Cultura, 1992.
- FONTANA, Atílio. *História da minha vida*. Petrópolis : Vozes, 1978.
- GARDELIN, Mário & COSTA, Rovílio. *Colônia Caxias: origens*. Porto Alegre: Edições EST - Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1993.
- GIRON, Loraine & CORSETH, Berenice. As Companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: *A Presença Italiana no Brasil*. BONNI, Luis S. de. Porto Alegre/Torino: Escola Superior de Teologia/Fundazione Giovanni Agnelli, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Santa Catarina e o projeto do Estado do Iguçu: um enfoque*. Florianópolis, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo : Vértice, 1990.

HOBBSAWN, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____ . *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1984.p. 9-25

_____. *Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo : Companhia das Letras. 1996.

KRAMER, A. M. Gorosito. Identidad étnica y manipulación. *Etnicidad e Identidad*. Buenos Aires : Centro Editor de America Latina S. A. 1992 p.143-52.

LEITE, Ilka Boaventura. *Classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil*. Florianópolis, jun. 1996. Resenha.

_____. *O lugar do não-cidadão e da não-identidade*. Florianópolis, abr. 1994. Resenha.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'Identité*. Paris : B. Grasset, 1977.

MERLOTTI, Vânia B. P. *O mito do padre entre os descendentes de italianos*. Porto Alegre: E.S.T., 1979.

MOCELIN, Ana Clara. *Narrando as origens: um estudo sobre a memória mítica entre os descendentes de imigrantes italianos da região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1993. Dissertação de Mestrado em Antropologia social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MONTERO, Paula. Questões para uma etnografia numa sociedade mundial. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 36, p.161-77,1993

MOSER, Anita. *A violência do Estado Novo contra "coloni" descendentes de italianos em Santa Catarina: um estudo interdisciplinar sobre a identidade étnica e a violência do Estado*. Florianópolis, 1995. Dissertação visando a progressão funcional vertical. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: adversidade da cultura no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992(a).

_____. *A polêmica identidade gaúcha*. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n. 4 1992(b).

- _____. Nação e tradição na virada do milênio. *Resgate: revista de cultura*. São Paulo, n.5, p. 77-87, 1993(c)
- ORO, Ari Pedro. *Negros e brancos nas religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul*. Trabalho apresentado na XI reunião Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987.
- PETRONE, Pasquale. Italianos e descendentes do Brasil: escola e língua. *A presença italiana no Brasil*. Luiz, A. De Boni (org.) Porto Alegre, Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. 760 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. *Estudo sobre a viabilidade do Estado do Iguçu*. Chapecó, 1993.
- PROJETO ESTADO IGUAÇU. *Análise feita pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 1992.
- PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC, 1983.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos históricos*, n. 10, 1992, p. 200- 213.
- POLI, Jaci. Caboclos: pioneirismo e marginalização. *Cadernos do CEOM*, v. 2, n. 3, p. 3-34, 1987.
- _____. Caboclos: pioneirismo e marginalidade. *Cadernos do CEOM*. Chapecó, v. 5 n.7, p. 48-67, abr. 1991.
- RAFFESTIN, Claude. O território e o poder. In: _____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo : Ática, 1993. p. 143-58.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RETRATO DE UM HOMEM. Videira: Perdigão S. A. Comércio e Indústria, 1982.
- ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v.4, n. 1-2, 1989.
- ROYCE, ANYA. *Ethnic Identity: strategies of diversity*. Blomington : Indiana University Press, 1992.

RUBEN, Guilherme Raúl. Teoria da identidade: uma crítica. *Anuário Antropológico* 86. São Paulo, p. 75-91, 1988.

SADIA 50 anos: construindo uma história. São Paulo : Prêmio, 1994.

SANTOS, Roselys Correa dos. *A terra Prometida. Tese e Antítese. Os jornais do norte da Itália e a emigração para o Brasil. (1875-1899)*. São Paulo, 1995. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SAVOLDI, Adiles. *O Caminho inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania*. Ensaio para a seleção de mestrado em Antropologia social. 1995.

SEYFERTH, Giralda. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica Teuto-Brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, n.37, p.1-33, 1982.

_____. Etnicidade e cidadania: Algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilidade política. *Boletim do Museu Nacional*, n.32, p. 1-16, 1985.

_____. Herança e estrutura social camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, n. 52 p. 1-27, 1985.

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n..25, p. 3-55, 1988.

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

_____. As categorias de identificação étnicas. In: _____. *O Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis : Fundação Catarinense de cultura, p. 154-73, 1981.

_____. *Nacionalismo e Identidade étnica entre os Teuto-Brasileiros. A ideologia germanista e o grupo étnico Teuto-Brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis : F.C.C. 1981.

SILVA, Zedar Perfeito da. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro : Laemmert, 1950.

SODRÉ, Muniz. Identidade e etnicismo na América Latina. *Revista Tempo Brasileiro*. São Paulo, p. 52-64. out./dez. 1992.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do Vinho*. 2 ed., São Paulo : HUCITEC, 1984.

THOMÉ, Nilson. *História da imigração italiana em Caçador*. Caçador : Prefeitura Municipal de Caçador, 1993.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. O território Federal do Iguaçu. In: _____ *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba : Vicentina, 1987. p. 111-124.

_____. O "Estado do Iguaçu". In: _____ *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba : Vicentina, 1987. p. 124-41.

WOORTMANN, Ellen F. A árvore da Memória. *Anuário Antropológico* 92, p. 113-133, 1994.

Revistas

REVISTA ENFOQUE. Italianos no Rio Grande do Sul: Vênets e Lombardos. Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul) : Fundação Nacional da região dos vinhedos, v.5, n. 23, p. 28-35, 1977.

REVISTA EXAME. As maiores e melhores . Florianópolis, 1996.

REVISTA EXPRESSÃO. Pioneiros Catarinenses , Florianópolis , v. 1 1993. Suplemento

_____. Pioneiros Catarinenses, Florianópolis, v. 2, 1993. Suplemento

REVISTA INSIEME. Eu voto, tu votas ele não vota. ano 2, n. 10 fev. / mar. de 1996.

REVISTA DEMOCRACIA. A revista do IBASE. n. 113. 1995.

REVISTA ISTO É. n. 1159, 11 dez. 1991.

Jornais

ZERO HORA. Porto Alegre, 9 mai. 1993.

ZERO HORA. Porto Alegre, 23 mai. 1993.

ZERO HORA. Porto Alegre, 20 set. 1994.

A NOTÍCIA. Joinville, 21 fev. 1994.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 07 fev. 1993.

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 07 jun. 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 15 abr. 1993.

ANEXOS

Relação das Associações Vênetas no Oeste Catarinense até 1994

Associação Vêneta di Campos Novos

Associação Vêneta di Água Doce

Associação Vêneta di Tangará

Associação Vêneta di Treze Tílias

Associação Vêneta di Videira

Associação Vêneta di Capinzal

Associação Vêneta di Xanxarê

Associação Vêneta di Caçador

Associação Vêneta di Chapecó

Associação Vêneta di São Miguel do Oeste

Associação Vêneta di Abelardo Luz

Associação Vêneta di Concórdia

Associação Cultural Fratelli D' Italia - Joaçaba

Associação Vêneta di Dionísio Cerqueira

Associação Vêneta di Catanduva

ONOMASTICA, HERALDICA, GENEALOGIA

1. **Onomástica** - é o estudo técnico-científico da origem e significado dos nomes de família ou sobrenomes. Baseia-se na história medieval e na lingüística e analisa o surgimento, a evolução e a fixação dos sobrenomes. Especifica também as áreas geográficas de surgimento e sua distribuição atual no território italiano. O estudo inicia com a descrição de suas origens etimológicas ou sua procedência lingüística, remontando às raízes mais distantes, sejam elas provenientes de étimos gregos, latinos, hebraicos, etruscos, indo-europeus ou de empréstimos germânicos, eslavos, francos, etc.

O resultado final da pesquisa é apresentado em dois itens:

- pergaminho de 22x34 cm, impresso em letra gótica, próprio para confeccionar um quadro emoldurado; o texto do pergaminho é extraído da pesquisa completa;

- pesquisa completa impressa em papel vergê, constando geralmente de oito (08) a quinze (15) páginas, com o tema amplamente descrito e enriquecido com fatos históricos que envolvem o processo de surgimento e evolução do sobrenome, bem como sua distribuição geográfica.

2. **Heráldica** - Trata das armas e brasões de família. Sabe-se que inicialmente só as famílias nobres o possuíam. Na época das Cruzadas se difundiu entre todas as classes sociais: nobres, aristocratas, comerciantes abastados, cavaleiros. Ante a massificação proporcionada pelos efeitos das cruzadas, os brasões se tornaram prêmio por benefícios e serviços prestados. Papas e Príncipes, Condes, Duques, Marquesses concediam o privilégio de confeccionar o brasão de família a quem se destacasse por ato de bravura ou de fidelidade. O brasão tornou-se honraria distribuída a quem dela fizesse jus e não, como se pensa, privilégio único da nobreza.

3. **Árvore Genealógica** - é o trabalho de pesquisa mais complexo, completo e trabalhoso. Consiste no levantamento e coletânea de todas as certidões de nascimento, casamento e óbito dos antepassados em linha direta, retrocedendo até 1500 com garantia. Para os séculos anteriores a essa data, as notícias podem existir, mas sofrem solução de continuidade. O acervo desses documentos é precedido por uma história das origens da família e fatos relevantes ocorridos com a mesma no decorrer dos séculos; o mesmo acervo é acompanhado de uma série de biografias de indivíduos ligados à família que se destacaram nas artes, na ciência, na política, na diplomacia, nas letras, etc. O trabalho é apresentado em volume encadernado com capa de couro com efeitos em alto relevo. No início do volume se inclui também uma árvore genealógica resumida.

Stemma Assessoria & Pesquisa

Rua Nestor Pestana, 30/54

01303-010 São Paulo - SP

Tel./Fax.: (011)255-4043

Relação dos CTGs

NOME DA ENTIDADE	CIDADE
CTG Agostinho Zamboni	Água Doce
CTG Amigos da Querência	São Carlos
CTG Amigos de Concórdia	Concórdia
CTG Amizade Sem Fronteira	São Lorenzo Oeste
CTG Boiadeiros de Madalena	Água Doce
CTG Candeeiro do Oeste	Descanso
CTG Caudilhos D'Oeste	Itá
CTG Chama Crioula	Quilombo
CTG Ermelinda Thomazoni	Capinzal
CTG Ervalense	Ervál Velho
CTG Espelho da Tradição	Xanxerê
CTG Espora de Prata	Catanduvas
CTG Estância D'Oeste	Campo Erê
CTG Estância da Querência	Capinzal
CTG Estância do Diamante	Palmitos
CTG Estância Nativa	São Domingos
CTG Estância Velha	Cunha Porã
CTG Estrela dos Pampas	Caçador
CTG Fronteira da Querência	Concórdia
CTG Galpão da Amizade	Saudades
CTG Galpão da Tradição	Nova Erechim
CTG Gaudérios do Oeste	União do Oeste
CTG Herança Pampeana	Iporã do Oeste
CTG Herança Trinta e Cinco	Capinzal
CTG Índio Condá	Chapecó
CTG Juca Ruivo	Maravilha
CTG Lenço Branco de Sto. Inácio	Abelardo Luz
CTG Mangueira Caçadoreense	Caçador
CTG Mangueira União dos Amigos	Caçador
CTG Marca da Ferradura	Xaxim
CTG Mate Amargo	Coronel Freitas
CTG Minuano Caçadoreense	Caçador
CTG Pago da Cultura	Concórdia
CTG Pioneiros do Vale	Videira
CTG Poncho Verde	Abelardo Luz
CTG Portão do Oeste	Itapiranga
CTG Porteira Aberta	São Miguel do Oeste
CTG Porteira do Contestado	Caçador
CTG Porteira do Oeste	Palmitos
CTG Porteira do Pinhal	Pinhalzinho
CTG Porteira do Vale	Pouso Redondo
CTG Porteira Velha	Ervál Velho
CTG Pouso dos Tropeiros	Ponte Serrada
CTG Presilha da Amizade	Luzerna
CTG Presilha Gaúcha	Campo Erê
CTG Querência do Oeste	São Domingos

CTG Querência Farroupilha	Abelardo Luz
CTG Renascença	Concórdia
CTG Seara e Pampa	Seara
CTG Sentinela da Fronteira	Cunha Porã
CTG Sentinela do Uruguai	Mondaí
CTG Sentinela dos Pampas	São Domingos
CTG Sinuelo do Vale	Capinzal
CTG Sinuelo da Fronteira	Dionísio Cerqueira
CTG Tradição Campeira	Capinzal
CTG Tropeiros do Sul	Concórdia
CTG Vaqueanos do Oeste	Chapecó
Grupo Arte Nativa Quero Quero	Chapecó
Grupo Folclórico Estampa Gaúcha	Concórdia
Grupo Artístico Herança Gaúcha	Chapecó

Saiba tudo sobre o Estado do Iguauçu

Um trabalho realizado pela Comissão Central Provisória Pró-Estado do Iguauçu, integrada por Clóvis Padoan (presidente), Ivo Beuter e Argemiro Somenzi

Movimento apolítico

O movimento Pró-Criação do Estado do Iguauçu é absolutamente apolítico e, como tal, está acima de cores partidárias. Não é também um movimento contra quem quer que seja e muito menos contra os estados do Paraná e de Santa Catarina. É uma manifestação legítima a favor do povo do Oeste e Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina. É um movimento a favor do Brasil.

As razões do movimento

A luta pelo Estado do Iguauçu, iniciada em 1962, embasa-se em razões de ordem geográfica, histórica, demográfica, cultural, econômica e política. E vem carregada também de um forte elemento emocional, sendo uma aspiração popular que a cada dia ganha mais força.

Procuraremos neste trabalho, enumerar cada uma destas razões, todas elas dirigidas a fazer com que o antigo Território Federal do Iguauçu se torne mais um estado da federação brasileira.

Resumo histórico

Em 1943 o então presidente Getúlio Vargas criou o Território Federal do Iguauçu. Na mesma oportunidade foram criados outros territórios: Amapá, Roraima, Rio Branco (atual Rondônia) e Ponta-Porã.

Em 1946 a Assembléia Nacional Constituinte extinguiu os territórios de Iguauçu e Ponta-Porã, sem consulta às respectivas populações. O Território Federal do Iguauçu prosseguiu existindo por mais algum tempo, somente se extinguindo realmente em 1947.

No ano de 1962 o advogado Edil Siliprandi iniciou um movimento em favor da criação do Estado do Iguauçu. O movimento, considerado subversivo, esbarrou no golpe militar de 1964.

Em 1968 renasceu o movimento até que o mesmo foi sufocado em função do Ato Institucional nº 5.

Com a Assembléia Nacional Constituinte, formada em 1986, retornou novamente o movimento, mas, por falta de maior articulação em Brasília, o Estado do Iguauçu não foi incluído entre os que seriam criados pela Constituição de 1988.

Finalmente em 1990 Edil Siliprandi foi eleito deputado federal tendo como bandeira a luta pelo Estado do Iguauçu. Desde sua posse, Edil vem lutando incansavelmente por seu ideal. Participa do movimento também o deputado federal catarinense Hugo Biehl. Ambos realizam um trabalho de reunir adesões no Congresso Nacional para que se obtenha a necessária maioria para a realização do plebiscito.

Paralamente à movimentação que se faz em Brasília, foram organizadas comissões regionais para uma intensa mobilização nas regiões emancipandas. Já estão sendo formadas comissões municipais com o mesmo objetivo.

Razões geográficas

A criação do Estado do Iguauçu representaria um grande encurtamento das distâncias entre a capital, onde quer que a mesma venha a se localizar, e os pontos extremos do futuro estado. Em duas ou três horas os iguaçuanos estarão em sua capital.

É sabido que é mais fácil administrar uma área menor. Este dado geográfico, a extensão do estado, é favorável à criação do Estado do Iguauçu.

Razões econômicas

O Estado do Iguauçu já nasceria com uma infraestrutura plenamente favorável. Enumeramos abaixo alguns dados que mostram cabalmente a viabilidade econômica do Iguauçu:

- A melhor distribuição de terras do Brasil. A área média das propriedades rurais é de 30,6 hectares.
- As regiões que formariam o Estado do Iguazu são grandes produtoras de soja, milho, trigo, feijão, suínos, aves e leite.
- Aqui está o segundo polo turístico do País e o quarto parque hoteleiro.
- Localiza-se no Iguazu a maior hidrelétrica do mundo: Itaipu.
- A região é rica em fontes termais: São Carlos, Águas de Chapecó, Sulina etc
- Nela situam-se a Ponte da Amizade, ligando o Brasil ao Paraguai, e a Ponte Tancredo Neves, unindo nosso país à Argentina. O Porto Seco de Barracão/Dionísio Cerqueira e a Ponte em São Miguel d'Oeste, acionados, teriam, juntamente com Foz do Iguazu, importante papel na concretização do Mercosul, formado por Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.
- O Paraná produz 27% dos grãos produzidos no Brasil. O Oeste e o Sudoeste são responsáveis por 60% desta produção.
- O Iguazu correspondente a 22% da área do Paraná e Santa Catarina. Corresponde a 23,7% da população. E a 23,1% do ICM dos dois estados, sendo mais uma comprovação de que o estado é economicamente viável.
- O Paraná e Santa Catarina mas tiram do que dão às regiões emancipandas. Com a criação do Estado do Iguazu este excesso de saída ficaria aqui, o que permitiria o desenvolvimento maior do futuro estado.
- Conquanto tenha o maior parque frigorífico da América do Sul (Sadia, Perdigão, Frigorífico Chapecó etc) o Iguazu carece de mais indústrias, uma das metas prioritárias a aconselhar a emancipação.

Razões políticas

A representatividade política dos estados do Sul e do Sudeste é muito pequena em relação à dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A criação de mais estados daria mais força política ao Sul e ao Sudeste. O Estado do Iguazu viria contribuir para esta maior representatividade.

Enquanto um deputado federal de Roraima representa 14 mil habitantes, um dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro representa 300 mil. E um deputado de São Paulo representa 600 mil habitantes, verificando-se aí uma grande desproporção. A criação do Estado do Iguazu certamente não irá resolver este problema, mas contribuirá para reduzi-lo.

É mais fácil administrar um estado de área pequena. Se compararmos a França ao nosso país veremos que ela tem 574 mil km², 54 milhões de habitantes, 97 estados e 35 mil municípios, enquanto que o Brasil possui 8.512.000 km², 140 milhões de habitantes, 27 estados e 4.300 municípios. Estes dados autorizam a luta por estados com menor área.

Para demonstrar ainda a injusta desproporção entre as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e as regiões Sul e Sudeste, basta que consideremos que aquelas regiões possuem 60 senadores, 40% da população e 20% do PIB, enquanto que o Sul e o Sudeste contam com apenas 21 senadores, tendo 60% da população e 80% do PIB. Tal desproporção é altamente prejudicial ao Sul e ao Sudeste.

A desproporção está presente também no orçamento. Em 1991 o orçamento da União previu para a região Sul Cr\$ 92 bilhões e para o Sudeste Cr\$ 317,5 bilhões. Apenas o Nordeste foi contemplado com Cr\$ 785,5 bilhões. O Paraná recebeu Cr\$ 24 bilhões, ao passo que apenas a cidade de Salvador recebeu Cr\$ 31,4 bilhões. O estado da Bahia foi contemplado com nada menos do que Cr\$ 236 bilhões.

Cada habitante de Roraima recebeu, pelo orçamento, Cr\$ 168 mil, enquanto que a cada paranaense tocou apenas Cr\$ 2,70. O habitante de Florianópolis receberia Cr\$ 805,00 e o de Serra Dourada, na Bahia, se fossemos dividir a dotação orçamentária entre a população, receberia Cr\$ 362 mil.

É preciso corrigir a representatividade política e a criação do Estado do Iguacu vai contribuir para isto.

Além da questão da representatividade política, a criação do Estado permitiria internamente uma melhor escolha dos governantes e deputados, pois seria homens mais conhecidos da população. Os eleitores estariam mais perto de seus representantes, o que facilitaria a fiscalização de seus atos e a cobrança de atuação mais efetiva.

Dados demográficos

Cerca de 90% da população do Iguacu é gaúcha e catarinense ou filha destes. E são em sua maioria descendentes de italianos, alemães e poloneses. Estima-se em 3 milhões de habitantes a população do futuro Estado do Iguacu.

As regiões emancipandas possuem 46 habitantes por quilômetro quadrado. O Iguacu seria o 12º estado brasileiro em densidade demográfica, o 20º em área e o 14º em população. Há um grande equilíbrio nestes três dados o que colocaria o Estado do Iguacu em muita posição posição diante dos demais estados. E o que é importante: sem prejuízo para os estados do Paraná e Santa Catarina.

Razões culturais

A forte influência gaúcha teve, como não poderia deixar de ser, fortes reflexos na cultura, nos usos e nos costumes das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. A existência desta influência, onde que há ainda traços da colonização italiana e alemã, dá ao povo das regiões que formariam o Estado do Iguacu, características próprias.

É inegável a existência de uma falta de afinidade cultural com o restante dos estados do Paraná e de Santa Catarina. E esta situação contribui para que os habitantes do Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense busquem formar o seu próprio estado, especialmente se tal realidade combinar-se com outras, emergentes dos dados registrados neste trabalho.

O elemento emocional

O elemento emocional está muito presente nas manifestações dos povos de origem latina. E o surgimento deste sentimento do povo em favor do Estado do Iguacu não pode ser ignorado. Há neste movimento uma dose muito grande de vontade popular. Mesmo os que não são descendentes de gaúchos e catarinenses sentem-se, com o convívio, integrados neste movimento emancipacionista.

Não é fácil explicar ao observador de fora o que vai no coração e na alma do iguaquano, como é difícil explicar o que pensa um habitante da Sérvia ou da Croácia em relação à Iugoslávia.

O sentimento pró-criação do Estado do Iguacu, que sempre esteve presente, além de sua motivação própria, ganha novo impulso diante dos ideais de autonomia que domina o mundo, especialmente os países do Leste europeu e as repúblicas que formavam até bem pouco tempo a União Soviética. Não que por aqui haja tirania ou qualquer espécie de opressão, mas por um sentimento natural de independência.

Explicar por que queremos o Estado do Iguacu é tarefa que não pode ser cumprida sem se levar em conta o aspecto emocional dos habitantes.

O que está sendo feito

A luta pelo Estado do Iguacu desenvolve-se em duas frentes: uma em Brasília, pelo deputado Edí Siliprandi e outros parlamentares; e outra pelo povo e pelas lideranças locais, nas regiões emancipandas.

Este trabalho consiste em desencadear um processo de conscientização a nível regional e municipal, com a comunidade que quer a emancipação apoiando o trabalho que está sendo realizado em Brasília.

É fundamental que se faça um trabalho junto à Imprensa, tanto a regional quanto à grande imprensa nacional. É preciso que o movimento Pró-Estado do Iguacu repercuta nas principais capitais brasileiras e no Congresso Nacional.

Finalmente haverá de ser programado um conjunto de atos públicos de repercussão nacional, sempre com o propósito de sensibilizar os parlamentares em Brasília. As lideranças do movimento decidirão sobre o momento e a oportunidade da reflagração de mais manifestações que serão, obviamente, pacíficas e simpáticas ao restante da população brasileira.

As chances de êxito

Para este ano de 1991 é difícil a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto que o deputado Edi Siliprandi preparou e está prestes a apresentar à votação. Mas não impossível.

Se não for aprovada este ano, todavia, a proposta poderá ser reapresentada em 1992, 1993 e 1994 e até mesmo mais adiante, pois a apresentação de um projeto pode se repetir com intervalos de um ano.

A aprovação do projeto dependerá da mobilização popular e de sua repercussão em Brasília. É preciso levar em conta que cerca de 80% da população é a favor e que para que o Estado do Iguazu se torne uma realidade, basta que haja a autorização legislativa para convocação do plebiscito.

As comissões provisórias

Para a coordenação do movimento pró-estado do Iguazu foram constituídas comissões provisórias representativas das três regiões (Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, e uma comissão central. As referidas comissões têm a seguinte constituição:

Comissão do Oeste do Paraná

Wilson Maejima, de Cascavel
Algemiromenzi, de Laranjeiras do Sul e
Vanir Kollin, de Toledo.

Comissão do Sudoeste do Paraná

Darci Lucini, de Itapejara d'Oeste
Arizoni Filho, de Francisco Beltrão
Clóvis Santo Padoan, de Pato Branco.

Comissão do Oeste de Santa Catarina

Irmando Schappe, de Chapecó
Ivo Beuter, de Palmitos e
Nadir Genardini, de São Miguel d'Oeste.

COMISSÃO PROVISÓRIA CENTRAL

Clóvis Santo Padoan, de Pato Branco (presidente)
Ivo Beuter, de Palmitos e
Algemiromenzi, de Laranjeiras do Sul.

EDI SILIPRANDI - PRESIDENTE DE HONRA. -

Atribuições das comissões municipais

- Divulgar o movimento
- esclarecer a população sobre o movimento
- usar os meios de comunicação
- estudar os documentos recebidos
- motivar a juventude
- manter a comissão regional informada sobre as atividades desenvolvidas no município

Constituição das comissões municipais

- Presidente
- um ou dois vice-presidentes
- 1º secretário
- 2º secretário
- membros vogais em número ilimitado.-